SONAE MC

PRESENTES NUM FUTURO MELHOR



RELATÓRIO ANUAL

2020

PRESENTES NUM FUTURO MELHOR

Neste Relatório Anual, a Sonae MC divulga de forma integrada um conjunto de elementos de natureza financeira e não financeira respeitante ao desenvolvimento da sua atividade ao longo do ano de 2020. O presente documento encontra-se organizado em quatro secções principais.

Na primeira secção, são contextualizados os acontecimentos mais marcantes do ano. Inicialmente apresenta-se um breve olhar sobre os Negócios da Sonae MC hoje, abordando-se de seguida a forma como a Empresa respondeu à crise pandémica de COVID-19, assim como outros aspetos relativos à evolução do mercado e das tendências de consumo. Por último, sintetizam-se as linhas estratégicas de médio e longo prazo, o modelo de criação de valor e o desempenho alcançado no exercício.

Na segunda secção, segue-se uma apresentação das iniciativas desenvolvidas e dos progressos realizados na área da sustentabilidade, ao nível dos eixos de atuação Ambiente, Comunidade e Pessoas, terminando com as divulgações GRI.

Na terceira e quarta secções, são publicadas, respetivamente, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas respeitantes ao exercício, e as práticas e princípios do governo societário.

Este Relatório refere-se às atividades realizadas durante o exercício económico de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020.

04 MENSAGEM DO CEO

06 EQUIPA DE GESTÃO

226 ANEXOS



08 O ANO EM RELANCE

1. Um breve olhar sobre a Sonae MC 10
2. A nossa resposta à COVID-19 12
3. O nosso mercado 16
4. Os nossos pilares estratégicos 18
5. O nosso modelo de criação de valor 20
6. Desempenho em 2020 22

28 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Os nossos *stakeholders* 30
2. O nosso compromisso com a sustentabilidade 32
3. Os nossos progressos 34
4. Eixos de atuação 36
5. Divulgações GRI 62





90 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Demonstrações financeiras consolidadas 94
2. Demonstrações financeiras separadas 166
3. Certificação Legal das Contas 200
4. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 208

212 PRINCÍPIOS E PRÁTICAS GOVERNATIVAS

1. Modelo de governo societário 214
2. Política de remunerações 216
3. Controlo interno e gestão de risco 218



UM ANO DE SUPERAÇÃO

O ano de 2020 ficará assinalado na História devido a um dos maiores desafios que as sociedades modernas tiveram de enfrentar. De forma repentina e inesperada, o vírus da COVID-19 propagou-se por todo o mundo, abalando convicções dadas como adquiridas e impactando profundamente pessoas, empresas e nações. A grave situação de saúde pública que se instalou trouxe consigo inúmeras adversidades, exigindo uma enorme superação de todos.

Perante este momento de emergência, o setor de retalho alimentar tomou a dianteira na resposta às crises sanitária e económica. A Sonae MC esteve à altura das circunstâncias e assumiu as suas responsabilidades com seriedade e tenacidade, implementando alterações substanciais ao seu modelo operativo, de forma a garantir a segurança de Colaboradores e Clientes, salvaguardar a cadeia de abastecimento, assegurar a continuidade dos Negócios, e apoiar os seus parceiros e Comunidades locais.

Sob condições muito exigentes, as nossas equipas foram inexcedíveis no seu compromisso de prestação de um serviço de excelência e garantia de acesso a bens alimentares e de primeira necessidade num ambiente seguro. O papel vital que assumimos no suporte às famílias portuguesas foi distinguido e recompensado por uma confiança e um reconhecimento reforçados por parte dos nossos Clientes.

Em 2020, a Sonae MC foi capaz de manter a dinâmica favorável de exercícios recentes, alcançando o crescimento mais elevado dos últimos anos, conquistando quota de mercado e cimentando o seu incontestável estatuto de liderança. O desempenho ao longo do período, consubstanciou-se num volume de negócios que ultrapassou, pela primeira vez, a marca dos 5 mil milhões de euros, suportado numa evolução de vendas muito favorável no universo comparável de lojas, em particular nos formatos de retalho alimentar, na concretização do nosso plano de expansão, e no crescimento ímpar de vendas no canal *online*.

No que se refere à rentabilidade operacional, a Empresa manteve um perfil de referência a nível internacional, preservando uma margem estável e resiliente. Face ao contexto adverso, demos também continuidade ao reforço da nossa estrutura de capitais, que se manteve sólida, e assegurámos uma almofada de liquidez significativa, que nos garante flexibilidade acrescida na gestão e desenvolvimento futuro dos nossos Negócios.

Ao longo do ano, procurámos encontrar um equilíbrio entre a resposta tática às mudanças repentinas no ambiente em que operamos, e a execução das nossas prioridades estratégicas, orientada para a transformação esperada do setor a médio-longo prazo. Nesta perspetiva, continuámos focados no desenvolvimento de uma proposta de valor cada vez mais distintiva; na captura de novas oportunidades de crescimento rentável; na expansão de um portefólio de negócios complementares entre si; na transformação digital e na consolidação de uma presença omnicanal; e na otimização do modelo operativo com vista à manutenção de um perfil exemplar de eficiência.

Numa outra vertente, a pandemia tornou-se um momento definidor e veio reforçar a importância dos valores e de um propósito para as organizações. De modo ainda mais acentuado, as nossas prioridades no âmbito do desenvolvimento sustentável estiveram no topo da agenda e no centro dos processos de decisão, consubstanciando-se em diversas iniciativas nos nossos três eixos prioritários de atuação: Ambiente, Comunidade e Pessoas. Acreditamos que só desta forma conseguimos criar um alinhamento comum entre todos os nossos *stakeholders*, partilhando valor económico, social e natural, e contribuindo para resultados mais duradouros.

Durante o ano de 2020 demos continuidade às ações com vista à descarbonização da matriz energética, à redução do impacto das nossas atividades no meio ambiente, e à transição para uma economia circular.

Mantivemos também um papel ativo no suporte à produção nacional, na promoção de uma cadeia de abastecimento mais transparente e sustentável, e na educação para escolhas mais conscientes. Adicionalmente, o apoio às Comunidades destacou-se com uma das bandeiras na resposta à crise, liderado pela Missão Continente, e complementado com o lançamento de campanhas de uma escala sem precedentes.

As nossas Pessoas permaneceram no centro das preocupações, tendo o ano sido marcado por iniciativas de proteção e apoio direto às várias equipas, em particular às que estiveram na linha da frente. Demos também sequência à prossecução de atividades que visaram estimular uma cultura e ambiente de trabalho mais inclusivos e diversos, alinhados com os valores e expectativas dos Colaboradores, e potenciadores das suas capacidades individuais em benefício de todos.

Por último, no início de 2021, Portugal entrou novamente em confinamento total, deixando evidente que os próximos meses continuarão a ser desafiantes. Permanecemos otimistas, mas com prudência, cientes de que a incerteza continuará presente, e de que a pandemia ainda não atingiu o seu ponto de viragem. No imediato, continuaremos a dar prioridade à segurança das nossas Pessoas e Clientes, mantendo um olhar atento sobre a direção que o nosso setor poderá tomar.

É com ânimo e confiança que temos vindo a encarar este ano de 2021, mobilizados para continuar na vanguarda da inovação, a revolucionar o retalho alimentar em Portugal, e a fazer a diferença na vida das famílias portugueses.

Juntos em momentos de superação. Liderando o caminho na construção de um futuro melhor.

LUÍS MOUTINHO
CEO



EQUIPA DE GESTÃO

A Comissão de Liderança da Sonae MC é responsável pela gestão corrente dos Negócios.





Luís Moutinho
CEO



Rui Almeida
CFO E EXPANSÃO



David Alves
COMERCIAL NÃO-ALIMENTAR E *E-COMMERCE*



Isabel Barros
RECURSOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE



João Afonso
COMERCIAL ALIMENTAR E FRESCOS



José Fortunato
OPERAÇÕES, MARKETING E DIGITAL



Miguel Águas
LOGÍSTICA E SAÚDE, BEM-ESTAR E BELEZA



Miguel Moreira
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO



1. O ANO EM RELANCE

LIDERANÇA REFORÇADA

Procuramos estar na vanguarda da inovação, antecipando tendências e liderando a revolução do nosso setor. Este modo de agir permite-nos ajustar continuamente a nossa proposta de valor às expectativas e preferências dos Clientes, em constante evolução. Através das nossas insígnias e marcas de referência, reconhecidas e acarinhadas pelas famílias portuguesas, afirmamos o nosso estatuto de liderança.

UM BREVE OLHAR SOBRE A SONAE MC

+35 ANOS
EXPERIÊNCIA NO SETOR DO RETALHO

Com a abertura do primeiro hipermercado do país em 1985, a Sonae MC lançou as bases para se tornar líder no retalho alimentar em Portugal, capitalizando um trajeto de 35 anos de crescimento robusto e sustentado.

+1.300
LOJAS

Ao dia de hoje, a Sonae MC encontra-se presente em vários segmentos de Negócio complementares entre si, através de um portefólio multi-formato e omnicanal de insígnias de referência.

+35.000
COLABORADORES

A proposta de valor da Empresa está centrada em soluções de alimentação, sendo complementada por um conjunto de outras áreas de desenvolvimento, nas quais se destacam, entre outras, a saúde, bem-estar e beleza, permitindo assim oferecer uma experiência mais abrangente aos Clientes.

+5.100 M€
VOLUME DE NEGÓCIOS

Com mais de 1.300 lojas em Portugal e no norte de Espanha, a missão da Sonae MC passa por servir diariamente as famílias, através da disponibilização de uma oferta responsável e alargada de produtos e serviços de qualidade e a preços competitivos, de forma próxima e conveniente, e tendo por base um serviço e execução de excelência.

+4 MILHÕES
FAMÍLIAS CLIENTES

RETALHO ALIMENTAR

CONTINENTE

HIPERMERCADOS URBANOS
41 LOJAS

CONTINENTE modelo

SUPERMERCADOS DE GRANDE DIMENSÃO
142 LOJAS

CONTINENTE bom dia

SUPERMERCADOS DE PROXIMIDADE
131 LOJAS

CONTINENTE ONLINE

PLATAFORMA DE *E-COMMERCE*
157 PONTOS *CLICK&GO*

Meu Super

LOJAS DE PROXIMIDADE FRANQUIADAS
289 LOJAS

SAÚDE, BEM-ESTAR E BELEZA

Wells SAÚDE+ÓTICA

SAÚDE, BEM-ESTAR, BELEZA E ÓTICA
281 LOJAS

Dr.Wells

MEDICINA ESTÉTICA E DENTÁRIA
22 CLÍNICAS

go natural

SUPERMERCADOS E RESTAURANTES BIOLÓGICOS
12 LOJAS
37 RESTAURANTES

arenal

PARAFARMÁCIA E PERFUMARIA
54 LOJAS

NOVOS NEGÓCIOS DE CRESCIMENTO

·B·A·G·G·A·

CAFETARIAS
144 LOJAS

note!

ARTIGOS DE PAPELARIA, LIVROS E PRESENTES
80 LOJAS

ZU

ARTIGOS PARA ANIMAIS E CLÍNICAS VETERINÁRIAS
28 LOJAS

Maxmat

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E BRICOLAGE
30 LOJAS

WASHY

LAVANDARIAS *SELF-SERVICE*
20 LOJAS

home story

DECORAÇÃO E ARTIGOS PARA O LAR
1 LOJA

A NOSSA RESPOSTA À COVID-19

Num ano marcado pelas crises sanitária e económica decorrentes da pandemia de COVID-19, a Sonae MC atuou de forma ágil e assertiva, procurando salvaguardar a saúde e a segurança dos seus Colaboradores e Clientes, assegurar os níveis de serviço das operações e toda a cadeia de abastecimento, e simultaneamente, apoiar os seus Parceiros e as Comunidades locais.

CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

MODELO DE GESTÃO DE CRISE



+ 14 MANUAIS OPERACIONAIS COM MEDIDAS PREVENTIVAS

Constituição de um comité dedicado para gestão de crise de COVID-19 e elaboração de planos de contingência e mitigação para resposta a vários cenários.

REFORÇO DO NEGÓCIO DO *E-COMMERCE*

Desenvolvimento de medidas de aumento de capacidade e disponibilidade do serviço do Continente *Online*, incluindo o alargamento dos locais de preparação de encomendas, a oferta de diferentes opções de entrega, e o estabelecimento de acordos com Parceiros externos para assegurar maior rapidez de entrega.



80% DE CRESCIMENTO ANUAL DAS VENDAS *ONLINE*



3x CAPACIDADE DIÁRIA DE PREPARAÇÃO DE ENCOMENDAS *ONLINE*

ESTABILIDADE DE ABASTECIMENTO

Adaptação das operações e cadeia de abastecimento, e reforço de *stocks* e gamas (em particular de produtos essenciais), em articulação com Fornecedores.



+ 5 FERRAMENTAS DE APOIO À GESTÃO DE CRISE DE COVID-19

FERRAMENTAS DE GESTÃO DE CRISE

Desenvolvimento de ferramentas de suporte e apoio à gestão como o «*Trace COVID*» que suporta um modelo de risco e previsional da incidência da doença em Portugal e na Sonae MC.

COLABORADORES

MEDIDAS DE PROTEÇÃO DOS COLABORADORES

Implementação de várias medidas de proteção dos Colaboradores, incluindo ações de formação, disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de soluções de desinfeção, sinaléticas nos espaços físicos e procedimentos de controlo de temperatura, entre outras.





> 3,8 MILHÕES MASCARAS DE PROTEÇÃO DISTRIBUÍDAS



RECONHECIMENTO DO ESFORÇO DAS EQUIPAS

Atribuição de prémio monetário extraordinário aos Colaboradores de lojas e entrepostos, recompensando o seu trabalho na linha da frente, entre outras ações de reconhecimento.

BOLSA DE VOLUNTÁRIOS



Criação de bolsa centralizada de voluntários para dar resposta às necessidades imediatas no terreno (e.g. lojas, entrepostos) no pico de aumento de procura no início da crise pandémica.

> 290 COLABORADORES VOLUNTÁRIOS

CANAIS DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Desenvolvimento de canais internos de diálogo, dedicados à comunicação recorrente de temáticas no âmbito da pandemia de COVID-19 e disponibilização de uma linha interna de esclarecimento de dúvidas disponível 24 horas para todos os Colaboradores.

> 240 MIL CHAMADAS RECEBIDAS E EFETUADAS



CLIENTES

MEDIDAS DE SEGURANÇA EM LOJA

Implementação de várias medidas de higiene e segurança nas lojas: limitação do número de Clientes, marcas de distanciamento, barreiras acrílicas de proteção, gel desinfetante, entre outras.



> 3 MIL BARREIRAS ACRÍLICAS

+20 NOVOS PRODUTOS



NOVAS GAMAS DE HIGIENE PESSOAL E LIMPEZA DO LAR

Lançamento da gama «Continente Protect» focada em produtos especializados de higiene pessoal e limpeza do lar, com propriedades antibacterianas e desinfetantes, a preços baixos.

1ª MARCA CERTIFICADA EM PORTUGAL NA DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR



CERTIFICAÇÃO COVID SAFE

Atribuição da certificação COVID SAFE pela APCER, tornando-se o Continente a primeira marca de distribuição alimentar em Portugal a ser distinguida com este selo de segurança.

CABAZES DE BENS ESSENCIAIS

Lançamento de uma gama de artigos «Essenciais Continente *Online*» e cabazes pré-definidos, com entrega garantida em 48 horas.



COMUNIDADE

MILHARES DE BENS DOADOS PELA MISSÃO CONTINENTE



APOIO A ENTIDADES HOSPITALARES E INSTITUIÇÕES SOCIAIS

Doações de refeições prontas e artigos essenciais, como bens alimentares, produtos de higiene e cosmética e EPIs, a hospitais, autarquias e instituições de solidariedade, entre outros.

CAMPANHA «NUNCA DESISTIR»

Organização de uma das maiores campanhas nacionais para recolha de donativos junto dos portugueses, destinados a apoiar as famílias mais necessitadas.



+640 MIL € ANGARIADOS

APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL

Suporte ao escoamento da produção nacional através do reforço de compras ao Clube de Produtores Continente (CPC) e da integração de 40 novos membros, complementado com iniciativas temporárias de apoio à liquidez de pequenos produtores.



365 M€ EM COMPRAS A PRODUTORES NACIONAIS DO CPC

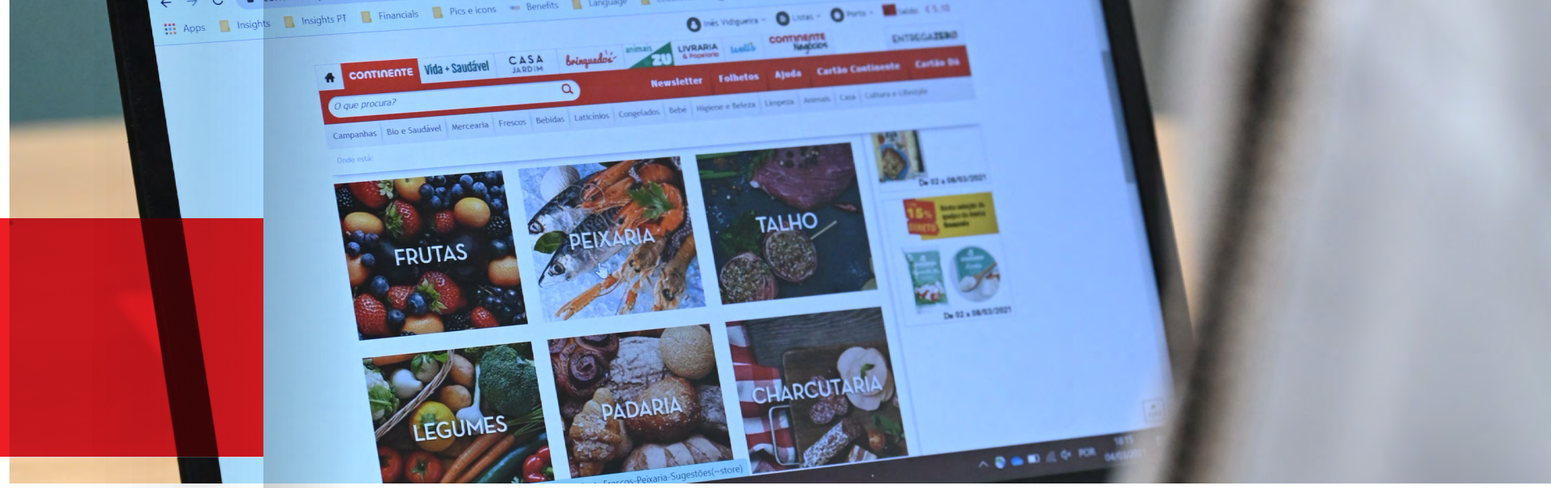
500 MIL PESSOAS APOIADAS



CAMPANHA «TODOS POR TODOS »

Organização da maior recolha de bens alimentares para apoio a famílias em dificuldades económicas devido à pandemia através da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), Rede de Emergência Alimentar e União Audiovisual.

O NOSSO MERCADO



ATIVIDADE ECONÓMICA ALTAMENTE IMPACTADA PELA PANDEMIA

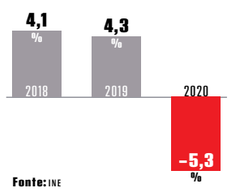
Em março de 2020, a primeira vaga da pandemia causada pela COVID-19 impactou, de forma severa, a economia mundial.

Em Portugal, as medidas de contenção da crise de saúde pública decretadas pelo Governo impuseram drásticas restrições sociais e limitações à atividade económica, resultando numa contração do consumo privado de 5,0% e, consequentemente, uma queda sem precedentes do PIB de 5,3% em termos nominais, face ao ano anterior.

Neste cenário, o desemprego reverteu a tendência dos últimos anos, crescendo para os 6,8% ainda que atenuado pelas medidas de apoio às empresas, como o regime de *layoff* simplificado, e pelo aumento da população inativa. Em resultado, o elevado ritmo de crescimento do rendimento disponível das famílias registado nos últimos anos abrandou significativamente em 2020, tendo, contudo, beneficiado dos apoios sociais introduzidos pelo Governo.

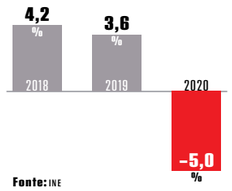
Em termos gerais, a economia portuguesa inverteu a tendência de crescimento registada nos anos pré-pandemia, fortemente penalizada pelo desempenho negativo dos setores mais afetados como o Turismo e a Restauração.

Crescimento PIB nominal
(variação anual)



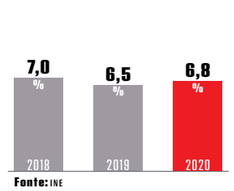
Fonte: INE

Consumo privado
(variação anual)



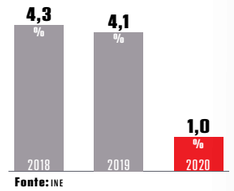
Fonte: INE

Taxa de desemprego
(% população ativa)



Fonte: INE

Rendimento disponível
(variação anual)



Fonte: INE

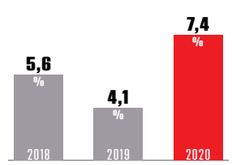
RETALHO ALIMENTAR RESILIENTE, MAS COMPETITIVO

O setor de retalho de base alimentar em Portugal caracteriza-se por uma elevada competitividade e pela atuação de um grande número de retalhistas (nacionais e internacionais) que operam lojas de vários formatos: hipermercados, supermercados, lojas de proximidade e conveniência, *discounter* e *online*.

Ainda que perante um contexto pandémico e um ambiente operativo desafiante, em 2020, o setor em Portugal registou um dinamismo de vendas assinalável, beneficiando do seu papel fundamental no suporte às necessidades básicas das famílias e de uma transferência do consumo realizado fora de casa para as superfícies de retalho. Em particular, assistiu-se a uma aceleração considerável das vendas do canal *online*, sendo este um dos principais impactes da pandemia de COVID-19 no que à transformação do setor se refere.

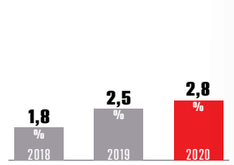
Do lado da oferta, a concorrência no retalho alimentar em Portugal acentuou-se com a abertura de novas lojas pelos diferentes operadores, privilegiando-se uma vez mais a expansão dos formatos de conveniência e proximidade.

Vendas a retalho
Hipermercados e supermercados
(variação nominal anual)



Fonte: INE, Nielsen

Área bruta de venda
Mercado de retalho alimentar
(variação anual)



Fonte: Nielsen

PADRÕES DE CONSUMO EM TRANSFORMAÇÃO

As crises de saúde pública e económica causadas pela pandemia de COVID-19 introduziram alterações nos padrões de consumo, dando origem ao aparecimento de novas tendências e acelerando outras já identificadas:

TENDÊNCIAS		COMO ESTAMOS A ENDEREÇAR
MUDANÇA DE COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR	Maior procura pelo canal *online* e pagamentos digitais. No canal *offline*, o consumidor valoriza a proximidade, a conveniência e a experiência de compra – exigindo maior digitalização (*contactless*), rapidez de serviço, facilidade de acesso e soluções prontas. Preferência pelos negócios locais e preços baixos.	› Focar a expansão de lojas no segmento de proximidade e conveniência › Potenciar oportunidades no digital e Negócio de *e-commerce* › Melhorar a perceção de valor pelo Cliente
CRESCENTE PREOCUPAÇÃO COM SAÚDE E BEM-ESTAR	O foco na saúde física e mental, intensificado pela pandemia, tem-se revelado pela crescente procura por uma alimentação saudável, prática de exercício físico, consultas médicas regulares e preventivas, e estilo de vida equilibrado.	› Alargar a gama de nutrição saudável › Desenvolver o Negócio da Saúde, Bem-estar e Beleza
APARECIMENTO DO CONCEITO DE *HOMIFICATION*	A pandemia obrigou os consumidores a fazerem da sua casa o centro do mundo e o local para trabalhar/estudar, para a prática de exercício, para refeições e entretenimento, incrementando o uso de *apps* relacionadas com os diferentes fins.	› Potenciar oportunidades no digital e Negócio de *e-commerce*
EVOLUÇÃO DO CONTEXTO DE FORNECIMENTO	Alargamento e maior fragmentação da base de Fornecedores, com movimentos de desintermediação dos retalhistas e interação direta com os consumidores.	› Aumentar a agilidade e eficiência do modelo operativo › Otimizar parque de lojas com foco na produtividade das vendas
ACELERAÇÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Novas tecnologias permitem melhorar a gestão e previsibilidade de *stocks* e a crescente utilização da inteligência artificial e robótica leva ao aumento da automação. As cadeias de abastecimento tornam-se mais flexíveis através de *data analytics* e há uma maior customização da experiência de compra.	› Potenciar oportunidades no digital e Negócio de *e-commerce* › Aumentar a agilidade e a eficiência do modelo operativo
INTENSIFICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA	Num contexto de pandemia, o crescimento da área de venda manteve-se dinâmico, com os modelos de negócio assentes na compra fácil e conveniente a ganharem importância: formato *discounter* com maior crescimento, aceleração do *e-commerce* e maior oferta de serviços de refeições.	› Potenciar oportunidades no digital e Negócio de *e-commerce*

OS NOSSOS PILARES ESTRATÉGICOS



Temos uma visão clara sobre os pilares estratégicos que sustentarão o nosso caminho de crescimento e liderança nos mercados em que operamos, permitindo criar valor sustentável para todos os *stakeholders*.

Continuamos focados em ser um operador de excelência no retalho alimentar, com uma proposta de valor competitiva e distintiva, impulsionada por um posicionamento competitivo em valor, pela transformação da nossa oferta de frescos, marca própria e nutrição saudável, assente numa operação que se pretende cada vez mais eficiente, ágil e digital.

Queremos estar cada vez mais próximos dos consumidores portugueses, crescendo através da expansão de lojas de proximidade e do reforço da presença omnicanal. Continuamos empenhados em garantir crescimento, nomeadamente através do desenvolvimento de oportunidades no digital e na ampliação do Negócio de Saúde, Bem-estar e Beleza.

Este caminho é possível porque contamos com uma equipa de excelência, e porque continuaremos comprometidos com uma gestão ativa de talento e desenvolvimento contínuo das lideranças.

OS NOSSOS VALORES

- INOVAÇÃO
- CONFIANÇA E INTEGRIDADE
- AS PESSOAS NO CENTRO DO NOSSO SUCESSO
- AMBIÇÃO
- RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
- FRUGALIDADE E EFICIÊNCIA
- COOPERAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

AS NOSSAS PRIORIDADES

POTENCIAR A APRECIAÇÃO DOS CLIENTES

- Melhorar a perceção de **valor** pelo Cliente
- Robustecer a oferta de **produtos frescos**
- Transformar a oferta de **marca própria**
- Alargar a gama de **nutrição saudável**

ASSEGURAR PERFIL DE EFICIÊNCIA EXEMPLAR

- Aumentar a agilidade e **eficiência** do modelo operativo
- Otimizar parque de lojas com foco na **produtividade** das vendas

DESENVOLVER IMPORTANTES AVENIDAS DE CRESCIMENTO

- Focar a expansão de lojas no segmento de **proximidade** e **conveniência**
- Potenciar oportunidades no **digital** e Negócio de ***e-commerce***
- Desenvolver o Negócio da **Saúde, Bem-estar e Beleza**

CRIAR VALOR SUSTENTÁVEL PARA TODOS OS NOSSOS *STAKEHOLDERS*

- Contribuir para a **redução da nossa pegada ecológica** em benefício do Ambiente
- Promover **escolhas conscientes** e uma **relação próxima** com a Comunidade
- Fomentar o **bem-estar, inclusão** e **desenvolvimento** das nossas Pessoas

O NOSSO MODELO DE CRIAÇÃO DE VALOR

PRINCIPAIS RECURSOS

ECONÓMICOS E FINANCEIROS

- Capital investido de 2.403 milhões de euros com retorno dos capitais empregues de referência
- Geração de 202 milhões de euros de FCF
- Rácio dívida líquida total / EBITDA subjacente de 3,0x

CONHECIMENTO E CAPITAL INTELECTUAL

- Competências distintivas no desenvolvimento de negócios de retalho
- Ecossistema de inovação com facilitação e aceleração centralizada
- 35.900 Colaboradores desempenhando mais de 300 funções distintas
- ~760 Colaboradores afetos a projetos de I&D

CAPITAL NATURAL

- Redução do consumo de eletricidade por m² de área de vendas de 2%
- Redução de emissões de GEE em 20%
- 74,2% de plástico reciclado nas embalagens de produtos de marca própria

RELACIONAMENTOS E PARCERIAS

- 206.000 toneladas de compras efetuadas a produtores nacionais
- Mais de 1.100 instituições apoiadas
- Mais de 150 prémios recebidos

DIGITAL

- Negócio de comércio eletrónico líder em Portugal
- Ofertas customizadas com base na análise das necessidades e comportamento dos Clientes
- Continente com 100% de notoriedade de marca
- *Expertise* e competências avançadas em *data analytics* e digital

INFRAESTRUTURA FÍSICA E IMOBILIÁRIA

- Mais de 16.500 novas contratações
- Abertura de 89 novas lojas próprias
- Mais 3 pontos pontos de recolha de encomendas *online* («*Click & Go*»)

MODELO DE NEGÓCIO

GESTÃO DE GAMA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

COMPRAS E ARMAZENAMENTO

LOGÍSTICA E TRANSPORTE

OPERAÇÃO DE LOJA E *ONLINE*

MARKETING, VENDAS E FIDELIZAÇÃO

SERVIÇO AO CLIENTE E PÓS-VENDA

PRINCIPAIS RESULTADOS

ECONÓMICOS E FINANCEIROS

- Margem EBITDA subjacente de 10,2%
- Estrutura de capital (próprio e alheio) robusta com rácios de endividamento em níveis conservadores

CONHECIMENTO E CAPITAL INTELECTUAL

- Mais de 800 novos artigos de marca própria alimentar e de 5.500 artigos não alimentar lançados durante o ano
- Mais de 787 mil horas de formação
- ~220 projetos de I&D
- 11 pedidos de patentes registados

CAPITAL NATURAL

- Consumo de energia de 2.029.557 GJ
- Consumo de combustível relativo à frota de 487.849 GJ
- Consumo de água de 887.919 m³

RELACIONAMENTOS E PARCERIAS

- Cerca de 80%[1] das compras em 2020 foram realizadas a Fornecedores com quem nos relacionamos há 5 anos ou mais
- Cerca de 85% das famílias portuguesas são nossas Clientes
- Participação em diversas associações de indústria e/ou fóruns da sociedade civil
- Programa de fidelização distintivo com 4 milhões de contas ativas

DIGITAL

- Crescimento de c.80% das vendas *online*
- *App* Cartão Continente com mais de 1,3 milhões de utilizadores e novos serviços (pagamentos digitais)
- Elevada notoriedade de marca com 2 milhões de seguidores no Facebook

INFRAESTRUTURA FÍSICA E IMOBILIÁRIA

- Rede de lojas multiformato com 1.313 lojas, das quais 969 próprias
- Infraestrutura logística eficiente com 5 centros de distribuição, 2 centros de fabrico e 1 *dark store*
- 157 pontos de recolha de encomendas *online («Click & Go»)*

VALOR CRIADO

FORNECEDORES
~3.600 M€
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS

ACIONISTA
~75 M€
DIVIDENDOS

PLANETA
~8 M€
INVESTIMENTO NA PROMOÇÃO DA ECOEFICIÊNCIA

ESTADO
~32 M€
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

COMUNIDADE
~12 M€
APOIOS À COMUNIDADE

COLABORADORES
~605 M€
CUSTOS COM COLABORADORES

1 os dados não incluem a Arenal

DESEMPENHO EM 2020

RESULTADOS EXCECIONAIS NUM ANO DESAFIANTE





SÓLIDO DESEMPENHO NUM ANO SINGULAR

Em 2020, num ano sem precedentes e perante condições de operação particularmente exigentes, a Sonae MC prosseguiu a dinâmica positiva dos últimos anos, obtendo um desempenho de vendas robusto e fortalecendo a sua posição de liderança no setor. Estes resultados refletiram um reconhecimento muito favorável dos Clientes perante os esforços da Empresa na resposta à crise pandémica.

Durante o período, o volume de negócios da Empresa cresceu 9,6% para 5.153 milhões de euros, aumentando 6,6% no universo comparável de lojas, beneficiando dos efeitos do armazenamento no início do surto de COVID-19, e do aumento do consumo dentro de casa (em detrimento de visitas a restaurantes), que se manteve ao longo do período.

Todos os formatos alimentares da Sonae MC alcançaram um desempenho notável, destacando-se também a aceleração da procura *online* e o consequente crescimento exponencial do Negócio de *e-commerce*. Os Novos Negócios de Crescimento apresentaram desempenhos mistos, com alguns segmentos a serem mais afetados pelas medidas restritivas impostas pelo governo no contexto da pandemia. Não obstante, os formatos de Saúde, Bem-estar e Beleza apresentaram um desenvolvimento de vendas positivo, em particular no segundo semestre, refletindo a importância crescente deste segmento no contexto da crise. Por outro lado, os formatos de restauração acabaram por ser negativamente impactados pelo encerramento forçado durante o estado de emergência, e pelos comportamentos de consumo mais cautelosos que se seguiram.

A rentabilidade operacional da Empresa manteve-se em patamares de referência, tendo o EBITDA subjacente aumentado 47 milhões de euros para 526 milhões de euros, correspondente a uma margem estável de 10,2%. Os custos incrementais diretos e indiretos relacionados com a pandemia de COVID-19 foram compensados pelo aumento do volume de vendas e por melhorias operacionais no período.

Em suma, o resultado líquido de operações continuadas totalizou 139 milhões de euros no ano, registando uma variação anual positiva de 8 milhões de euros.





ABORDAGEM SENSATA AO PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL

Tendo em conta o contexto adverso, a Sonae MC adotou uma postura mais prudente nas suas decisões de investimento (em comparação com os seus referenciais históricos), mantendo-se ao mesmo tempo alinhada com as suas prioridades de médio e longo prazo. O investimento no ano ascendeu a 206 milhões de euros e foi dedicado a:

- Abertura de novas unidades ao abrigo do programa de expansão da Empresa, materializado em 89 lojas próprias, incluindo 13 supermercados de proximidade, permitindo-lhe finalizar o ano com um parque de 1.313 unidades de retalho (incluindo franquias) e uma área bruta de venda instalada de 942 mil m^2.

- Renovação de um conjunto selecionado de unidades de retalho alimentar identificadas como prioritárias, incluindo 8 intervenções de requalificação relevantes, com vista a garantir que estas unidades se mantêm como referência de modernidade.

- Outros projetos de investimento relacionados com a modernização das infraestruturas de armazenamento e logística, o desenvolvimento de capacidades digitais e omnicanal, ou a evolução das plataformas tecnológicas.



POSIÇÃO FINANCEIRA REFORÇADA

A 31 de dezembro de 2020, a dívida financeira líquida da Sonae MC situava-se em 464 milhões de euros, um valor inferior em 127 milhões de euros ao reportado no final do período homólogo, refletindo uma forte capacidade de geração de fluxos de caixa.

Durante o ano, a Empresa robusteceu a sua estrutura de capitais, que se manteve equilibrada e com a solidez adequada, melhorando os seus rácios de alavancagem e autonomia financeira.

Adicionalmente, ao longo destes doze meses, a Sonae MC reforçou a sua posição de liquidez aumentando as linhas de crédito disponíveis em condições muito atrativas, e reduzindo significativamente as suas necessidades de financiamento futuras. Destaca-se também o facto de parte destas operações de financiamento estarem hoje associadas a objetivos de sustentabilidade.



Os nossos produtos e serviços no coração dos Clientes

Num ano particularmente exigente marcado por um evento inesperado que transformou por completo a arena de consumo, reforçámos a confiança e preferência dos Clientes pelos nossos produtos e serviços.

PRÉMIOS ESCOLHA DO CONSUMIDOR

PRODUTO CINCO ESTRELAS

PRÉMIO MARCA DE CONFIANÇA

PRÉMIOS SABOR DO ANO

SUSTENTABILIDADE NA AGENDA DAS PRIORIDADES

A Sonae MC continuou a fazer a diferença ao nível dos três eixos de atuação de desenvolvimento sustentável — Ambiente, Comunidade e Pessoas — e procurando impactar positivamente todos os seus *stakeholders*.

No eixo de atuação Ambiente, em 2020, a Sonae MC prosseguiu com as suas iniciativas de aumento da eficiência e descarbonização da matriz energética, promovendo cada vez mais a utilização de fontes de energia renovável.

A Empresa deu continuidade aos esforços de redução das emissões de gases de efeitos de estufa, algo particularmente notável num ano em que se verificou um aumento significativo de atividade e uma complexidade acrescida sobre as operações.

A Sonae MC manteve-se ainda comprometida com a promoção de uma economia circular, procurando reduzir o desperdício e minimizar a quebra, promover a reutilização de materiais e aumentar a sensibilização dos diferentes atores.

Na vertente Comunidade, a Empresa deu continuidade à reformulação nutricional dos produtos de marca própria e à certificação de origem das matérias-primas usadas na produção destes produtos.

No campo da promoção da sustentabilidade da cadeia de abastecimento o Continente tornou-se o primeiro retalhista em Portugal a receber as certificações internacionais *Marine Stewardship Council* (MSC) e *Aquaculture Stewardship Council* (ASC) e a comercializar pescado de origem sustentável nas suas peixarias. No contexto da crise de saúde pública, a Sonae MC, através do Clube de Produtores Continente, reforçou também o suporte aos produtores nacionais no escoamento da produção.



De salientar ainda a manutenção de ações de apoio às Comunidades locais, em particular através da Missão Continente, complementadas por novas iniciativas no âmbito da crise sanitária para apoio a diferentes parceiros sociais.

Na dimensão Pessoas, o ano foi marcado por um conjunto de ações direcionadas aos Colaboradores, entre as quais se destacam: I) o esforço de proteção das equipas, II) o reconhecimento dos Colaboradores que estiveram na linha da frente, através do pagamento de uma compensação monetária extraordinária, III) a implementação com sucesso de modelos de trabalho remoto, IV) o alargamento da atribuição do benefício de *smartphone* e plano de comunicações a todos os Colaboradores efetivos e, V) o desenvolvimento de um novo modelo de liderança.

O esforço realizado no vetor de Diversidade e Inclusão permitiu à Empresa reforçar o número de mulheres em cargos de liderança e desenvolver uma abordagem integrada à temática da violência doméstica.





OTIMISMO PRUDENTE NO HORIZONTE PARA 2021

Apesar da crise sanitária de COVID-19 ter gerado uma enorme disrupção em 2020, o ambiente de consumo nas categorias de retalho alimentar manteve-se relativamente resiliente. Todavia, tal poderá não ser a realidade em 2021. Com o novo ano a arrancar ainda repleto de incerteza, e perante o agravamento da emergência de saúde pública, serão fatores como a velocidade e sucesso da normalização «pós-pandemia», assim como a eficácia das medidas de resposta à crise económica, que ditará as perspetivas para o novo exercício.

A Sonae MC manterá uma postura cautelosa e as suas prioridades na resposta à pandemia. Adicionalmente, a Empresa continuará a acelerar os desenvolvimentos estratégicos programados e em curso, procurando capitalizar novas oportunidades de Negócio e crescimento rentável, e mantendo-se ativa na promoção do desenvolvimento sustentável, em linha com os seus objetivos e metas de longo prazo.

Certificação ISO 9001:2015
People Shared Services

PRÉMIO *HUMAN RESOURCES* PORTUGAL
Gestão de Talento

As nossas pessoas na base dos nossos Negócios

A nossa política de recursos humanos promove o desenvolvimento profissional e pessoal dos nossos Colaboradores, a sua contínua valorização, a retenção de talento e a busca pela igualdade de oportunidades dentro da organização.

A sustentabilidade enquanto pilar do nosso crescimento

Continuamos a fomentar um compromisso cada vez maior com a sustentabilidade, introduzindo transformações profundas nos nossos Negócios ao nível da otimização de recursos e com a promoção de uma sociedade mais justa.

PRÉMIO MARCA DE CONFIANÇA AMBIENTE

PRÉMIO MARKETEER DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

PRÉMIO ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL

PRÉMIO EFICÁCIA

FUTURO NO TOPO DA AGENDA

Fazemos questão de intervir junto de todos os agentes com quem nos relacionamos, de forma a potenciarmos a criação de valor ao longo de toda a cadeia e a assegurarmos sua distribuição equitativa, conciliando as exigências de curto prazo e de longo prazo.

Colocamos a sustentabilidade e o futuro do nosso planeta no topo das nossas preocupações, empregando esforços na minimização do impacte ambiental da nossa atividade e na promoção da economia circular. Preconizamos escolhas responsáveis e conscientes, cientes do efeito positivo que temos nas Comunidades mais próximas. Defendemos o equilíbrio e a justiça dentro da Sonae MC e advogamos uma gestão responsável baseada em princípios sólidos de liderança.



OS NOSSOS
STAKEHOLDERS



Consideramos a interação com os nossos *stakeholders* fundamental para incorporarmos as suas expetativas e preocupações na nossa forma de atuação.

Ouvimos os Clientes para conhecermos as suas necessidades, visando melhor definir e ajustar a nossa proposta de valor.

Apoiamos o crescimento de cada Colaborador, através da gestão de talento e da promoção da confiança e do respeito mútuo.

Somos competitivos porque estabelecemos relações duradouras com os nossos Fornecedores, tendo como princípios fundamentais a honestidade e a reciprocidade.

Entregamos valor ao Acionista trabalhando com rigor, transparência e de uma forma sustentável.

Fazemos questão de ir muito além do nosso foco de atuação, contribuindo para a qualidade de vida das Comunidades que nos rodeiam.

	STAKEHOLDERS	CANAIS DE DIÁLOGO	TEMAS-CHAVE
CLIENTES	A Sonae MC assume como foco das suas ações o desenvolvimento de uma relação de transparência e confiança com os seus Clientes, alicerçada numa proposta de valor competitiva e responsável, amplamente adaptada às suas necessidades. Acreditamos que Clientes satisfeitos estabelecem um vínculo de lealdade, fundamental para o sucesso de longo-prazo.	Interação com os Clientes nas nossas lojas e através da plataforma Continente *Online* Interação com Clientes nos pontos de entrega de encomendas *online* («*Click & Go*» e moradas indicadas pelos Clientes) *Call center* de apoio ao Cliente Campanhas de comunicação e ações de ativação de marca *Social media* e *website* Sonae MC Estudos de mercado e *focus groups* Provedoria Sonae	Qualidade e segurança dos produtos e serviços Preços competitivos Experiência de compra Comunicação transparente e verdadeira Sustentabilidade, origem e rastreabilidade dos produtos Informação ambiental, nutricional e certificações dos produtos Respeito e cumprimento da lei relativa à privacidade e tratamento da informação dos Clientes Ambiente e condições de trabalho dos Colaboradores Inovação nos produtos e serviços Gestão da relação com o Cliente
COLABORADORES	A Sonae MC atribui elevado valor ao desenvolvimento profissional e pessoal dos seus Colaboradores, promovendo ambientes de trabalho inclusivos, saudáveis e seguros, e com igualdade de oportunidades, em que os Colaboradores assumem individualmente uma atitude comprometida e proativa, adotando entre si relações de respeito mútuo, lealdade, cooperação, honestidade e clareza de comunicação.	Reuniões e interações recorrentes em ambiente profissional Convívios e outros eventos informais entre Colaboradores Ações de formação e conferências Comunicação interna Intranet Fóruns e grupos de partilha de conhecimento Inquéritos de satisfação a Colaboradores Avaliação anual de desempenho	Anticorrupção ou suborno Diversidade e inclusão Comunicação transparente e verdadeira Atração e retenção de talento Ambiente e condições de trabalho dos Colaboradores Critérios de remuneração e progressão profissional Respeito pelos Direitos Humanos Desenvolvimento de capital humano Melhorar a experiência dos Colaboradores
FORNECEDORES	A Sonae MC procura construir relações de confiança a longo prazo com os seus Fornecedores, atuando com lealdade e boa-fé, e não tolerando qualquer forma de abuso, suborno, corrupção ou branqueamento de capitais. A Sonae MC seleciona os seus Fornecedores com base em critérios claros e imparciais, orientados pela promoção da sustentabilidade e princípios de racionalidade económica.	Projetos de parcerias com Fornecedores Reuniões e outras interações de negociação Contratos gerais de fornecimento Clube de Produtores Continente Avaliação de desempenho de Fornecedores Inquéritos de auscultação a Fornecedores Portal de Fornecedores Visitas e auditorias	Anticorrupção ou suborno Controlo de qualidade Preços justos Comunicação transparente e verdadeira Sustentabilidade, origem e rastreabilidade dos produtos Gestão da relação com Fornecedores
ACIONISTA	A Sonae MC visa a geração de valor de longo prazo para o seu Acionista, de forma sustentada e no estrito cumprimento dos valores da Empresa e da nossa sociedade. Esta filosofia assenta na criação de valor partilhado com todos os *stakeholders*.	Interações com o Acionista Interações com analistas Apresentações institucionais Comunicações financeiras periódicas Assembleia Geral de Acionistas Reuniões dos órgãos sociais e comissões	Rentabilidade e escala dos Negócios Investimento responsável Gestão de risco e crise Gestão da marca e reputação Comunicação transparente e verdadeira Sustentabilidade dos Negócios Responsabilidade corporativa
SOCIEDADE	A Sonae MC conduz os seus Negócios com uma visão de criação de valor de longo prazo, respeitando os princípios de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa e ambiental. As marcas e insígnias da Sonae MC estão intimamente ligadas às Comunidades locais, procurando ter um impacte muito positivo na vida das pessoas.	Interações com entidades e decisores públicos Participação em associações do setor do retalho Interações com instituições financeiras Interações com empresas de comunicação/ marketing e de áreas de responsabilidade social Apresentações, conferências e outras reuniões públicas Eventos e festivais para a Comunidade em geral Publicações	Comunicação transparente e verdadeira Sustentabilidade, origem e rastreabilidade de produtos Diversidade e inclusão Envolvimento com a Comunidade Ambiente e condições de trabalho dos Colaboradores Impacte da utilização do plástico no planeta Proteção da biodiversidade Consumo de energia, utilização de energia de fontes renováveis e eficiência energética

O NOSSO COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE



QUEREMOS INSPIRAR QUEM NOS RODEIA

O desenvolvimento sustentável está no ADN da Sonae MC, razão pela qual procuramos criar e partilhar valor económico e social através da atividade desenvolvida nas diversas áreas de Negócio onde estamos presentes.

A ambição que nos move e nos mantém permanentemente insatisfeitos estimula a criação contínua de valor, através de uma gestão consciente que procura equilibrar os capitais financeiro, humano e intelectual, natural, imobiliário, digital, social e relacional. Sabemos que esta só é possível através de um diálogo interativo com os nossos stakeholders, de forma a identificar os aspetos verdadeiramente relevantes para os diferentes grupos de interesse.

Ao cruzar estes aspetos com a sua importância para os nossos Negócios foi possível identificar os temas materiais para a Sonae MC, passíveis de afetar a criação de valor para a Empresa e para a sociedade, no curto, médio ou longo prazo, permitindo ancorar ao desempenho económico sólido o impacte social. Esta análise serve de orientação para o nosso processo de reflexão estratégica, nomeadamente no que concerne à sustentabilidade, e suporta a definição de linhas de atuação para dar resposta aos temas materiais.

Adicionalmente, permitiu-nos também selecionar os standards GRI *(Global Reporting Initiative)* divulgados neste relatório.

De forma a orientar e focar a nossa atuação, agrupámos os temas materiais em três eixos fundamentais, que têm subjacente a criação de valor no presente, com vista a um futuro melhor e sustentável: Ambiente, Comunidade e Pessoas.

UMA VISÃO INTEGRADA DE SUSTENTABILIDADE

AMBIENTE
PELO FUTURO DO PLANETA

Contribuímos para uma pegada global sustentável através da adoção de práticas que permitam acelerar a descarbonização das nossas atividades, proteger a natureza e biodiversidade e promover uma utilização circular dos materiais ao longo de toda a cadeia de valor.

- EMISSÕES DE CARBONO
- EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- UTILIZAÇÃO E GESTÃO DOS MATERIAIS
- DESPERDÍCIO ALIMENTAR

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMUNIDADE
PROXIMIDADE E ENVOLVIMENTO

Promovemos relações sólidas com a Comunidade, cientes da sua importância para um desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em contribuir para a geração de mudanças positivas, incentivando as melhores escolhas.

- CADEIA DE FORNECIMENTO SUSTENTÁVEL E LOCAL
- NUTRIÇÃO SAUDÁVEL E CONSUMO SUSTENTÁVEL
- APOIO ÀS COMUNIDADES LOCAIS

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PESSOAS
O MOTOR DO NOSSO SUCESSO

Valorizamos o capital humano enquanto base do nosso sucesso contínuo. Fomentamos uma cultura de desenvolvimento contínuo e inclusivo das nossas equipas e de realização pessoal e profissional para as nossas Pessoas.

- DIVERSIDADE E INCLUSÃO
- DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO
- SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OS NOSSOS PROGRESSOS



EIXOS DE ATUAÇÃO	COMPROMISSO	MÉTRICA	RESULTADO 2020	VARIAÇÃO FACE A 2019
AMBIENTE	Diminuir o consumo energético melhorando continuamente a eficiência dos ativos	Consumo de eletricidade por m^2 de área de vendas	486,9 kWh/m^2	–2,1%
	Reduzir a pegada carbónica no contexto de uma transição energética para uma economia neutra em termos de carbono	Emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por m^2 de área de vendas	156,3 kg CO_2 e/m^2	–22,6%
	Estimular uma economia circular dos plásticos evitando a sua conversão em resíduos	Plástico reciclado em embalagens de marca própria	74,2%	1,1pp
COMUNIDADE	Suportar os Fornecedores nacionais procurando aprofundar a ligação entre a produção e a grande distribuição	Produtores nacionais membros do Clube de Produtores Continente	256	28%
	Fomentar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento contribuindo para a preservação da biodiversidade	Percentagem de pescado proveniente de métodos sustentáveis ou aquacultura	65,4%	3,2pp
	Apoiar as Comunidades locais promovendo a cidadania solidária e a inclusão social	Apoio direto à Comunidade	11,6 M€	25,3%
PESSOAS	Incentivar o equilíbrio de género reforçando a representatividade de mulheres em cargos de liderança	Percentagem de mulheres em cargos de liderança	37,0%[1]	1,6pp
	Contribuir para a criação de emprego no país	Empregos diretos	35.900	2,9%
	Promover a proteção dos Colaboradores contribuindo para a sua saúde e segurança no trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho	8,4[1]	–14,4%

1 Os dados não incluem Arenal e Go Natural Restauração

EIXOS DE ATUAÇÃO

AMBIENTE

Estamos empenhados no crescimento dos nossos Negócios sem descurar o futuro do nosso Planeta. A proteção ambiental é uma prioridade, colocando-nos na linha da frente do combate às alterações climáticas. Com esta missão na nossa agenda, procuramos acelerar a descarbonização da nossa matriz energética e promover, cada vez mais, uma economia circular.



AMBIENTE

EMISSÕES DE CARBONO

A NOSSA ABORDAGEM

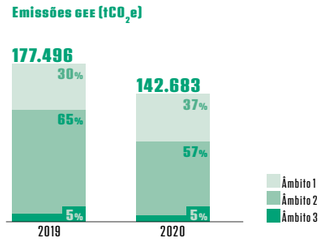
Mapear e compreender o impacte ambiental dos produtos e serviços resultantes da atividade das empresas é crítico para combater de forma relevante as alterações climáticas e reduzir as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Em 2020, reforçámos as ações de descarbonização da nossa atividade em resposta ao compromisso de limitar o aumento médio da temperatura até 1,5ºC, assumido com a subscrição do *Paris Pledge for Action* pelo Grupo Sonae. Desta forma pretendemos mitigar os riscos das alterações climáticas e capturar as oportunidades associadas à integração desta agenda nos nossos Negócios.



A NOSSA ATIVIDADE

RUMO À DESCARBONIZAÇÃO



Em 2020, registámos uma emissão global de GEE de 142.683 tCO_2e e uma redução de 20% face a 2019 (177.496 tCO_2e), apesar do crescimento orgânico verificado.

As emissões de âmbito 1, associadas à utilização de combustíveis fósseis (CO_2, CH_4 e N_2O) e às emissões decorrentes das emissões fugitivas de gases de refrigeração, representam 37% do total da nossa pegada de carbono, enquanto as emissões de âmbito 2 (*market based*), relacionadas maioritariamente com o consumo de eletricidade, representam 57% da nossa pegada carbónica. No último ano, registámos uma redução das emissões de âmbito 1 e 2 de 20% face a 2019, o que, tendo em conta o contexto que vivemos em 2020 e o compromisso definido para 2030 de reduzir em 55% as nossas emissões de âmbito 1 e 2 face ao registado em 2018, é bastante positivo. Esta redução significativa está sobretudo associada ao conjunto de medidas de eficiência energética adotadas, conjugadas com o aumento do consumo de eletricidade proveniente das nossas centrais fotovoltaicas e à redução do fator de emissão associado à eletricidade adquirida. Analisando as emissões de âmbito 1 e 2 por m^2 de área de vendas, observamos que estas se situaram nos 156 $kgCO_2e/m^2$, representando uma redução de 23% face ao ano anterior.

–23%

DE EMISSÕES DE GEE (ÂMBITO 1 E 2)
POR M^2 DE ÁREA DE VENDAS

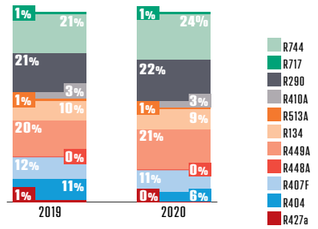
CDP DISCLOSURE INSIGHT ACTION A LIST 2020 CLIMATE

DISTINÇÃO MÁXIMA PELO *CARBON DISCLOSURE PROJECT*

O *Carbon Disclosure Project* (CDP) distinguiu o compromisso, desempenho e reporte ambiental do Grupo Sonae atribuindo a classificação máxima «A».

Esta classificação posiciona a Sonae no patamar «Liderança», que reúne apenas 3% das mais de 9.000 empresas avaliadas e que obtiveram a pontuação mais elevada no mundo em matéria de sustentabilidade corporativa ambiental.

ENDEREÇAR A PROBLEMÁTICA DOS GASES FLUORADOS



Em 2020, prosseguimos com os esforços desenvolvidos nos últimos 5 anos para implementar soluções alternativas às habitualmente utilizadas no que se refere à utilização de gases de refrigeração.

A redução de 40% dos gases R404 e R427 e o crescimento de 17% dos gases naturais R290, R744 e R717, face a 2019, apesar do elevado crescimento do número de lojas no mesmo período, resultou do programa de substituição dos gases fluorados com elevado GWP por gases naturais, iniciado em 2016, dos sistemas de frio em fim de ciclo de vida por novos equipamentos com gases refrigerantes 100% naturais. Ou, noutros casos, pela substituição de gases com maior GWP por gases de menor GWP. Nas novas lojas os sistemas de produção de frio utilizam, dominantemente, gases refrigerantes com GWP igual ou inferior a 5, complementados com outros gases de refrigeração menos agressivos.

–40%

DE GASES FLUORADOS
COM GWP ELEVADO FACE A 2019



UMA DAS MAIORES CENTRAIS FOTOVOLTAICAS PARA AUTOCONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO PAÍS

De notar que a descarbonização da nossa matriz energética através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis foi uma vez mais uma das nossas apostas. Traduzindo-se em 137 centrais de produção autónoma de energia elétrica, correspondendo a uma potência instalada de cerca de 21,5 MWp e 18.874 MWh de energia produzida durante o ano. Apesar de ainda representar uma pequena parte da energia consumida, registou um aumento de produção de cerca de 33% face a 2019.

Em 2020, destacámos o investimento no novo armazém do polo logístico da Azambuja onde instalámos a maior central fotovoltaica para autoconsumo de energia elétrica do país, composta por mais de 6.900 módulos fotovoltaicos. Esta central corresponde a uma potência instalada de cerca de 3 MWp e a uma produção anual da ordem de 4 GWh.

A produção da central permite satisfazer aproximadamente 30% das necessidades de consumo do entreposto da Azambuja e gera um excedente produtivo de cerca de 15% para injeção na rede pública. Em 2021, prevê-se que a energia autoconsumida pelo pólo se situe na ordem de 3.500 MWh.

RESTAURAR ECOSSISTEMAS COMPENSANDO EMISSÕES

Dado o contexto atual da floresta portuguesa, muito exposta aos riscos climáticos e a desafios de natureza estrutural, a reflorestação das áreas ardidas em Portugal é um tema crítico para nós ao nível do restauro de ecossistemas críticos e prevenção da conversão de novos ecossistemas.

Por isso, temos assumido um papel ativo na reflorestação em Portugal, nomeadamente através da iniciativa Floresta Sonae. Em conjunto com as restantes empresas do Grupo Sonae, em 2020 compensámos as emissões resultantes da frota de viaturas dos Colaboradores e das viaturas de serviço de 2019, através da arborização de áreas ardidas e incultas. Esta compensação foi realizada através da arborização de 75 hectares, cerca de 93 mil árvores, financiada pelas empresas do Grupo.

AMBIENTE

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A NOSSA ABORDAGEM

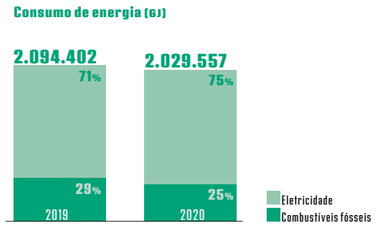
No retalho, são várias as oportunidades de aumento da eficiência devido à variedade de recursos naturais e energéticos envolvidos, o que permite a redução do consumo de combustíveis fósseis e do impacte nas alterações climáticas e, simultaneamente, o desenvolvimento de um modelo operativo robusto e competitivo.

O projeto Trevo surgiu, assim, para colocar em prática a nossa política energética, promovendo a eficiência e a utilização de fontes de energia renováveis, através, quer da implementação de medidas de racionalização e de eletrificação do consumo de energia, quer da instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo.



A NOSSA ATIVIDADE

DESEMPENHO ENERGÉTICO



Em 2020, a Sonae MC foi responsável pelo consumo total de energia de 2.029.557 GJ, o que representou uma redução de cerca de 3% em relação ao ano anterior. Esta redução encontra-se maioritariamente relacionada com o contexto que vivemos em 2020, na medida em que as medidas de combate à pandemia de COVID-19 ditaram o encerramento temporário de algumas das nossas operações. A eletricidade foi responsável por 75% do consumo energético e os combustíveis fósseis por 25%.

O consumo de eletricidade registou um aumento de 1% (420.558 MWh, em 2020). No entanto o consumo específico de eletricidade (por m^2 de área de venda), situou-se nos 487 kWh/m^2, representando uma redução de cerca de 2% face a 2019 (497 kWh/m^2). Isto significa que, apesar do nosso crescimento em lojas, especialmente no formato de proximidade – com maiores consumos específicos associados, resultado do maior percentual ocupado pelas áreas de frescos – conseguimos capitalizar a aposta continuada na política de eficiência energética, uma medida crucial para a melhoria do nosso desempenho energético e ambiental.

487 kWh/m^2

CONSUMO DE ELETRICIDADE
POR M^2 DE ÁREA DE VENDAS (-2% FACE A 2019)



MOBILIDADE ELÉTRICA COM O «CONTINENTE *PLUG & CHARGE*»

Em 2020, lançámos o novo serviço de carregamento de veículos elétricos que permite não só que os nossos Clientes viagem de e para a nossas lojas com veículos elétricos, mas também a eletrificação dos consumos das nossas frotas, Colaboradores e *last mile*. Esta iniciativa promove a mobilidade descarbonizada através de uma experiência simples e digital.

Após a instalação dos primeiros *hub* "Continente *Plug & Charge*" no Continente de Matosinhos e no Continente da Amadora, instalámos mais de 60 pontos em todo o país e foram carregados na rede mais de 220.000 km. O objetivo da iniciativa passa por ter uma cobertura nacional garantindo uma distância máxima entre *hubs* de aproximadamente 100 km até ao final de 2021.

A instalação de postos de carregamento para viaturas elétricas é um dos investimentos abrangidos pelo financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do *European Fund for Strategic Investments*.

INVESTIMENTO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Em 2020, prosseguimos com o investimento com vista à melhoria de eficiência de consumo, cujo montante ultrapassou os 8 milhões de euros. Para além da instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo, instalaram-se equipamentos mais eficientes, em termos de produção de frio, iluminação e climatização.

Para o sucesso da nossa estratégia é fundamental uma melhor monitorização e gestão dos consumos, potenciando os investimentos realizados, através de auditorias às instalações e do nosso Sistema de Informação Ambiental (SIA). Esta ferramenta permite a redução do risco legal e a melhoria contínua do desempenho ambiental das instalações. Por seu turno, a plataforma "*Checkwatts*" permite a monitorização, por telemetria, dos consumos por loja, a cada 15 minutos.

8 M€

INVESTIMENTO
EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



PROJETO «*BACKHAULING*» PARA MINIMIZAR O IMPACTE DA LOGÍSTICA

A logística pesada associada às nossas operações é responsável por uma parte significativa do nosso consumo de energia. Não havendo, ainda, alternativas tecnológicas que permitam uma redução significativa desta componente da nossa pegada, temos desenvolvido iniciativas que aumentam a eficiência do consumo de combustíveis fósseis.

O projeto «*Backhauling*», serviço de transporte disponibilizado aos Fornecedores a partir das rotas que seriam feitas em vazio pelos nossos camiões, após a última entrega em loja, proporcionou uma poupança líquida, em quilómetros, de +33% face a 2019, aos 81 Fornecedores abrangidos. O transporte assegurado no âmbito do «*Backhauling*» já representa 16% do total de viagens asseguradas pela nossa atividade logística.

Em 2020, mantivemos as iniciativas para melhorar a ecoeficiência das viaturas dos nossos Fornecedores e otimizar as suas rotas, através da redução das distâncias percorridas, aumento da capacidade de carga e da quantidade de entregas por km percorrido.

Também o sistema de devolução de paletes e caixas reutilizáveis aos nossos entrepostos, evita a recolha loja a loja e o transporte entre armazéns destes equipamentos pelos Fornecedores. Em 2020, este sistema permitiu uma poupança direta de cerca de 280.000 km em transporte das empresas fornecedoras.

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS

A melhoria contínua da gestão ambiental é garantida através do «Programa de Certificações Ambientais», segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015, que facilita a identificação e gestão do impacte ambiental das nossas atividades. Em 2020, a Sonae MC tinha 64 unidades certificadas (58 lojas, 5 entrepostos e 1 centro de fabrico) e permitiu renovar a Certificação Ambiental Corporativa do Grupo Sonae para a área de retalho.

As iniciativas desenvolvidas para melhorar os nossos edifícios permitiram-nos obter o nível «Platinum» da certificação *Leadership in Energy & Environmental Design* (LEED) pelo *United States Green Building Council* para o *Sonae Tech Hub*. O novo edifício do *Sonae Campus* recebeu a pontuação mais elevada de sempre em Portugal, posicionando-o como um dos 100 melhores edifícios a nível mundial. Este espaço de inovação tem uma área bruta superior a 6.900 m^2 e beneficia de 570 m^2 de painéis solares, que permitem uma redução de 40% nos consumos de eletricidade, iluminação 100% LED de baixo consumo, regulação automática da iluminação em função da luz exterior e uso eficiente da água com o aproveitamento de águas pluviais.

AMBIENTE

UTILIZAÇÃO E GESTÃO DOS MATERIAIS

A NOSSA ABORDAGEM

O consumo excessivo de recursos naturais e a proliferação do uso dos plásticos de utilização única tem ganho destaque na sociedade, tornando cada vez mais importante a valorização dos recursos.

Tendo em conta a natureza da nossa atividade e o impacte que temos junto dos diferentes intervenientes na cadeia de valor, demos continuidade ao redesenho dos nossos processos, produtos e serviços no sentido de uma maior circularidade. O nosso compromisso em responder à problemática dos plásticos está patente na nossa «Estratégia para o Uso Responsável dos Plásticos» e na «Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico», sendo também visível nas ações de sensibilização que fazemos junto da população, por exemplo, através da plataforma digital «Plástico Responsável»[1], que agrega conteúdos informativos e pedagógicos.



A NOSSA ATIVIDADE

MAPEAMENTO E REDUÇÃO DA PEGADA DE PLÁSTICO

Pela expressão que os plásticos de utilização única têm na nossa atividade, demos continuidade ao trabalho de mapeamento da nossa pegada de plástico e de *ecodesign* das nossas embalagens. Ao longo do ano, fizemos progressos relevantes nesta área ao concluir o mapeamento da nossa pegada de plástico de embalagem, ao mesmo tempo que prosseguimos com o mapeamento ao nível da operação e produtos.

Em 2020, a nossa pegada de plástico foi de cerca de 22.430 toneladas, sendo as embalagens e a operação responsáveis por 78% da pegada, estando os restantes 22%, presentes nos produtos cuja colocação no mercado é da nossa responsabilidade. No âmbito do objetivo de reduzir (ou mesmo eliminar quando possível), a utilização de materiais plásticos de origem fóssil, cerca de 21% do plástico utilizado nos nossos produtos e embalagens é reciclado, o que significa que evitámos a utilização de mais de 4.600 toneladas de plástico virgem, um aumento de 5% face a 2019.

GARANTIR A RECICLABILIDADE DAS EMBALAGENS

Enquanto agente ativo nesta temática, assumimos o compromisso de antecipar para 2025, a ambição definida pela União Europeia para 2030, assegurando que todos os produtos de marca própria Continente têm embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis. Face a este objetivo, no final do ano de 2020, 74% das nossas embalagens eram recicláveis, à luz da matriz de reciclabilidade da Sociedade Ponto Verde, e incorporavam cerca de 11% de matéria reciclada.

74%
DE EMBALAGENS RECICLÁVEIS
EM PRODUTOS DE MARCA PRÓPRIA

1 Saiba mais sobre o **plataforma Plástico Responsável**.

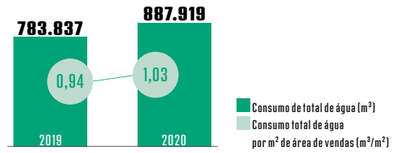


CONSUMO HÍDRICO SUSTENTÁVEL

Em 2020, a Sonae MC consumiu 887.919 m^3 de água. Note-se que este valor, embora representando um crescimento de 13%, não é comparável com o valor reportado no ano passado, uma vez que este ano, pela primeira vez, se inclui neste reporte os consumos registados nos nossos entrepostos e centro de fabrico. Quanto ao consumo específico, verificou-se um consumo de 1,03 m^3/m^2 da área total de vendas. Este resultado deve-se ao facto do crescimento orgânico ter incidido sobretudo em lojas Continente Bom Dia – com maiores consumos específicos associados –, ao crescimento das operações num ano exigente devido ao contexto pandémico e, sobretudo, pela ampliação do entreposto da Azambuja onde passou a ser incluída a Unidade de Processamento de Pescado, com elevados consumos de água potável.

A Sonae MC está empenhada em reduzir a sua pegada hídrica, apostando em iniciativas dedicadas tanto à redução do consumo como à reutilização e reciclagem de água. Tais como, a reutilização da água para abastecimento de instalações sanitárias ou a reciclagem das águas residuais do Centro de Processamento de Carnes. Também a plataforma de monitorização dos consumos de água nas lojas, «*Checkwater*», permite uma melhor gestão hídrica nas nossas operações.

Consumo de água



GESTÃO RESPONSÁVEL DOS RESÍDUOS

No âmbito da gestão de resíduos, assumimos a responsabilidade tanto pelos resíduos gerados pela nossa atividade, como pelos resíduos entregues pelos nossos Clientes em loja (+10% relativamente a 2019), promovendo a reciclagem e a cidadania ambiental. Em 2020, registámos uma redução da taxa de valorização dos resíduos produzidos para 76% (–3pp face a 2019), impactada maioritariamente por uma redução acentuada do volume de resíduos enviados para valorização energética, devido ao contexto da pandemia de COVID-19.

Globalmente, fomos responsáveis pela gestão de 72.080 toneladas de resíduos, correspondendo, face a 2019, a um crescimento (C. 1%) inferior ao crescimento dos Negócios (superior a 9%), reflexo do nosso esforço em desacoplar a produção de resíduos do crescimento económico.

ECODESIGN PARA AUMENTAR A RECICLABILIDADE DAS NOSSAS EMBALAGENS

No último ano, fizemos progressos relevantes em termos de *ecodesign* das nossas embalagens com o objetivo de eliminar o uso desnecessário de plástico (ou os plásticos problemáticos), ou proceder à sua substituição sempre que outra matéria-prima demonstre ter um melhor desempenho em termos de ciclo de vida e assegurando que os materiais das diferentes componentes de embalagem são compatíveis entre si. Neste âmbito são de destacar as iniciativas realizadas ao nível dos consumíveis em loja (sacos de fruta, pão, peixe e bacalhau) que permitiram evitar a utilização de 282 toneladas de plástico. Assim como as ações de substituição de materiais não recicláveis das embalagens de mais de 1.300 artigos de marca própria ou exclusiva não alimentar.

PILOTO DO SISTEMA DE INCENTIVO PARA O DEPÓSITO DE EMBALAGENS DE BEBIDAS

Com o objetivo de testar o sistema de recolha e devolução de embalagens de bebidas, participámos no projeto-piloto liderado pelo consórcio formado pela APED, APIAM e PROBEB. Este sistema tem como objetivo aumentar a taxa de reciclagem de plástico e maximizar «a circularidade dos materiais» ao permitir a incorporação do plástico reciclado em novas embalagens.

No âmbito deste piloto, até ao final de 2020, foram devolvidas nas máquinas de recolha automática, instaladas em grandes superfícies comerciais, cerca de 12 milhões de embalagens de bebidas em plástico. Só nas máquinas instaladas em 14 lojas Continente foram recolhidos 7,3 milhões de embalagens, correspondendo a cerca de 200 toneladas de plástico PET encaminhadas para reciclagem.



AMBIENTE

DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A NOSSA ABORDAGEM

A procura global de alimentos tem vindo a aumentar, no entanto, é preocupante a quantidade que é diariamente desperdiçada em todo o mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o desperdício alimentar representa cerca de 1/3 de todos os alimentos produzidos anualmente a nível mundial, e ocorre ao nível da produção, do retalho e do consumo, tornando premente a transformação do sistema alimentar.

Assim, temos vindo a implementar ações de valorização da quebra e a promover o consumo compatível com os limites do planeta, nomeadamente através da sensibilização dos Clientes para os efeitos das suas escolhas e da importância da economia circular.



A NOSSA ATIVIDADE

VALORIZAR OS SUBPRODUTOS DA PRODUÇÃO NACIONAL



Alinhado com a Estratégia Europeia do Prado ao Prato, o Clube de Produtores do Continente (CPC) lançou, em 2020, a «Feira do Desperdício», um programa que promove parcerias entre produtores, indústria e distribuidores e tem como objetivo a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de produtos a partir do desperdício gerado ao nível da produção, nos produtores membros do CPC.

Em paralelo, foi mapeado o desperdício alimentar gerado na produção de frutas e legumes pelos membros do CPC, permitindo identificar mais de 15 mil toneladas com potencial de valorização.

15 mil TON
FRUTAS E LEGUMES DOS PRODUTORES DO CPC
COM POTENCIAL DE VALORIZAÇÃO



COMBATER O DESPERDÍCIO COM OS CLIENTES

OTIMIZAR O APROVISIONAMENTO PARA MINIMIZAR A QUEBRA

Ao nível do aprovisionamento também procurámos reduzir o desperdício alimentar, por exemplo, através da incorporação do conceito de validade dos produtos nos nossos algoritmos de reaprovisionamento que, conjugadas com a previsão das necessidades dos mesmos nas lojas, permite uma redução da quebra.

MAIS EFICIÊNCIA, MENOS EXCEDENTES ALIMENTARES

A redução de excedentes alimentares nas nossas lojas tem sido suportada por instrumentos eficazes de minimização da quebra, como a gestão dos *stocks* em loja e o controlo das validades.

O projeto «*Single Banana*» ao alertar os Clientes para o desperdício gerado pelas bananas soltas, permite potenciar a compra das mesmas, sendo um exemplo de medida para redução da quebra.

«Somos todos segurança alimentar» é o mote do projeto que visou um conjunto de alterações processuais em loja aliadas à integração de validades a partir dos entrepostos. A aliança contribuiu para a melhoria no controlo de validades e rastreabilidades na cadeia de valor, o que resulta na redução do desperdício em loja (ou em casa dos Clientes), no garante de mais qualidade e produtos ainda mais frescos.



Sabemos que o combate ao desperdício é uma causa partilhada pelos nossos Clientes e, por isso, desenvolvemos iniciativas de aceleração do escoamento de produtos em risco de desperdício e de sensibilização do consumidor, como a adesão, através da Missão Continente, ao movimento «Unidos contra o desperdício».

As «Etiquetas Rosa» permitem sinalizar os artigos próximos do fim da validade acelerando o seu escoamento e alertando os Clientes para o curto prazo para consumo. Só em 2020, foram comercializados aproximadamente 11,8 milhões de produtos, o que representou cerca de 20,1 milhões de euros de potencial desperdício evitado.

A «Caixa ZERO% Desperdício», cabaz de 5kg constituído por frutas e legumes que se estão a aproximar do ponto ótimo de consumo, veio enriquecer a gama de produtos circulares e tem um potencial de redução de desperdício de mais de 1.000 toneladas/ano, findo o plano de implementação.

Através da *app Too Good To Go*, iniciámos um piloto para venda aos consumidores, a preço reduzido, dos produtos em fim de vida das lojas Go Natural. Tendo em conta os resultados muito positivos, pretendemos alargar esta parceria a outras insígnias da Sonae MC.

Desenvolvemos o projeto inovador e pioneiro a nível europeu «*LIFEFood Cycle*», uma plataforma que permite gerir as quebras de forma mais digital, otimizando a doação a instituições de solidariedade e a venda, a parceiros comerciais, de produtos alimentares em risco de quebra.

Apesar do contexto pandémico, com inúmeras restrições, registamos um crescimento do desperdício evitado face à quebra conhecida. Esta valorização é efetuada através da disponibilização de excedentes alimentares nas áreas sociais das nossas lojas e entrepostos (c. 3 milhões de euros em 2020), cumprindo assim o duplo objetivo de evitar o desperdício e apoiar os nossos Colaboradores.

Em 2020, continuámos a doação diária de excedentes alimentares a mais de 1.170 instituições de solidariedade social e associações de bem-estar animal perfazendo um total de cerca de 11 milhões de euros.

~30 M€
DESPERDÍCIO ALIMENTAR
EVITADOS

EIXOS DE ATUAÇÃO

COMUNIDADE

A proximidade com a Comunidade envolvente é essencial para o desenvolvimento sustentável dos nossos Negócios e atribui-nos uma responsabilidade significativa enquanto agentes de mudança junto das famílias. Assim, envidamos esforços com o objetivo de incentivar escolhas mais conscientes junto dos nossos Clientes e em promover uma atuação mais responsável de todos os nossos Parceiros.



COMUNIDADE

CADEIA DE FORNECIMENTO SUSTENTÁVEL E LOCAL

A NOSSA ABORDAGEM

Conscientes do impacte significativo que o retalho tem na natureza e na biodiversidade, e da sua dependência do capital natural, procuramos ter um papel ativo na criação de uma cadeia de abastecimento mais responsável.

Para tal, implementámos com os nossos Parceiros um conjunto de boas práticas ambientais, sociais e éticas, refletidas no Código de Conduta para Fornecedores[1], na Política de Sustentabilidade do Pescado Sonae[1], assim como na Certificação do Clube de Produtores Continente. Apoiamos a Portugalidade e os produtos nacionais, sendo que 2 em cada 3 produtos alimentares da marca Continente são produzidos em Portugal. Estamos ainda, em conjunto com as empresas do Grupo Sonae, a trabalhar na definição de uma política transversal para a Natureza e Biodiversidade.



A NOSSA ATIVIDADE

APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL

O Clube de Produtores Continente (CPC) promove a partilha de conhecimento e o desenvolvimento de projetos inovadores em estreita parceria com produtores portugueses. Só em 2020, o volume de compras aos membros do CPC foi de cerca de 206 mil toneladas (+30% face a 2019, correspondendo a 365 milhões de euros).

Tendo em vista o incremento contínuo dos níveis de exigência exigidos na certificação destes produtores, o CPC assegura o cumprimento de um conjunto de indicadores de qualidade, de segurança alimentar, ambientais e de responsabilidade social. Como exemplo, e no caso dos produtores de carne, em 2020 o CPC robusteceu o seu caderno de encargos, garantindo o cumprimento do bem-estar animal, o respeito pela biodiversidade e o uso eficiente de recursos naturais, junto dos seus membros.

Destaca-se ainda, I) o apoio durante a pandemia no escoamento de produtos nacionais, com a integração de 40 novos membros; II) a 4.ª edição do programa de capacitação – Academia do Clube de Produtores Continente que visa acelerar a inovação, competitividade e a sustentabilidade nos nossos produtores e III) o desenvolvimento do CPC BIO, que assegura a oferta nacional de produtos hortícolas BIO.

206 mil TON

COMPRADAS DIRETAMENTE PELO CPC

À PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIA NACIONAL

1 Saiba mais sobre o Código de Conduta para Fornecedores Sonae e sobre a Política de Sustentabilidade do Pescado Sonae.

INCENTIVO A UMA AGRICULTURA PRODUTIVA E REGENERATIVA

Para garantir a produção e o fornecimento responsável das matérias-primas usadas nos nossos produtos de marca própria definimos objetivos ambiciosos ao nível da certificação da sua origem:

I) Privilegiamos o café, cacau e chá certificados por programas que transmitem aos produtores boas práticas agrárias e permitam maior qualidade e rendimento no cultivo. Em 2020, lançámos as cápsulas de café de alumínio com certificação *Rainforest Alliance* e comunicámos estas certificações nas tabletes de chocolate, gamas sazonais e gelados à base de chocolate. II) Comprometemo-nos a eliminar ou substituir o óleo de palma por gorduras que não prejudiquem o perfil nutricional dos produtos. Desde 2019, já eliminámos o óleo de palma em mais de 40 produtos. Na impossibilidade de ser substituído, asseguramos que o óleo de palma é de origem sustentável e certificado. III) Asseguramos que a matéria prima de 100% dos produtos de papel provém de florestas sustentáveis, com a certificação FSC visível na embalagem.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA CONTÍNUA



Em 2020, renovámos a certificação do processo de desenvolvimento das nossas marcas próprias, alimentares e não alimentares, de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015. De forma a garantir elevados padrões de qualidade e segurança sujeitámos os nossos equipamentos, instalações e produtos a uma rigorosa monitorização, tendo sido efetuadas 493.882 análises de conformidade e qualidade, internas e externas, a produtos alimentares. Complementarmente, sujeitámos os Fornecedores a um processo rigoroso de avaliação, sendo também assegurado o acompanhamento das lojas no que respeita ao cumprimento de boas práticas de higiene e segurança alimentar. Adicionalmente, fomos a primeira cadeia de retalho alimentar a receber a certificação da cadeia de custódia MSC[2] e ASC[2] das peixarias, permitindo que as nossas lojas vendam pescado certificado a granel. Esta certificação exigiu a formação de mais de 1.000 Colaboradores das equipas centrais, da logística e das operações, e várias auditorias da SDG, por forma a garantir a rastreabilidade do pescado proveniente de pescarias sustentáveis.

No que toca à marca própria não alimentar, realizámos 15.530 análises de qualidade internas e externas e definimos um Modelo de Gestão de Certificações da Cadeia de Custódia, com vista a suportar de forma robusta e fidedigna todos os processos de certificação da origem das matérias-primas dos produtos de marca própria, tais como as certificações FSC[2] e Ecolabel.



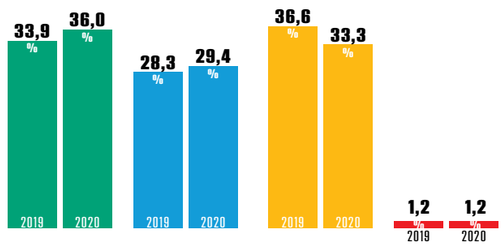
DOURADA DA COSTA DO ALGARVE, APOSTA NA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A Sonae MC foi, em 2010, o primeiro grupo de retalho alimentar em Portugal a adotar uma Política de Sustentabilidade do Pescado, assumindo a posição dianteira entre toda a distribuição moderna nacional quanto a esta preocupação. Este posicionamento é o reflexo da implementação de diversas medidas de promoção de práticas de pescado sustentáveis, como a não comercialização de espécies de pescado consideradas «ameaçadas» pelas principais ONG internacionais de referência – Greenpeace, WWF e IUCN.

Em 2020, estas medidas traduziram-se no aumento da proporção de pescado proveniente de aquacultura ou métodos de pesca mais sustentáveis de 62% para 65%, tendo por base o *Traffic Light System* (TLS). Esta ferramenta possibilita avaliar as compras consoante o nível de sustentabilidade das pescas, permitindo dar primazia a Fornecedores que utilizem métodos de pesca com menor impacte na biodiversidade marinha.

Um exemplo de sucesso é a Dourada da costa do Algarve, cuja comercialização se iniciou nas lojas Continente em 2020, fruto do maior de projeto de aquacultura em Portugal desenvolvido com um parceiro nacional. A Dourada da costa do Algarve assegura premissas de sustentabilidade superiores aos *standards* normalmente utilizados, como a não utilização de qualquer antibiótico na sua produção ou a alimentação sem suplementos de origem animal. Este projeto contribuiu para a redução da pegada carbónica inerente à distribuição e da sobre-exploração dos mares, e para o desenvolvimento das Comunidades locais. Ao mesmo tempo, incutiu ativamente uma mudança de hábitos de consumo e garantiu uma maior frescura e qualidade do pescado com resultados muito positivos ao nível das vendas com 228 mil Clientes a comprarem Dourada do Algarve em 2020, dos quais 98 mil não compravam dourada de aquacultura e 8 mil foram novos Clientes a comprar esta dourada.

Volume de compras de pescado



Legenda do *Traffic Light System*

- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte reduzido na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos
- Produzidos em aquacultura, certificados segundo os padrões de qualidade do Continente
- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte moderado na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos
- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte significativo na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos

2 MSC – *Marine Stewardship Council*; ASC – *Aquaculture Stewardship Council*; FSC – *Forest Stewardship Council*

COMUNIDADE

NUTRIÇÃO SAUDÁVEL E CONSUMO SUSTENTÁVEL

A NOSSA ABORDAGEM

A adoção de dietas mais sustentáveis é crucial para transformar os sistemas de alimentação no mundo, dado o seu baixo impacte ambiental e a sua contribuição para a segurança alimentar e para a saúde da população.

Alinhados com os esforços da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), e como maior retalhista alimentar português, temos consciência do papel crítico que assumimos na promoção de escolhas alimentares sustentáveis e na democratização da alimentação saudável. Comprometemo-nos, assim a impulsionar uma maior e melhor literacia nutricional e em disponibilizar produtos mais equilibrados aos nossos Clientes.



A NOSSA ATIVIDADE

SENSIBILIZAÇÃO ATRAVÉS DA ESCOLA MISSÃO CONTINENTE



O programa educativo «Escola Missão Continente» visa apoiar as escolas do 1.º ciclo do ensino básico na sensibilização para uma alimentação saudável e um consumo consciente, abordando temas como as dietas saudáveis, o desperdício alimentar ou o uso excessivo do plástico. O programa aposta na aprendizagem através de atividades didáticas, distribuição de materiais lúdicos, visitas de estudo e desafios que incentivam a Comunidade escolar a refletir e agir sobre os temas propostos.

Na edição 2020/21, foi feita uma adaptação do programa ao contexto da pandemia, tendo sido desenvolvidas aulas temáticas e visitas virtuais às lojas, assim como desafios cujo objetivo inclui a exploração de temas como produtos regionais ou as compras sustentáveis.

Esta edição envolve 437 escolas de todos os distritos de Portugal e mais de 40.000 alunos, representando um crescimento de cerca de 30% no número de alunos face a 2019.

40 MIL
ALUNOS INSCRITOS EM 2020/2021
NO PROGRAMA ESCOLA MISSÃO CONTINENTE



RELANÇAMENTO DO CONTINENTE EQUILÍBRIO E CONTINENTE ECO

A marca Continente Equilíbrio assume-se como uma marca de produtos nutricionalmente equilibrados a um preço democrático, permitindo a todos o acesso a opções alimentares mais saudáveis. Em 2020, a marca passou por um processo de transformação ao nível da oferta que permitiu assumir com clareza o seu posicionamento: definiram-se critérios nutricionais claros, eliminaram-se inconsistências de produtos que não cumpriam os critérios da marca, renovou-se a identidade visual e reforçou-se a gama com 60 novos produtos, com inovação disruptiva em marcas próprias.



Na vertente do consumo consciente, lançámos a marca Continente Eco com uma gama de produtos ecológicos especializada em limpeza do lar e higiene pessoal. A marca combina a I) sustentabilidade ambiental, através da formulação com matérias-primas ecológicas, produtos compactos e concentrados, embalagens de plástico reciclado pós-consumo e rótulos com menor área impressa, II) a eficácia de resultado dos produtos quando comparados com os produtos convencionais e III) a acessibilidadede preço que permite impulsionar a mudança de hábitos.



PRODUTOS REFORMULADOS NUTRICIONALMENTE

Em 2020 prosseguimos o trabalho de avaliação da composição nutricional dos produtos alimentares da marca Continente, no sentido de os otimizar e com o objetivo de reduzir os níveis de sal, gordura e açúcar e eliminar as gorduras hidrogenadas e o óleo de palma, minimizando o impacte nas características organoléticas dos produtos e evitando fazê-lo através da adição de intensificadores de sabor, aromas, edulcorantes e conservantes. Simultaneamente, procurámos introduzir produtos com mais proteínas, fibras, frutas e vegetais bem como produtos integrais e naturalmente saudáveis.

Assim, nos últimos 2 anos, foram otimizados nutricionalmente mais de 200 produtos, traduzindo-se na redução de 85 toneladas de sal, 650 toneladas de açúcar e 385 toneladas de gorduras saturadas. Adicionalmente, encontram-se ainda em curso planos de otimização nutricional para mais de 500 produtos.

+650 TON
DE REDUÇÃO DE AÇÚCARES
EM PRODUTOS ALIMENTARES DE MARCA PRÓPRIA CONTINENTE

+85 TON
DE REDUÇÃO DE SAL
EM PRODUTOS ALIMENTARES DE MARCA PRÓPRIA CONTINENTE

COMUNIDADE

APOIO ÀS COMUNIDADES LOCAIS

A NOSSA ABORDAGEM

As relações de proximidade com as Comunidades envolventes são essenciais para uma sociedade mais sustentável. Acreditamos que as empresas têm um papel crítico na promoção da prosperidade e no desenvolvimento de Comunidades mais autónomas e resilientes.

Procuramos, em parceria com organizações da economia social, contribuir com as nossas competências e direcionar os nossos recursos para iniciativas que apoiam as Comunidades mais desfavorecidas, contribuindo para a erradicação da pobreza nas suas diferentes formas.



A NOSSA ATIVIDADE

APOIO AOS MAIS VULNERÁVEIS

Em 2020, através da Missão Continente, a Sonae MC materializou o seu apoio à Comunidade em cerca de 12 milhões de euros doados a mais de 1.100 instituições de apoio social e associações de bem-estar animal. Este apoio destinou-se essencialmente a diversas entidades que atuam na comunidade e que ajudam nas diferentes necessidades locais.

~12 M€

DOADOS
PELA SONAE MC

SACOS SOLIDÁRIOS

A Missão Continente lançou os Sacos de Compras Solidários, reutilizáveis e recicláveis. Em 2020, foram lançadas duas edições que permitiram angariar e doar 30 mil euros à Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários (APBV) e outros 30 mil euros à Animalife, associação que combate o abandono de animais de estimação em Portugal.





«SOMOS ZULIDÁRIOS» A APOIAR A CAUSA ANIMAL

O programa «Somos Zulidários» da ZU inclui um conjunto de iniciativas de carácter social que visam promover o conforto de cães e gatos ao cuidado de associações. Em 2020, a primeira ação do programa consistiu na venda do «Saco Zulidário», que, ao ser reutilizado em compras nas lojas ZU, permite ao Cliente contribuir para uma doação da insígnia a uma associação de apoio e bem-estar animal. Sendo fabricado em 100% algodão, permite ainda a sua reutilização e a redução dos sacos de plástico nas nossas lojas.



NOTE! CRIA NOVAS HISTÓRIAS

Durante a primeira fase de confinamento, no sentido de promover a leitura e apoiar a Comunidade através de momentos lúdico-didáticos, a note! lançou o conteúdo «Diz me o que estás a ler». Nesta iniciativa, figuras públicas de diversas áreas, partilharam as suas leituras e recomendações de obras que não devemos deixar de conhecer. Também na rede social Instagram, foi criada a «Hora do Conto digital», em que regularmente são partilhadas histórias infantis, para miúdos e graúdos.

Em paralelo, a note! criou uma agenda permanente de «Conversas com Autores», que consistem em entrevistas ao vivo, no Instagram, a autores que falam de si, das suas obras, e interagem com os leitores.



MISSÃO CONTINENTE

A Missão Continente agrega as iniciativas do Continente no âmbito da responsabilidade social e tem como desígnio construir um futuro sustentável. Ao longo do ano, assumimos e reforçamos o nosso papel enquanto agente de transformação, atuando diariamente no sentido de impactar positivamente as Comunidades e de as sensibilizarmos e mobilizarmos para fazerem melhores escolhas. Estivemos também cada vez mais próximos dos que mais precisam dando apoio imediato perante situações de calamidade.

Em 2020, a atividade da Missão Continente foi muito influenciada pelo surto de COVID-19, tendo sido direcionados esforços para os que mais foram impactados pela pandemia, destacando-se o apoio com bens alimentares, de higiene e proteção individual a entidades de saúde, proteção civil, entre outros; o estabelecimento de parcerias para apoio e suporte de emergência alimentar; e as doações a instituições de apoio social e bem-estar animal.



APOIAR A NATALIDADE COM O KIT BABY WELL'S

Em 2020, a Well's reforçou pelo terceiro ano consecutivo o compromisso de promoção da natalidade em Portugal dando continuidade ao projeto «Por um Futuro com mais bebés». Através deste projeto ofereceu mais de 40.000 kits Baby Well's em todo o país, o que corresponde a cerca de 50% dos bebés nascidos em Portugal durante este período. Apoiou também o primeiro ano de vida de 50 bebés de famílias carenciadas, cobrindo todas as suas necessidades de higiene, alimentação e puericultura.

EIXOS DE ATUAÇÃO

PESSOAS

Os nossos Colaboradores estão no centro da nossa atividade. A sua motivação e dedicação são determinantes para o nosso sucesso. Assim, potenciamos o seu desenvolvimento pessoal e profissional, promovemos a diversidade e inclusão e procuramos assegurar a sua segurança e bem-estar.



PESSOAS

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A NOSSA ABORDAGEM

Uma maior diversidade de perfis é a melhor resposta para um mundo em constante e, cada vez mais, acelerada mudança. Enquanto empregador de referência, temos um papel fundamental na criação de emprego e na promoção da inclusão, o que implica valorizar o contributo de todos.

A procura contínua pela tomada de melhores decisões, por uma maior inovação e pela obtenção de melhores resultados, através da promoção de uma cultura de diversidade e inclusão, está patente na atividade diária da Sonae MC.

As bases da nossa estratégia de diversidade e inclusão estão enraizadas na nossa forma de ser e de estar, tornando-a consistente e intencional, elevando a preocupação com as nossas Pessoas e com a sua individualidade. Colocar as Pessoas no centro do nosso sucesso está intrínseco na nossa cultura e bem patente nos nossos valores corporativos. Trabalhamos para criar um ambiente de trabalho assente na riqueza de perfis, com foco na singularidade, como princípio basilar desta estratégia e como catalisador do desenvolvimento pessoal e profissional de cada Pessoa. Garantindo que todos se sentem respeitados, valorizados pelas suas competências e têm confiança na organização.



A NOSSA ATIVIDADE

EIXOS DE ATUAÇÃO DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O atual contexto pandémico e a consequente crise económica vieram agudizar as disparidades existentes, que tornaram ainda mais premente a existência de políticas consistentes de inclusão.

A política de diversidade e inclusão da Sonae MC divide-se em 5 dimensões de atuação: I) igualdade de género, incapacidades; II) gerações; III) LGBTIQA+; e IV) nacionalidades e etnias, refletindo a nossa ambição e aposta nas dimensões que estão mais relacionadas com a estratégia da empresa.



AS NOSSAS PESSOAS

No final de 2020, a Sonae MC empregava 35.900 Colaboradores, representando um incremento de 2,9%, face ao ano anterior. Destes, 73% são Colaboradores permanentes e 68% são mulheres. Importa também destacar a diversidade de nacionalidades, nomeadamente das nossas equipas de logística, que contam com mais de 20 nacionalidades, o que corresponde a cerca de 31% dos Colaboradores.

68%
DE MULHERES
NA ESTRUTURA ORGANIZATIVA



SOMOS SONAE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Com o intuito de apoiar os nossos Colaboradores em fases de maior vulnerabilidade nasceu, em 2013, o programa «Somos Sonae».

Esta iniciativa já apoiou mais de 2.400 pessoas, abrangendo os nossos Colaboradores e as suas famílias, com um investimento de cerca de 1,2 milhões de euros . Assegurando a sua privacidade e anonimato, os processos são conduzidos por uma equipa multidisciplinar da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em 2020, foram estruturados mais de 150 planos de apoio, que permitiram ajudar cerca de 385 Pessoas (mais 42 do que em 2019), com o maior investimento anual de sempre desde o início do programa, no valor de mais de 234 mil euros. Adicionalmente, realizou-se o *rebranding* do programa e, aos eixos de apoio social, económico, jurídico e de promoção da saúde oral, juntou-se um novo eixo de atuação contra a violência doméstica. Este programa tem como objetivos sensibilizar para esta problemática e intervir com uma proposta de apoio holística – social, económica e psicológica – e individualizada.

INFO SNACKS

Os D&I *Info Snacks* são uma rubrica com lugar permanente nas *newsletters* semanais da Sonae MC, contando com conteúdos curtos que abordam as 5 dimensões da nossa estratégia de diversidade e inclusão e pretendem, simultaneamente, ser inspiração e desafio para as nossas Pessoas.

Em 2020, os *Info Snacks* alcançaram níveis de interação muito elevados, sendo dos vídeos mais vistos nas nossas plataformas digitais.



LIDERAR «É DE MULHER»

A igualdade de género é uma das dimensões prioritárias da nossa estratégia de diversidade e inclusão e desenrola-se em 4 áreas de atuação: I) emprego e educação; II) equilíbrio entre a vida pessoal e profissional; III) proteção social; e IV) visibilidade.

Nesta última área de atuação, em 2020, realizámos sessões de esclarecimento com especialistas no tema da desigualdade na liderança no feminino; lançámos duas *newsletters* exclusivas sobre o tema da diversidade e inclusão; e lançámos a primeira campanha de igualdade de género, a «É de Mulher», protagonizada por 11 embaixadoras-Colaboradoras e que partiu de estudos concretos que mostravam como a igualdade de género ainda não é uma realidade. A campanha teve como objetivos principais quebrar estereótipos de género, associando uma mensagem de força e superação, e mobilizar todos os Colaboradores para este movimento.

Ao longo do ano, reforçámos ainda o nosso compromisso com o objetivo de atingir, até 2023, 40% de mulheres em cargos de liderança, atuando ao nível das contratações e também das promoções. Assim, terminámos o ano, com 37% de mulheres em cargos de liderança (mais 1,6 pp face a 2019).

37%
DE MULHERES
EM CARGOS DE LIDERANÇA

PESSOAS

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

A NOSSA ABORDAGEM

Estando certos que o futuro será caracterizado por uma maior rapidez e pela constante mudança, aprender a aprender surge como principal competência a fomentar dentro da organizações. A construção de um *mindset* em que todas as pessoas são encorajadas a "aprender, desaprender e voltar a aprender" constitui uma vantagem competitiva qualquer empresa.

Neste contexto, a arquitetura de formação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de todas as nossas Pessoas, mas também para implementar a estratégia da Sonae MC e responder eficazmente aos desafios atuais e futuros dos Negócios. Desta forma, a nossa estratégia da área de *learning & development* tem como principais objetivos aumentar a digitalização dos processos de formação e a oferta formativa de *future-proof skills* e, por outro lado, potenciar o *self-learning*.



A NOSSA ATIVIDADE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA FORMAÇÃO

2020 trouxe-nos a pandemia de COVID -19, mas também a possibilidade de evoluirmos mais rapidamente na nossa estratégia de passar de um modelo de formação preferencialmente presencial para um maioritariamente digital, tendo esta transformação ocorrido em mais de 100 programas, correspondendo a um total de 787.142 horas de formação. Por outro lado, verificou-se um aumento de 29% de participantes para um total de 44.671, refletindo o investimento da Sonae MC em desenvolver e valorizar todos os seus Colaboradores.

Exemplos de iniciativas de formação digitais incluem: i) as «*Learning Tips*», *newsletters* com dicas de aprendizagem, lançadas em 2020, sobre temas tão abrangentes como a inteligência emocional ou a negociação; ii) o «*Learninghubz*», uma plataforma que promove o desenvolvimento contínuo através de vídeos de curta e média duração sobre as mais variadas temáticas como liderança, produtividade ou desenvolvimento pessoal e que, em 2020, teve um crescimento de 120% de novos utilizadores e de 345% de utilizadores ativos; e iii) os «*Tool Kits*», uma forma inovadora de endereçar competências de futuro, que reúne num único espaço um conjunto de recursos formativos variados para ler, ver, ouvir, interagir e praticar. Esta é uma ferramenta de promoção do *self learning* e 100% *online*. Atualmente estão disponíveis dois *toolkits*
– resolução de problemas e *design thinking*, sendo que contam com diferentes jornadas de aprendizagem com durações e complexidades distintas.

787 MIL
HORAS DE
FORMAÇÃO

~**45** MIL
PARTICIPANTES
EM AÇÕES DE FORMAÇÃO



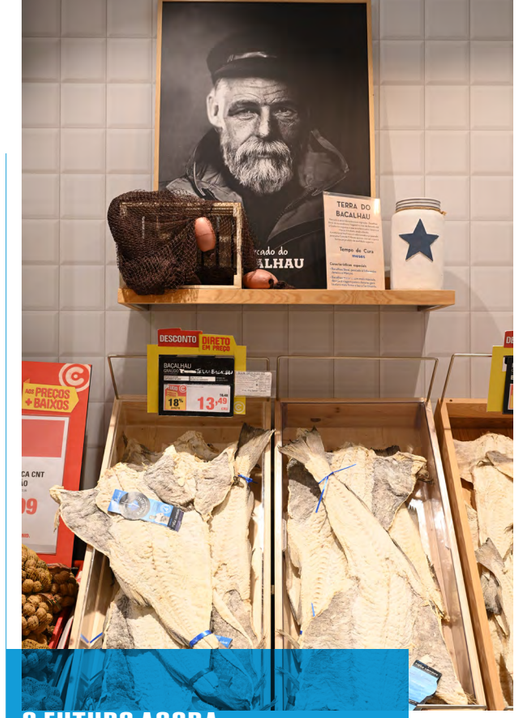
APOSTAR NO FUTURO DO RETALHO

Mesmo em contexto de pandemia, continuámos a desenvolver programas de identificação de candidatos de elevado potencial. Em 2020, o programa «*Future Leaders*», destacou-se pela aposta no talento interno (38 Colaboradores) e no desenvolvimento de novos canais e metodologias inovadoras: i) aposta no digital, quer na comunicação do programa, quer nas dinâmicas de *assessment* e metodologias formativas; ii) alinhamento com o novo modelo de desenvolvimento de lideranças «*Lead Better*»; iii) incentivo ao *self-lifelong learning*, aumentando a autorresponsabilização pelo processo de aprendizagem de cada um; e iv) ênfase no social *learning*, muito alavancado nas figuras dos mentores e *buddies*.

EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO AO CLIENTE GO NATURAL

De modo a revolucionar o modelo de atendimento aos Clientes na insígnia Go Natural Supermercados, em 2020 foi implementado o projeto «*Greeny*», tendo como principais objetivos dotar os Colaboradores de: i) competências técnicas, nomeadamente sobre gamas, para um melhor aconselhamento ao Cliente; ii) competências comportamentais, que permitissem aumentar a proatividade, confiança e extroversão na interação com o Cliente; e iii) sistema de acompanhamento, medição e incentivos para melhor implementação do programa «*Greeny*».





O FUTURO AGORA NA ACADEMIA COMERCIAL

Em 2020, realizou-se a 4.ª edição do «*Commercial Academy Day*» que, adaptando-se ao contexto da pandemia, juntou virtualmente cerca de 800 Colaboradores das áreas comerciais. O evento teve como pano de fundo os impactes da pandemia na atividade comercial, focando as grandes tendências emergentes, como o *e-commerce* e o trabalho remoto. Num ambiente 100% digital, realizaram-se mais de 70 *workshops* em simultâneo que abordaram os principais desafios dos Negócios.

800
COLABORADORES
EM FORMAÇÃO 100% DIGITAL

+70
WORKSHOPS
REALIZADOS EM SIMULTÂNEO

MELHORAR A EXPERIÊNCIA DOS COLABORADORES

No sentido de satisfazer as necessidades efetivas dos Colaboradores, acompanhando, em simultâneo, a dinâmica dos Negócios e do mercado de trabalho lançámos, em 2020, o projeto «*Employee Experience*». Foi efetuado um mapeamento do ciclo de vida dos Colaboradores que permitiu ter uma visão sobre as diversas jornadas que o compõem e refletir as diferentes realidades que coexistem na Sonae MC: operações de loja, logística e estruturas centrais. Este mapeamento é uma ferramenta orientadora que permite aprofundar a experiência real dos Colaboradores e ativar iniciativas transversais, ou até customizadas, para dar resposta às oportunidades de melhoria identificadas.

PESSOAS

SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

A NOSSA ABORDAGEM

A saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores são uma prioridade na Sonae MC. Para reduzir o absentismo, os acidentes de trabalho e as doenças profissionais e, simultaneamente, aumentar a produtividade e atingir resultados de excelência, é imperativo implementar medidas preventivas e contribuir para a realização profissional dos Colaboradores.

Assim, estamos empenhados na promoção de uma cultura de «zero acidentes» e de um ambiente de trabalho saudável e seguro, para garantir o bem-estar físico, mental e social dos Colaboradores. Fomentamos o equilíbrio entre as dimensões pessoal e profissional e a valorização de cada Colaborador através do movimento «*Improving Our Life* (IOL)».



A NOSSA ATIVIDADE

RESPOSTA À CRISE SANITÁRIA

Num ano fortemente impactado pela pandemia, as áreas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e de Saúde Ocupacional (SO) tiveram um papel crucial no desenvolvimento de iniciativas de resposta à pandemia de COVID-19:

- Elaboração do Plano de Contingência COVID-19 e de manuais operacionais
- Reavaliação de riscos dos postos de trabalho e medidas de mitigação
- Criação do observatório de vacinação e de acompanhamento da doença
- Elaboração de conteúdos e ações de formação, *coaching* e *quick-talks*
- Validação de qualidade de produtos e equipamentos de proteção e desinfeção
- Criação da linha de apoio dedicada
- Acompanhamento dos Colaboradores com patologias de risco
- Reforços do serviço de medicina e enfermagem
- 14.000 testes moleculares (RT – PCR) no âmbito do Plano Proactivo de Testagem
- 1.500 horas dedicadas à análise técnica, notificação médica, acompanhamento de casos, em estreita colaboração com as Autoridades de Saúde
- Desenvolvimento da aplicação Trace COVID, com um modelo preditivo de incidência da doença na Sonae MC

12 MIL
HORAS DE FORMAÇÃO MINISTRADOS
NO ÂMBITO DA PANDEMIA DE COVID-19

REGRESSO AO ESCRITÓRIO EM SEGURANÇA

No sentido de garantir a segurança de todos no regresso ao escritório implementaram-se consultas para avaliação da condição de saúde dos Colaboradores; os edifícios foram adaptados, tendo sido realizadas 20 auditorias, formação de regresso ao trabalho e 5 simulacros de preparação.

PROGRAMA MODELO SEGURO

Este programa desenhado para a insígnia Continente Modelo, tem como objetivo reforçar a cultura de segurança, promover a melhoria contínua e contribuir para uma redução dos indicadores de sinistralidade. Em 2020, iniciou-se a sua implementação, sendo as unidades acompanhadas por uma *taskforce* para avaliação, acompanhamento e confirmação do processo, abrangendo uma população de 2.300 formandos.

PROTEÇÃO E CONFORTO NO LOCAL DE TRABALHO



De igual modo, em 2020, prosseguimos a nossa aposta na melhoria das condições de segurança de trabalho com a avaliação das condições ergonómicas do novo Centro de Pescado da Azambuja, tendo sido avaliadas mais de 200 tarefas e abrangendo 95% da população por entrevistas. No que toca ao Equipamento de Proteção Individual (EPI) conseguimos reduzir em 90% as restrições médicas associadas a patologias do pé no âmbito do projeto «Doenças do Pé». Esta iniciativa foi fundamental para aumentar o grau de conforto e segurança dos Colaboradores, sem esquecer a pegada ambiental, com a introdução na área logística de um modelo de sapatos produzido com materiais 100% recicláveis.

PREVENÇÃO DA LEGIONELLA

O programa de prevenção de surtos de Legionella foi revisto em 2020, com o intuito de: simplificar procedimentos; criar instrumentos de gestão; atualizar o cadastro e desenvolver ferramentas para controlo dos equipamentos; desenhar um programa de formação; e criar um procedimento de gestão de risco, aplicável às realidades das diferentes insígnias.

CUIDAR DAS NOSSAS PESSOAS

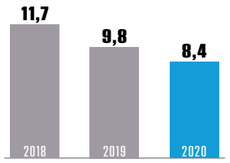
Outras iniciativas foram desenvolvidas em 2020 no sentido de promover a satisfação das nossas pessoas. De destacar i) o alargamento da atribuição do benefício de *smartphone* e plano de comunicações a todos os Colaboradores efetivos; ii) o «Bazar Solidário» da Logística, que disponibilizou, a aproximadamente 2.300 Colaboradores, produtos doados pelas insígnias Sonae MC a preços simbólicos; e iii) a entrega de 730 kits Baby Well's com produtos para bebé aos Colaboradores recém-pais.



PROMOVER A SAÚDE E SEGURANÇA

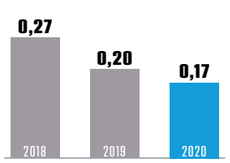
Em 2020, fizemos a transição da norma OHSAS 18001:2007 para a nova NORMA ISO 45001: 2018, obtendo a renovação da certificação do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança da loja Continente Cascais, o que permitiu reforçar a aplicação das melhores práticas nas restantes lojas. Foram ainda ministradas mais de 56.975 horas de formação e sensibilização em SST, abrangendo uma população de cerca de 29.650 formandos e visível nos resultados em 2020 com a redução de 14% do Índice de Frequência e 15% do Índice de Gravidade de acidentes da Sonae MC, face a 2019. Estes resultados foram fruto de uma cultura de segurança cada vez mais forte e enraizada nos nossos Colaboradores e também da redução dos acidentes de deslocação casa-trabalho consequente do confinamento.

Índice de Frequência



Índice de Frequência =
(N.º total de acidentes com baixa que tenham ocorrido no local de trabalho x 10⁶) / Total de horas remuneradas pelo total de Colaboradores

Índice de Gravidade

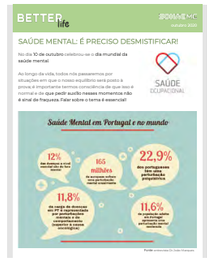


Índice de Gravidade =
(N.º total de dias de ausência por acidente com baixa no local de trabalho x 10³) / Total de horas remuneradas pelo total de Colaboradores

SAÚDE OCUPACIONAL

O Serviço de Saúde Ocupacional dispõe de 180 consultórios dentro das instalações da Empresa, onde colaboram 82 profissionais de saúde. Em 2020, foram prestadas 31.965 horas de serviço de saúde e realizados 41.265 exames médicos. Adicionalmente, tivemos o maior programa de sempre de vacinação contra a gripe sazonal na Sonae MC, com 5.120 Colaboradores vacinados; promovemos a Saúde dos nossos Colaboradores assinalando o Dia Mundial da Saúde Mental e o Dia Mundial da Alimentação; realizámos 383 simulacros no âmbito do Programa Desfibrilhação Automática Externa (DAE) e conduzimos 125 ações de formação de socorristas, para 638 Colaboradores formados.





DIVULGAÇÕES GRI



GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

PERFIL ORGANIZACIONAL

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-1
Nome da organização
SONAE MC, SGPS, S.A. (designada por Sonae MC neste relatório).

102-2
Atividades, marcas, produtos e serviços
Ver capítulo «O ano em relance», subcapítulo «Um breve olhar sobre a Sonae MC».
Mais informação em: sonaemc.com/negocios

102-3
Localização da sede
A Sonae MC tem a sua sede na Rua João Mendonça, 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

102-4
Localização das operações
Portugal e Espanha.

102-5
Propriedade e natureza legal
A Sonae MC é uma sociedade anónima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto.

102-6
Mercados servidos
Ver capítulo «O ano em relance», subcapítulo «Um breve olhar sobre a Sonae MC».

102-7
Dimensão da organização
Ver capítulo «O ano em relance», subcapítulo «Um breve olhar sobre a Sonae MC».

102-8
Informação sobre Colaboradores e outros trabalhadores
Ver capítulo «Desenvolvimento sustentável», subcapítulo «Pessoas – Diversidade e Inclusão».
De seguida apresentamos informação complementar sobre este indicador.

TIPO DE CONTRATO	GÉNERO	2020
NÚMERO DE TRABALHADORES POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO, POR GÉNERO		
CONTRATOS PERMANENTES	Homens	7.971
	Mulheres	18.360
	Subtotal	**26.331**
CONTRATOS TEMPORÁRIOS	Homens	3.393
	Mulheres	6.176
	Subtotal	**9.569**
TOTAL		35.900
NÚMERO DE TRABALHADORES POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO, POR PAÍS		
CONTRATOS PERMANENTES	Portugal	25.747
	Espanha	584
	Subtotal	**26.331**
CONTRATOS TEMPORÁRIOS	Portugal	9.225
	Espanha	344
	Subtotal	**9.569**
TOTAL		35.900
NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES POR TIPOLOGIA DE CARGA HORÁRIA, POR GÉNERO		
TEMPO INTEGRAL	Homens	9.075
	Mulheres	17.877
	Subtotal	**26.952**
TEMPO PARCIAL	Homens	2.289
	Mulheres	6.659
	Subtotal	**8.948**
TOTAL		35.900

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

PERFIL ORGANIZACIONAL

MÉDIA DE COLABORADORES POR CATEGORIA FUNCIONAL, FAIXA ETÁRIA E GÉNERO

		PERMANENTE			TEMPORÁRIO		
CATEGORIA FUNCIONAL	**FAIXA ESTÁRIA**	**H**	**M**	**T**	**H**	**M**	**T**
	TOTAL	11.235	24.019	35.254	3.668	6.334	10.002
EXECUTIVOS	< 30 anos	0	0	0	0	0	0
	30 – 50 anos	16	4	20	0	0	0
	≥ 50 anos	25	4	29	0	0	0
	Total	**41**	**8**	**49**	**0**	**0**	**0**
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	< 30 anos	1	3	4	0	0	0
	30 – 50 anos	270	182	452	0	0	0
	≥ 50 anos	133	64	197	0	0	0
	Total	**404**	**249**	**653**	**0**	**0**	**0**
COORDINATORS & SUPERVISORS	< 30 anos	70	136	206	8	31	39
	30 – 50 anos	521	941	1.462	9	37	46
	≥ 50 anos	149	198	347	0	2	2
	Total	**740**	**1.275**	**2.015**	**17**	**70**	**87**
TECHNICIANS & SPECIALISTS	< 30 anos	164	373	537	20	47	67
	30 – 50 anos	473	853	1.326	3	17	20
	≥ 50 anos	73	180	253	0	0	0
	Total	**710**	**1.406**	**2.116**	**23**	**64**	**87**
REPRESENTATIVES	< 30 anos	2.033	3.411	5.444	2.643	4.533	7.176
	Dos 30 aos 50 anos	3.111	8.803	11.914	654	1.344	1.998
	≥ 50 anos	903	3.091	3.994	45	124	169
	Total	**6.047**	**15.305**	**21.352**	**3.342**	**6.001**	**9.343**

		TEMPO INTEGRAL			TEMPO PARCIAL		
CATEGORIA FUNCIONAL	**FAIXA ESTÁRIA**	**H**	**M**	**T**	**H**	**M**	**T**
	TOTAL	11.306	23.906	35.212	2.629	6.889	9.518
EXECUTIVOS	< 30 anos	0	0	0	0	0	0
	30 – 50 anos	16	4	20	0	0	0
	≥ 50 anos	25	4	29	0	0	0
	Total	**41**	**8**	**49**	**0**	**0**	**0**
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	< 30 anos	1	3	4	0	0	0
	30 – 50 anos	270	179	449	0	3	3
	≥ 50 anos	133	63	196	0	1	1
	Total	**404**	**245**	**649**	**0**	**4**	**4**
COORDINATORS & SUPERVISORS	< 30 anos	78	160	238	0	7	7
	30 – 50 anos	529	966	1.495	1	12	13
	≥ 50 anos	149	197	346	0	3	3
	Total	**756**	**1.323**	**2.079**	**1**	**22**	**23**
TECHNICIANS & SPECIALISTS	< 30 anos	184	416	600	0	4	4
	30 – 50 anos	475	865	1.340	1	5	6
	≥ 50 anos	72	179	251	1	1	2
	Total	**731**	**1.460**	**2.191**	**2**	**10**	**12**
REPRESENTATIVES	< 30 anos	2.842	4.377	7.219	1.834	3.567	5.401
	Dos 30 aos 50 anos	3.380	7.934	11.314	385	2.213	2.598
	≥ 50 anos	881	2.378	3.259	67	837	904
	Total	**7.103**	**14.689**	**21.792**	**2.286**	**6.617**	**8.903**

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

PERFIL ORGANIZACIONAL

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-9
Cadeia de Fornecedores
Consideramos a Cadeia Fornecimento Sustentável uma dimensão crucial para o nosso desempenho, pois impacta transversalmente todos os eixos de atuação que definimos. Em conjunto com os nossos Fornecedores e parceiros pretendemos atuar com base nos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, ao longo do reporte, fazemos referência à cadeia de fornecimento.

Adicionalmente, vide respostas aos indicadores: 204-1; 304-2; 308-1; 407-1; 408-1; 409-1 e 414-1.

102-10
Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de Fornecedores
Não ocorreram alterações significativas a reportar.

102-11
Abordagem ao princípio da precaução
Ver capítulo «Princípios e práticas de governo», subcapítulo «Controlo interno e gestão de riscos».

102-12
Iniciativas externas
Ao longo dos anos temos vindo a subscrever diversas políticas e compromissos externamente (diretamente ou através da Sonae SGPS), assim como a desenvolver referenciais internos que nos apoiam na gestão da nossa atividade, por exemplo:

TIPO	COMPROMISSOS SUBSCRITOS E POLÍTICAS DESENVOLVIDAS
EXTERNO	Princípios do *Global Compact* das Nações Unidas
	Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas
	Women Initiative do *European Roundtable of Industrials* (ERT)
	Paris Pledge for Action
	Carta de Princípios do BCSD Portugal
	CEO Guide to Human Rights (WBCSD)
	New Plastics Economy Global Commitment
	Pacto Nacional para o Plástico
INTERNO	Código de Ética e de Conduta da Sonae MC
	Código de Conduta para Fornecedores do Grupo Sonae
	Política de Sustentabilidade do Pescado
	Política Ambiental do Grupo Sonae
	Plano para a Igualdade de Género Sonae MC
	Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO_2 & Alterações Climáticas
	Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico
	Política de gestão de risco

Em junho 2020, o Grupo Sonae subscreveu o *Business for Nature's Call to Action* e juntou-se ao *Science Based Targets Network (SBTN) Corporate Engagement Program* e apoiou o *Future of Work Leadership Statement (WBCSD)*.

102-13
Membro de associações
APED; *Consumer Goods Forum*; APLOG (Associação Portuguesa de Logística); ACEPI (Associação Economia Digital); GS1 Portugal; APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes) e AHRESP

ESTRATÉGIA

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-14
Mensagem do Presidente
Ver capítulo «Mensagem do CEO».

102-15
Principais impactes, riscos e oportunidades
Ver capítulo «Princípios e práticas de governo», subcapítulo «Controlo interno e gestão de riscos».

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

ÉTICA E INTEGRIDADE

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-16
Valores, princípios, standards e normas de conduta
Garantir que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a todo o Grupo Sonae. Com esse objetivo desenvolvemos o Código de Ética e Conduta da Sonae MC que define o padrão ético pelo qual nos pautamos.

GOVERNANCE

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-18
Estrutura de *governance*
Os indicadores de *Governance* são respondidos no capítulo «Princípios e práticas de governo».

ENVOLVIMENTO COM *STAKEHOLDERS*

GRI 102 Conteúdos Gerais

102-40
Lista de grupos de stakeholders
Entre os principais grupos de *stakeholders* incluem-se:
- Clientes
- Colaboradores
- Fornecedores
- Acionista
- Sociedade

Ver capítulo «Desenvolvimento sustentável», subcapítulo «Os nossos *stakeholders*».

102-41
Acordos coletivos de trabalho
Na Sonae MC, 100% dos Colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho.

102-42
Identificação e seleção de stakeholders
Ver capítulo «Desenvolvimento sustentável», subcapítulo «Os nossos *stakeholders*».

102-43
Abordagem de envolvimento com stakeholders
Ver capítulo «Desenvolvimento sustentável», subcapítulo «Os nossos *stakeholders*».

102-44
Principais questões e preocupações levantadas pelos stakeholders
Em 2020, registámos, analisámos e tratámos cerca de 159 mil reclamações e sugestões relativas aos diversos Negócios da Sonae MC. Dispomos de um Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações que nos permite identificar diversas oportunidades de desenvolvimento e implementar diferentes melhorias e mudanças tanto ao nível do produto como ao nível da operação. Adicionalmente, disponibilizamos aos nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores e público em geral acesso à Provedoria da Sonae, que assegura e complementa a interação com as diferentes áreas de negócio.

Além disso, com o objetivo de ampliar o nosso conhecimento do Cliente, utilizamos diferentes tipos de ferramentas e metodologias (medição *Net Promoter Score*, pesquisas de avaliação de satisfação por e-mail, SMS e contato telefónico após o contato do Cliente com a marca ou pós-compra, análises de produtos, estudos de mercado), que nos permitem conhecer a opinião dos mesmos. O *feedback* recolhido através das diferentes fontes é, por sua vez, incorporado nas decisões estratégicas de cada um dos nossos Negócios.

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS
PRÁTICA DE REPORTE	
GRI 102 Conteúdos Gerais	**102-45** **Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas** Ver capítulo «Contas consolidadas e individuais».
	102-46 **Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos** Ver capítulo «Anexos», subcapítulo «Sobre este relatório».
	102-47 **Lista dos temas materiais** Ver capítulo «Desenvolvimento sustentável», subcapítulo «O nosso compromisso com a sustentabilidade».
	102-48 **Reformulação de informações** Nada a reportar.
	102-49 **Alterações no relatório** Nada a reportar.
	102-50 **Período de reporte** O presente relatório incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020.
	102-51 **Data do relatório mais recente** 30 de abril de 2020
	102-52 **Ciclo de relatórios** Anual
	102-53 **Contato para questões sobre o relatório** Ver capítulo «Anexos», subcapítulo «Sobre este relatório».
	102-54 **Opção «de acordo» com os GRI *standards*** Este relatório foi preparado de acordo com os *Standards* da GRI: opção Essencial.
	102-55 **Índice de conteúdo GRI** Presente tabela.
	102-56 **Verificação externa** Ver capítulo «Anexos», subcapítulo «Sobre este relatório».

GRI 102 – CONTEÚDOS GERAIS

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS
ASPETOS MATERIAIS	
GRI 103 Aspetos Materiais	**103-1** **Explicação do tema material e dos seus limites** Ao longo dos anos temos estado próximos dos nossos *stakeholders* de forma a receber as suas contribuições quanto aos impactes positivos e negativos da nossa atividade. Um processo de auscultação robusto que envolveu diferentes *stakeholders* (Colaboradores, Clientes, Fornecedores e parceiros, entidades reguladoras e setoriais, investidores, meios de comunicação e Comunidade) e que refletiu sobre o nosso desempenho, estrutura e posicionamento, bem como melhores práticas de mercado e quadro regulatório. Com base nos temas materiais identificados, nos resultados do ciclo estratégico anterior, nas áreas destacadas a nível setorial, nos compromissos assumidos pela Sonae MC e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, definimos três eixos de ação, que têm vindo a nortear a nossa atividade na construção de um futuro sustentável: Ambiente, Comunidade e Pessoas. Cooperar e interagir de perto com cada um dos nossos *stakeholders* faz parte na atividade diária da Sonae MC. Para tal, criámos e mantemos uma base diversificada de canais de comunicação, específicos para cada grupo de *stakeholders*, o que nos permite medir continuamente as suas necessidades e expectativas e, assim, perceber se a análise realizada se mantém atualizada e relevante. O exercício realizado em 2020 permitiu-nos concluir pela adequação da análise da materialidade dos nossos impactes. Assim, continuámos a investir no desenvolvimento dos 3 eixos de ação e dos temas materiais identificados: Emissões de carbono, Eficiência energética, Utilização e gestãos dos materiais, Desperdício alimentar; Cadeia de fornecimento sustentável e local, Nutrição saudável e consumo sustentável, Apoio às Comunidades locais; Diversidade & Inclusão, Desenvolvimento do Capital Humano, saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores.
	103-2 **A forma de gestão e seus componentes** A Sonae MC promove várias iniciativas relacionadas com os seus aspetos materiais, divulgados ao longo deste relatório.
	103-3 **Valor económico direto criado e distribuído** A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório.

GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS
DESEMPENHO ECONÓMICO	
GRI 201 **Desempenho económico**	**201-1** **Valor económico direto gerado e distribuído** Ver capítulo «Contas consolidadas e individuais», subcapítulos «Contas consolidadas» e «Contas individuais».
	201-2 **Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas** Na sua resposta ao *Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change*, o grupo Sonae disponibilizou informação detalhada sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. A avaliação obtida (A), posiciona as empresas do Grupo Sonae no grupo de empresas líderes a nível global no combate às alterações climáticas. O nosso trabalho para a adoção das diretrizes definidas pela *Task Force on Climate-related Financial Disclosure (TCFD)* – uma iniciativa que promove as recomendações para a gestão e divulgação de riscos financeiros associados às mudanças climáticas – ainda está em desenvolvimento. Os potenciais impactos financeiros das alterações climáticas serão estimados e as ações de mitigação para os riscos priorizados serão definidas de acordo com a estrutura desenvolvida pelo *Financial Stability Board*.
	201-3 **Planos de benefícios oferecidos pela organização** A Sonae MC não dispõe de fundo de pensões.
	201-4 **Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo** Em 2020 a Sonae MC recebeu 33,8 M€. Os valores indicados referem-se a montantes recebidos no âmbito de créditos fiscais e representam a melhor estimativa da Sonae MC tendo em conta que, na data de fecho deste relatório, as candidaturas ao SIFIDE ainda não foram efetuadas. De notar que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.
PRESENÇA NO MERCADO	
GRI 202 **Presença no mercado**	**202-1** **Proporção de Colaboradores para cargos seniores contratados localmente** 67% dos gestores de topo da Sonae MC são contratados localmente.
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS (ASPETO MATERIAL)	
GRI 203 **Impactos económicos indiretos indiretos**	**203-1** **Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados** Ver resposta ao indicador 413-1.
	203-2 **Impactos económicos indiretos significativos** Ver resposta ao indicador 413-1.
PRÁTICAS DE COMPRA (ASPETO MATERIAL)	
GRI 204 **Práticas de compra**	**204-1** **Proporção de despesas com Fornecedores locais**

PERCENTAGEM DE CUSTOS	2019	2020
COM FORNECEDORES ESTRANGEIROS	18%	15%
COM FORNECEDORES NACIONAIS	82%	85%

GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS
ANTICORRUPÇÃO	
GRI 205 **Anticorrupção**	**205-1** **Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção** O processo de gestão de risco da Sonae MC segue a metodologia Internacional *Enterprise Wide Risk Management – Integrated Framework* (COSO), que permite a identificação dos diferentes tipos de riscos e ameaças ao desenvolvimento dos Negócios, tanto ao nível estratégico como ao nível operacional. Não tendo sido identificado o risco de corrupção como um risco prioritário para a Sonae MC, não foram realizadas avaliações neste sentido. O Código Ética e de Conduta da Sonae MC estabelece um conjunto de princípios e regras relacionados com conflito de interesses, ofertas ou recompensas a Colaboradores, com o objetivo de garantir que não influenciam indevidamente a tomada de decisões. Em 2020, não foram reportados casos de corrupção.
	205-2 **Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção** O código de Ética e Conduta da Sonae MC, que inclui as políticas anticorrupção, é comunicado na formação inicial a 100% dos Colaboradores. Adicionalmente, o Grupo Sonae dispõe de um Código de Ética e Conduta de Fornecedores, que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento. Em 2020, 10.792 Colaboradores receberam formação em anticorrupção.
	205-3 **Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas** Em 2020, não se registaram casos de corrupção.

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

MATERIAIS (ASPETO MATERIAL)

GRI 301
Materiais

301-1
Consumo de materiais usados por peso ou volume
A Sonae MC visa uma utilização sustentável do consumo de materiais associados à sua cadeia de valor. Para isso, promovemos uma série de iniciativas com Fornecedores para selecionar os materiais com uma menor pegada, reduzir o uso desnecessário de materiais, promover a sua reintegração na cadeia de valor no final do seu ciclo de vida (pela sua reutilização ou reciclagem), assegurar a origem das matérias-primas, entre outras. Os materiais reportados são os mais relevantes em peso e volume.

301-2
Materiais reciclados utilizados
Resposta a este indicador na tabela reportada no indicador 301-3.

301-3
Produtos recuperados e as suas embalagens

CONTRATO MATERIAIS UTILIZADOS PARA PRODUZIR E EMBALAR PRODUTOS (T)

	MATERIAIS UTILIZADOS	MATERIAIS RECICLADOS UTILIZADOS	PRODUTOS RECUPERADOS E RESPETIVOS MATERIAIS DAS EMBALAGENS
PLÁSTICO[1]	22.431	4.866	–

ENERGIA (ASPETO MATERIAL)

GRI 302
Energia

302-1
Consumo de energia dentro da organização

CONSUMO DE ENERGIA POR FONTE (GJ)	2019	2020
CONSUMO COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS – FROTA	565.499	487.849
CONSUMO COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS – INSTALAÇÕES	33.959	27.699
CONSUMO ELETRICIDADE	1.494.945	1.514.009
TOTAL	2.094.402	2.029.557

PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL (GJ)	2019	2020
PRODUZIDA E CONSUMIDA		41.752
PRODUZIDA E VENDIDA		25.864
TOTAL		67.616

302-3
Intensidade energética

INTENSIDADE ENERGÉTICA	2019	2020
CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (GJ)	2.094.402	2.029.557
ÁREA DE VENDAS (m^2)	835.000	864.000
RÁCIO DE INTENSIDADE ENERGÉTICA (GJ/m^2)	2,51	2,35

302-4
Redução do consumo de energia
Em 2020, demos continuidade aos esforços de promoção do consumo de energia eficiente e flexível, investindo na instalação de equipamentos e sistemas mais eficientes, criando as condições necessárias para melhor monitorizar e gerir o consumo de energia e desenvolvendo procedimentos para potenciar o investimento realizado.

302-5
Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços
Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Ambiente», subeixo «Eficiência Energética».

1 Plástico presente em embalagens, operação e produtos cuja colocação no mercado é da responsabilidade da Sonae MC.

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

ÁGUA

GRI 303
Água

303-1
Interações com a água como recurso compartilhado
A maioria da água consumida nas operações da Sonae MC está relacionada com o uso humano.

Com o objetivo de reduzir o impacto ambiental dos seus Negócios, a Empresa está empenhada em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das suas operações, inovando e aproveitando tecnologia para repensar a forma como a água é utilizada e gerida nas suas infraestruturas. A instalação progressiva de contadores dotados de telemetria, que possibilitam uma monitorização mais apurada dos consumos de água, são essenciais neste processo.

Existem algumas iniciativas que visam a reutilização e reciclagem da água. Entre elas, destaca-se o Centro de Processamento de Carnes da Sonae MC que possui uma instalação para recuperação e reciclagem de parte dos efluentes líquidos produzidos nas instalações.

A Sonae MC não identifica na sua operação direta áreas de *stress* hídrico relevantes para este relatório.

303-2
Gestão de impactos relacionados com efluentes
A Sonae MC não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas lojas. Assim, e de acordo com as melhores práticas da Engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido, e os 20% restantes são consumidos.

Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitos a pré-tratamento em instalações dedicadas (ETAR´S) e realizada a respetiva monitorização da qualidade.

303-3
Captação de água

CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR FONTE (m^3)	2020
ÁGUA DE TERCEIROS	827.393
ÁGUA SUBTERRÂNEA	60.527
ÁGUA À SUPERFÍCIE	–
ÁGUAS CINZENTAS	–
FONTES DE ÁGUA DIVERSAS	–
TOTAL	887.919

303-4
Descarga de água

VOLUME DE EFLUENTE POR FONTE (m^3)	2020
ÁGUA DE TERCEIROS	663.904
ÁGUA SUBTERRÂNEA	2.891
ÁGUA À SUPERFÍCIE	
ÁGUAS CINZENTAS	–
FONTES DE ÁGUA DIVERSAS	–
TOTAL	666.795

Nota Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae MC assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

303-5
Consumo de água

CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR FONTE (m^3)	2020
CONSUMO DE ÁGUA	221.124
CONSUMO DE ÁGUA E ÁREAS DE STRESS HÍDRICO	–
TOTAL	221.124

Nota Quando os dados não estão diretamente disponíveis, a Sonae MC assume um pressuposto de que 80% da água retirada é descarregada e 20% é consumida.

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

BIODIVERSIDADE (ASPETO MATERIAL)

GRI 304 Biodiversidade

304-1
Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentas a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas
A Sonae MC não possui instalações em áreas classificadas como zonas de *habitats* ricos em biodiversidade, na sua operação direta.

304-2
Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade
Estamos a trabalhar com *Science Based Targets Network* no desenvolvimento de uma *framework* comum de ação que pode ser usada por empresas de diferentes setores e regiões geográficas. A sua implementação vai ajudar as empresas a avaliar seus impactos na natureza, definir áreas prioritárias de atuação e realizar ações alinhadas com a ciência.

304-3
Habitats protegidos ou restaurados
A Floresta está ameaçada pelos atuais modelos de desenvolvimento e, particularmente em Portugal, exposta aos efeitos das alterações climáticas. O Projeto Floresta Sonae representa um esforço coletivo das Empresas do Grupo Sonae de restauro e conservação da Floresta Portuguesa. Nos próximos 10 anos, vamos reflorestar mais de 1.100 hectares. Em 2020, as empresas do Grupo Sonae financiaram a reflorestação de 75 hectares, cerca de 93.000 árvores.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «Eixos de Atuação», eixo de «Ambiente», subeixo «Emissões de Carbono».

EMISSÕES (ASPETO MATERIAL)

GRI 305 Emissões

305-1
Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)
Resposta a este indicador na tabela reportada no indicador 305-3.

305-2
Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2)
Resposta a este indicador na tabela reportada no indicador 305-3.

305-3
Emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)

EMISSÕES DE GEE, POR ÂMBITO E FONTE (t CO_2e)		2019	2020
ÂMBITO 1	**Total emissões GEE diretas**	**52.849**	**53.401**
ÂMBITO 2	Emissões associadas ao consumo de eletricidade – *market based*	115.809	81.570
	Total emissões GEE indiretas	**115.809**	**81.570**
ÂMBITO 3	Emissões associadas a valorização energética	119	35
	Emissões associadas a valorização orgânica	111	103
	Emissões associadas a aterro sanitário	8.608	7.574
	Total emissões GEE indiretas	**8.838**	**7.712**
TOTAL EMISSÕES (t CO_2e)		177.496	142.683

Nota As informações sobre os fatores de conversão e emissão encontram-se ao final da tabela GRI, na seção de notas metodológicas.

305-4
Intensidade das emissões de GEE

INTENSIDADE DE EMISSÕES	2019	2020
EMISSÕES TOTAIS DE GEE – *MARKET BASED* (t CO_2e)	177.496	142.683
ÁREA DE VENDAS ('000 m^2)	835	864
RÁCIO DE INTENSIDADE DE EMISSÕES DE GEE (t CO_2e/M€)	213	165

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

EMISSÕES (ASPETO MATERIAL)

GRI 305 Emissões

305-5
Redução de emissões de GEE
Para apoiar a redução das nossas emissões a Sonae MC desenvolveu um *roadmap*, adaptado ao seu contexto de Negócio, com base nas melhores práticas e no melhor conhecimento tecnológico e científico. Mudar para equipamentos de refrigeração que usam refrigerantes de baixo impacto, investir na produção local de energia renovável e no fornecimento de energia renovável, eletrificar a nossa frota e avançar os nossos esforços para promover a ecoeficiência de nossas operações são algumas das medidas planeadas para atingir nossas metas.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «Eixos de Atuação», eixo de «Ambiente».

305-6
Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
Em 2020, não ocorreu a emissão de substâncias destruídoras da camada de ozono.

305-7
Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas

EMISSÕES (t)	2019	2020
EMISSÕES TOTAIS DE NOx	455	316
EMISSÕES TOTAIS DE SO_2	119	103
EMISSÕES TOTAIS DE CH_4	–	10
EMISSÕES TOTAIS DE F-GASES	–	24.051

RESÍDUOS

GRI 305 Resíduos

306-1
Produção de resíduos e impactos significativos relacionados com os resíduos
A maior parte dos resíduos da Sonae MC estão associados à atividade das suas lojas. A gestão de resíduos abrange não só os resíduos produzidos no âmbito da sua atividade, como também os resíduos depositados pelos Clientes. Algumas medidas implementadas incluem: 1) Criação de áreas específicas nas lojas e entrepostos para a gestão de resíduos; 2) Separação, armazenamento temporário e envio dos diferentes tipos de resíduos para operadores licenciados; 3) Separação da parcela orgânica dos resíduos e envio para valorização orgânica; 4) Redução do material de embalagem de produtos de marca própria; 5) Reutilização de embalagens de transporte; e 6) Formação e sensibilização de Colaboradores.

306-2
Gestão de impactos significativos relacionados com resíduos
Reforçámos os princípios da circularidade na forma como gerimos a nossa atividade, como concebemos e desenvolvemos os nossos produtos e serviços, evitando sempre que possível os plásticos de utilização única, privilegiando a reutilização e reparação dos materiais, e, quando tal não for possível, encaminhando os resíduos para reciclagem.

306-3
Resíduos produzidos

RESÍDUOS PRODUZIDOS (t)	2019	2020
RESÍDUOS PERIGOSOS	90	63
RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	70.646	72.017
PESO TOTAL DOS RESÍDUOS GERADOS	70.736	72.080

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

RESÍDUOS

GRI 305
Resíduos

306-4
Resíduos não encaminhados para deposição

RESÍDUOS NÃO ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO (t)	2019	2020
RESÍDUOS PERIGOSOS RECICLADOS	NA	63
RESÍDUOS PERIGOSOS PREPARADOS PARA REUTILIZAÇÃO	NA	0
OUTRAS OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	NA	0
TOTAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS NÃO ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO	90	63
RECICLAGEM DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	38.526	42.939
RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS PREPARADOS PARA REUTILIZAÇÃO	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS[1]	10.838	10.129
TOTAL DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS NÃO ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO	49.364	53.068

1 Composto, digestão anaerobia e valorização energética.

306-5
Resíduos encaminhados para deposição

RESÍDUOS ENCAMINHADOS PARA DEPOSIÇÃO (t)	2019	2020
RESÍDUOS PERIGOSOS INCINERADOS (COM RECUPERAÇÃO DE ENERGIA)	0	0
RESÍDUOS PERIGOSOS INCINERADOS (SEM RECUPERAÇÃO DE ENERGIA)	0	0
RESÍDUOS PERIGOSOS DIRECIONADOS PARA ATERRO	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES DE ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS	0	0
DEPOSIÇÃO TOTAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS	0	0
RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS INCINERADOS (COM RECUPERAÇÃO DE ENERGIA)	0	1.633
RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS INCINERADOS (SEM RECUPERAÇÃO DE ENERGIA)	0	0
RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS DIRECIONADOS PARA ATERRO	14.676	17.316
OUTRAS OPERAÇÕES DE ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	0	0
DEPOSIÇÃO TOTAL DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	14.676	18.949

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

EMPREGO (ASPETO MATERIAL)

GRI 401
Emprego

401-1
Novas contratações e rotatividade de Colaboradores

ENTRADAS E SAÍDAS DE COLABORADORES EM 2020 POR GÉNERO, FAIXA ETÁRIA E PAÍS

		NÚMERO		RÁCIO	
		ENTRADAS	SAÍDAS	ENTRADAS	SAÍDAS
TOTAL		16 861	16 163	47%	45%
POR GÉNERO	Homens	6.454	6 114	18%	17%
	Mulheres	10.407	10.049	29%	28%
POR FAIXA ETÁRIA	<30 anos	13.462	12.329	37%	34%
	30–50 anos	3.151	3.267	9%	9%
	≥50 anos	248	567	1%	2%
POR PAÍS	Portugal	16.534	15.819	46%	44%
	Espanha	327	344	1%	1%

TOTAL DE ENTRADAS E SAÍDAS DE COLABORADORES	2019	2020
TOTAL COLABORADORES (N.º)	34.898	35.900
TOTAL ENTRADAS (N.º)	18.935	16.861
TAXA DE ENTRADAS (%)	54%	47%
SAÍDAS (N.º)	17.735	16.163
TAXA DE SAÍDAS (%)	51%	45%

Nota exclui Go Natural Restauração

SAÍDAS VOLUNTÁRIAS E INVOLUNTÁRIAS POR CATEGORIA PROFISSIONAL E FAIXA ETÁRIA

		SAÍDAS VOLUNTÁRIAS			SAÍDAS INVOLUNTÁRIAS		
CATEGORIA FUNCIONAL	FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
EXECUTIVES	<30 anos	0	0	0	0	0	0
	30–50 anos	0	1	1	0	0	0
	≥50 anos	0	0	0	1	0	1
	Subotal	**14**	**5**	**19**	**10**	**8**	**18**
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	<30 anos	0	0	0	0	0	0
	30–50 anos	10	4	14	1	2	3
	≥50 anos	4	1	5	9	6	15
	Subotal	**14**	**5**	**19**	**10**	**8**	**18**
COORDINATORS & SUPERVISORS	<30 anos	2	3	5	0	1	1
	30–50 anos	3	3	6	3	2	5
	≥50 anos	3	3	6	1	1	2
	Subotal	**8**	**9**	**17**	**4**	**4**	**8**
TECHNICIANS & SPECIALISTS	<30 anos	34	53	87	10	27	37
	30–50 anos	42	64	106	17	28	45
	≥50 anos	2	2	4	3	15	18
	Subotal	**78**	**119**	**197**	**30**	**70**	**100**
REPRESENTATIVES	<30 anos	1.592	2.215	3.807	3.306	5.086	8.392
	30–50 anos	368	816	1.184	586	1 317	1.903
	≥50 anos	26	75	101	91	324	415
	Subotal	**1.986**	**3.106**	**5 092**	**3.983**	**6.727**	**10.710**

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

EMPREGO (ASPETO MATERIAL)

GRI 401
Emprego

401-3
Licença parental

LICENÇA PARENTAL 2020	HOMENS	MULHERES	TOTAL
TOTAL COLABORADORES COM DIREITO A LICENÇA PARENTAL (N.º)	11.364	24.536	**35.900**
TOTAL COLABORADORES QUE USUFRUÍRAM A LICENÇA PARENTAL (N.º)	495	1.323	**1.818**
TOTAL COLABORADORES QUE RETORNARAM AO TRABALHO APÓS CONCLUSÃO DA LICENÇA PARENTAL (N.º)	495	1.316	**1.811**
TOTAL COLABORADORES QUE RETORNARAM AO TRABALHO APÓS CONCLUSÃO DA LICENÇA PARENTAL E QUE CONTINUAM NA EMPRESA APÓS 12 MESES DE TEREM RETORNADO (N.º)	381	1.031	**1.412**
TAXA DE USUFRUTO (%)	4%	5%	**5%**
TAXA DE RETORNO (%)	100%	99%	**100%**

Nota não são contabilizados os Colaboradores que tendo usufruído de licença em 2019, continuam na empresa 12 meses após retorno. Por esta razão, a taxa de retenção pode ser superior a 100%, uma vez que o denominador é referente ao usufruto de 2020 e não 2019.

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL (ASPETO MATERIAL)

GRI 403
Saúde e segurança ocupacional

403-1
Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional
A Sonae MC não possui um sistema formal de gestão de segurança e saúde no trabalho.

403-2
Identificação de perigos, avaliação de risco e investigaçao de incidentes
Na Sonae MC, os procedimentos de identificação de perigos e avaliação de riscos são realizados pela equipa de técnicos de Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Estes procedimentos são atualizados periodicamente e analisados quando ocorrem novos incidentes ou são introduzidos novos procedimentos ou máquinas que possam afetar o nível de risco. O procedimento de investigação de incidentes é baseado na metodologia dos 3c's (análise do caso, identificação das causas e implementação de contramedidas), que é então traduzido num plano de ação.

Acreditamos que a sensibilização e comunicação dos riscos e das medidas que os Colaboradores devem tomar, para eliminar ou reduzir os riscos para níveis controláveis, são um passo decisivo para a melhoria das condições existentes e, consequentemente, para a melhoria do ambiente de trabalho.

Assim, para além da formação em SST e da informação partilhada com os Colaboradores, é assegurada uma consulta anual aos Colaboradores sobre questões de SST, através de um questionário no qual os Colaboradores comentam todos os temas relacionados com a SST. As respostas dos Colaboradores são analisadas como forma de avaliar a sua perceção sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores também podem relatar incidentes por meio de auditorias de loja, plataformas e aplicações internas, ou através do contacto direto com os técnicos de SST ou animadores de segurança.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

403-3
Serviços de saúde ocupacional
A Sonae MC disponibiliza funções de serviços de saúde ocupacional que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, nomeadamente os serviços de saúde ocupacional. Esses serviços, previstos na lei, incluem: um exame de admissão no momento do ingresso na empresa; exames periódicos, a cada 2 anos, para todos os funcionários entre 18 e 50 anos; e exames anuais para funcionários com menos de 18 anos ou mais de 50; são também realizados exames ocasionais a pedido do funcionário ou da Empresa, sendo a obrigação de todos os funcionários que estiveram ausentes por mais de 30 dias, após retorno, a eventual realização de exames.

Outros serviços incluem acompanhamento de remodelações e inaugurações de lojas, formações, procedimentos e normas de segurança, plano de auditorias anuais para todos os estabelecimentos, acompanhamento de processos de sinistros (causa, participação) e estudos ergonómicos. Todos os serviços são fornecidos por técnicos qualificados de SST.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL (ASPETO MATERIAL)

403-4
Participação do trabalhador, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho
Na Sonae MC, é assegurada uma consulta anual aos Colaboradores sobre questões de SST, através de um questionário, no qual os Colaboradores comentam todas as questões relacionadas com SST. O questionário é adaptado e atualizado periodicamente e, em 2020, houve um maior foque na situação atual da pandemia de COVID-19. Complementarmente, é realizado um inquérito à satisfação dos acidentados sobre a atividade de saúde pela seguradora.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

403-5
Formação de trabalhadores em saúde e segurança no trabalho
Durante o processo de admissão, os trabalhadores realizam formação *online* obrigatória sobre riscos no local de trabalho e organização e resposta a emergências. Em 2020, esta formação teve um grande foco na resposta e adaptação à pandemia COVID-19.

A Sonae MC possui um portal interno onde os trabalhadores podem encontrar diversas informações relacionadas com a Saúde e Segurança no Trabalho, tais como Acidentes de Trabalho, Riscos no Trabalho, Equipamentos de Proteção Individual, Plano de Emergência, entre outros. Algumas auditorias de monitoramento de SSO, realizadas nas lojas, são de caráter pedagógico.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

403-6
Promoção da saúde do trabalhador
No que diz respeito à facilitação do acesso dos trabalhadores aos serviços médicos e de saúde não ocupacionais, a Sonae MC tem à sua disposição diversas iniciativas como medicina curativa, alimentação e nutrição, massagem, yoga e outras iniciativas do género, à disposição de todos os Colaboradores.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

403-7
Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente associados a relações de Negócios
Os impactos na saúde e segurança atribuíveis às relações comerciais não são considerados relevantes.

403-8
Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional
A Sonae MC não possui um sistema formal de gestão de segurança e saúde no trabalho.

403-9
Lesões relacionadas ao trabalho

NÚMERO DE LESÕES RELACIONADAS AO TRABALHO EM 2020

COLABORADORES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
HORAS TRABALHÁVEIS	20.507.129	43.352.122	63.859.251
LESÕES DE TRABALHO	280	509	789
FATALIDADES	0	0	0

TRABALHADORES QUE NÃO SÃO COLABORADORES MAS CUJO TRABALHO E / OU LOCAL DE TRABALHO É CONTROLADO PELA ORGANIZAÇÃO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LESÕES DE TRABALHO	61	18	79
FATALIDADES	0	0	0

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

FORMAÇÃO (ASPETO MATERIAL)

GRI 404
Formação

404-1

Média de horas de formação por ano e por Colaborador

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR

	2019	2020
TOTAL COLABORADORES (N.º)	34.606	44.671
TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO (N.º)	889.881	787.142
MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR (HORAS/COLABORADOR)	26	**18**

NÚMERO TOTAL DE COLABORADORES POR CATEGORIA FUNCIONAL E GÉNERO EM 2020

CATEGORIA FUNCIONAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
EXECUTIVES	39	9	48
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	423	255	678
COORDINATORS & SUPERVISORS	762	1.353	2.115
TECHNICIANS & SPECIALISTS	800	1.564	2.364
REPRESENTATIVES	12.955	26.511	39.466
TOTAL COLABORADORES	14.979	29.692	44.671

NÚMERO TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CATEGORIA FUNCIONAL E GÉNERO EM 2020

CATEGORIA FUNCIONAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
EXECUTIVES	463	129	592
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	7.313	5.089	12.402
COORDINATORS & SUPERVISORS	14.917	18.952	33.869
TECHNICIANS & SPECIALISTS	20.976	45.229	66.205
REPRESENTATIVES	218.318	455.756	674.074
TOTAL HORAS DE FORMAÇÃO	261.987	525.155	787.142

MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR COLABORADOR, CATEGORIA FUNCIONAL E GÉNERO EM 2020

CATEGORIA FUNCIONAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
EXECUTIVES	12	14	12
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	17	20	18
COORDINATORS & SUPERVISORS	20	14	16
TECHNICIANS & SPECIALISTS	26	29	28
REPRESENTATIVES	17	17	17
MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR CATEGORIA E GÉNERO (HORAS/COLABORADOR)	17	18	18

Nota inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos no fim do período de reporte. A média de horas por grupo funcional é respeitante apenas a Colaboradores em Portugal.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

FORMAÇÃO (ASPETO MATERIAL)

GRI 404
Formação

404-2

Programas de melhoria de competências dos Colaboradores e programas de apoio à transição

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

AÇÕES E HORAS DE FORMAÇÃO POR PROGRAMA 2020	AÇÕES (N.º)	HORAS (N.º)
CONFERÊNCIAS & SEMINÁRIOS	0	0
ESCOLAS/ACADEMIAS	1	50
GESTÃO	732	3.622
GESTÃO & LIDERANÇA	21.299	18.494
MELHORIA CONTÍNUA	1.198	8.137
SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO	22.062	54.090
SUSTENTABILIDADE	0	0
TÉCNICA	41.451	63.091
TRANSVERSAL	756	4.536
VALUES & PEOPLE	74.316	635.122
LEGAL & COMPLIANCE	0	0
TOTAL	161 815	787 141

Nota inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos no fim do período de reporte.

404-3

Percentagem de Colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira

Na Sonae MC, 89,1% dos Colaboradores receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (ASPETO MATERIAL)

GRI 405 Diversidade e igualdade de oportunidades

405-1

Diversidade dos órgãos de *governance* e dos Colaboradores

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Pessoas».

PERCENTAGEM DE COLABORADORES POR CATEGORIA PROFISSIONAL, FAIXA ETÁRIA E GÉNERO EM 2020

CATEGORIA FUNCIONAL	FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
EXECUTIVES	<30 anos	0%	0%	0%
	30–50 anos	33%	8%	41%
	≥50 anos	51%	8%	59%
	Total	**84%**	**16%**	**100%**
SENIOR & MIDDLE MANAGERS	<30 anos	0%	0%	1%
	30–50 anos	41%	28%	69%
	≥50 anos	20%	10%	30%
	Total	**62%**	**38%**	**100%**
COORDINATORS & SUPERVISORS	<30 anos	4%	8%	12%
	30–50 anos	25%	47%	72%
	≥50 anos	7%	9%	17%
	Total	**36%**	**64%**	**100%**
TECHNICIANS & SPECIALISTS	<30 anos	8%	19%	27%
	30–50 anos	22%	39%	61%
	≥50 anos	3%	8%	11%
	Total	**33%**	**67%**	**100%**
REPRESENTATIVES	<30 anos	15%	26%	41%
	30–50 anos	12%	33%	45%
	≥50 anos	3%	10%	14%
	Total	**31%**	**69%**	**100%**

Notas os dados não incluem Colaboradores da GO NATURAL Restauração, nem do Conselho de Administração.

NÚMERO DE COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	2020
COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	157

NÃO DISCRIMINAÇÃO

GRI 406 Não discriminação

406-1

Casos de discriminação e medidas tomadas

Em 2020, foram levantados 19 casos de discriminação. Os processos de inquérito realizados levaram ao arquivamento de todos os casos.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

GRI 407 Liberdade de associação e negociação coletiva

407-1

Operações e Fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco

Na Sonae MC não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva. De acordo com os relatórios de auditorias efetuados, todos os Fornecedores têm o critério «Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/associações que representam os seus direitos» conforme.

TRABALHO INFANTIL

GRI 408 Trabalho infantil

408-1

Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil

Na Sonae MC, por regra, não são admitidos menores de idade. Só excecionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei. Não existem operações com risco de incidentes de trabalho infantil. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o Fornecedor é colocado em stand-by e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

GRI 409 Trabalho forçado ou análogo ao escravo

409-1

Trabalho forçado ou análogo ao escravo

Na Sonae MC, não existe qualquer trabalho forçado. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo, o Fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

PRÁTICAS DE SEGURANÇA

GRI 410 Práticas de segurança

410-1

Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos

Tanto em Espanha como em Portugal todos os vigilantes que prestam serviço através de empresas de segurança têm de ter um cartão profissional, cuja obtenção e renovação requer a realização de uma formação que inclui matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia.

AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

GRI 412 Avaliação dos direitos humanos

412-1

Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos

Em 2020, não foi registada nenhuma operação que tenha sido objetivo de reavaliações de Direitos Humanos e/ou avaliações de impacte neste aspeto.

412-2

Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos

Em 2020, os Colaboradores da Sonae MC receberam formação relacionada com as práticas e políticas de direitos humanos conforme a seguinte tabela:

FORMAÇÃO FORMAL NAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO RELATIVOS A QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS

	2019	2020
TOTAL DE COLABORADORES QUE RECEBERAM FORMAÇÃO FORMAL NAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS DA ORGANIZAÇÃO RELATIVOS A QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS	15 502	42 020
TOTAL DE HORAS DEDICADAS A FORMAÇÃO NAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS REFERENTES A ASPETOS DE DIREITOS HUMANOS QUE SÃO RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES	294 519	368 532

Notas inclui todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 dezembro de 2020 de Portugal.

412-3

Acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de Direitos Humanos ou que foram submetidos a avaliações de Direitos Humanos

Nos contratos de fornecimento da Sonae MC consta uma cláusula de obrigação do Fornecedor que menciona «Cumprir com todas as normas e legislação aplicável sobre trabalho prestado por menores, direitos humanos e proibição de discriminação dos seus trabalhadores, seja qual for o motivo».

COMUNIDADES LOCAIS (ASPETO MATERIAL)

GRI 413 Comunidades locais

413-1

Operações com envolvimento da Comunidade local, avaliação de impacto e desenvolvimento de programas

Desde o momento da instalação de uma nova unidade, a Sonae MC assegura as condições necessárias para causar o mínimo de impacte negativo nas Comunidades. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à Comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Comunidade».

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DE FORNECEDORES (ASPETO MATERIAL)

GRI 414
Avaliação social de Fornecedores
e GRI 308
Avaliação ambiental de Fornecedores

414-1 e 308-1

Novos Fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais e ambientais

FORNECEDORES SELECIONADOS COM BASE EM CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS	TOTAL	NOVOS
NACIONAL (N.º)	180	31
ESTRANGEIRO (N.º)	313	84
TOTAL DE FORNECEDORES (N.º)	493	115
NACIONAL (N.º)	113	3
ESTRANGEIRO (N.º)	192	14
TOTAL DE FORNECEDORES QUALIFICADOS (Nº)	305	17
NACIONAL (%)	63%	10%
ESTRANGEIRO (%)	61%	17%
TOTAL DE FORNECEDORES QUALIFICADOS (%)	62%	15%
NACIONAL (N.º)	55	1
ESTRANGEIROS (N.º)	209	14
TOTAL DE AUDITORIAS A FORNECEDORES (Nº)	264	15

SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE (ASPETO MATERIAL)

GRI 416
Saúde e segurança do Cliente

416-1

Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança

Na Sonae MC, é uma prioridade garantir a qualidade e segurança dos produtos das nossas marcas próprias, pelo que controlamos, monitorizamos e desenvolvemos constantemente o processo de desenvolvimento. Assim, focamos a nossa atuação em quatro áreas: I) certificação do desenvolvimento de nossos produtos de marca própria, II) monitorização da qualidade e segurança, III) rotulagem e IV) gestão do feedback do Cliente.

Em 2020, dando continuidade aos esforços de anos anteriores, assegurámos o processo de certificação do desenvolvimento das marcas próprias da Sonae MC, de acordo com a norma internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001: 2008.

Contamos com uma equipa de profissionais internos e externos qualificados que se dedicam à realização de verificações periódicas dos produtos, incluindo inspeções, testes laboratoriais e auditorias, de forma a garantir o cumprimento dos padrões de qualidade e segurança baseados nos planos anuais em vigor.Em 2020, foram realizadas 493.882 análises de produtos do Negócio alimentar e 15.530 análises de produtos do Negócio não-alimentar, das quais 14.080 em laboratórios internos e 1.450 em laboratórios externos.

No indicador 102-44 reportamos o modo como gerimos e integramos o feedback dos nossos Clientes.

MARKETING E ROTULAGEM

GRI 417
***Marketing* e rotulagem**

417-1

Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços

Temos o compromisso de garantir o fornecimento de uma ampla gama de produtos responsáveis, de forma a corresponder às expectativas dos consumidores e promover a adoção de um estilo de vida sustentável. Ao mesmo tempo, considerando a necessidade de acesso imediato à informação, inerente ao perfil do consumidor atual, preocupamo-nos em garantir que fornecemos a informação necessária sobre os nossos produtos, para que o consumidor possa fazer uma escolha informada e adequada ao seu estilo de vida.

Ver capítulo «Desenvolvimento Sustentável», subcapítulo «As nossas prioridades e eixos de atuação», eixo «Comunidade».

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NORMA GRI | DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

COMPLIANCE SOCIOECONÓMICO E AMBIENTAL

GRI 419
***Compliance* socioeconómico**
e GRI 307
***Compliance* ambiental**

419-1 e 307-1

Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social, económica e ambiental

O Grupo Sonae considera que uma coima é significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a 12.000€, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto).

NÚMERO DE COLABORADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	2020
TOTAL DO VALOR MONETÁRIO DAS MULTAS SIGNIFICATIVAS – ÁREA ECONÓMICA (€)	9.745
NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS (N.º)	8
TOTAL DO VALOR MONETÁRIO DAS MULTAS SIGNIFICATIVAS – ÁREA SOCIAL (LABORAL) (€)	0
NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS (N.º)	0
TOTAL DO VALOR MONETÁRIO DAS MULTAS SIGNIFICATIVAS – ÁREA AMBIENTAL (€)	0
NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS (N.º)	0

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DOS INDICADORES GRI

GRI	ODS	UNGC	SASB
102-8		6	
102-1		19	
102-41		3	Práticas Laborais – FB-FR-310a.2 *(Food retailers & distributors)*
201-1			
201-2			
202-2		6	
203-1			
203-2			
204-1			
205-1		10	
205-2		10	
205-3		10	
301-1		7, 8	
301-3		8	
302-1		7, 8	Gestão de energia – IF-RE-130a.2 *(Real Estate)* Gestão de energia – FB-FR-130a.1 (*Food retailers & distributors)* Pegada Ambiental de Infraestrutura de Hardware – TC-SI-130a.1 *(Software & IT Services)*
302-2		7, 8	
302-3		8	
302-4		8, 9	
302-5		8, 9	
303-1		7, 8	
303-2		7, 8	
303-3		8	Gestão de água – IF-RE-140a.2 *(Real Estate)* Pegada Ambiental de Infraestrutura de Hardware – TC-SI-130a.1 *(Software & IT Services)*
303-4		8	
303-5		8	
304-1		8	
304-2		8	
304-3		8	
305-1		7, 8	Emissões atmosféricas de refrigeração – FB-FR-110b.1 *(Food retailers & distributors)*
305-2		7, 8	
305-3		7, 8	
305-4		8	

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DOS INDICADORES GRI

GRI	ODS	UNGC	SASB
305-5		8, 9	
305-6		7, 8	
305-7		7, 8	
306-1		8	
306-2		8	
306-3		8	
306-4		8	
306-5		8	
401-3		6	
403-1			
403-2			
403-3			
403-4			
405-5			
403-6			
403-7			
403-8			
403-9			
404-1		6	
404-2			
404-3		6	
405-2		6	
406-1		6	
407-1		3	
408-1		5	
409-1		4	
412-3		5, 8, 16	
416-1			
417-1			Saúde e nutrição dos produtos – FB-FR-260a.2 *(Food Retailers & distributors)*
419-1 e 307-1			Práticas laborais – FB-FR-310a.3 *(Food retailers & distributors)*

NOTAS METODOLÓGICAS

FATORES DE EMISSÃO

ENERGIA	UNIDADE	FATOR 2019	FATOR 2020	FONTE (2019 E 2020)
Gás natural	Kg CO_2/GJ	56,4	56,4	2019: APA (2019) *Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases* 1990–2017 (p.187) 2020: APA (2020) *Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases* 1990–2018 (p.119)
Gás propano	Kg CO_2/GJ	63,1	63,1	
Gasóleo	Kg CO_2/GJ	74,1	74,1	
Gasolina	Kg CO_2/GJ	69,3	69,3	
Electricidade – *Market Based*	(Kg CO_2/GJ)	77	74,7	2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade – *Market Based* (Maxmat)	(Kg CO_2/GJ)	103,6	76,9	2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade – *Market Based* (Sonae RP)	(Kg CO_2/GJ)	103,6	76,9	2019 e 2020: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade – *Market Based* (Arenal)	(Kg CO_2/GJ)	109,4	79,1	2019: Mix energia Endesa, Repsol, Iberdrola, Aldro Energía e DLR Emergía Comercializadora. 2020: Acordo de Rotulagem De Eletricidade Relacionada à Energia Produzida No Ano 2019, emitido pelo CMNC.

TIPO DE TRATAMENTO	UNIDADE	FATOR 2019	FATOR 2020	FONTE
Aterro sanitário	t CO_2/t Resíduo	0,0214	0,0213	2019: DEFRA (2019). *Greenhouse gas reporting – Conversion factors 2019* 2020: DEFRA (2020). *Greenhouse gas reporting – Conversion factors 2020*
Valorização energética	t CO_2/t Resíduo	0,0102	0,0102	
Valorização orgânica	t CO_2/t Resíduo	0,5865	0,4374	

Óxidos de azoto (NO_x), óxidos de enxofre (SO_2) e outras emissões significativas (305-7)

Os valores da tabela GRI associados a ao indicador 305-7 foram calculados com os seguintes fatores de emissão:

TIPO DE TRATAMENTO	UNIDADE	NOx	SO_2	FONTE
Diesel	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0,6	0,075	IPCC 2006



CONSOLIDADAS E SEPARADAS

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

94
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A. Demonstrações da posição financeira consolidada condensada a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 94

B. Demonstrações consolidadas dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 96

C. Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 97

D. Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 98

E. Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 100

F. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 101

1. Nota introdutória 101
2. Principais políticas contabilísticas 102
3. Gestão de risco financeiro 118
4. Atividades descontinuadas 122
5. Classes de instrumentos financeiros 123
6. Ativos fixos tangíveis 125
7. Ativos intangíveis 128
8. Ativos sob direito de uso 129
9. *Goodwill* 130
10. Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas 131
11. Ativos financeiros a justo valor através de resultados e outros investimentos 135
12. Outros ativos não correntes 136
13. Inventários 136
14. Clientes 137
15. Outras dívidas de terceiros 138
16. Estado e outros entes públicos 138
17. Imposto sobre o rendimento 139
18. Outros ativos correntes 139
19. Impostos diferidos 140
20. Caixa e equivalentes de caixa 143
21. Capital 143
22. Interesses que não controlam 143
23. Empréstimos 146
24. Instrumentos financeiros derivados 148
25. Outros passivos não correntes 148
26. Responsabilidades por pagamentos baseados em ações 149
27. Fornecedores 150
28. Outras dívidas a terceiros 151
29. Outros passivos correntes 151
30. Provisões e perdas por imparidade acumuladas 152
31. Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento 153
32. Ativos e passivos contingentes 153
33. Locações operacionais - locador 155
34. Vendas e prestações de serviços 155
35. Resultados financeiros 156
36. Outros rendimentos 156
37. Fornecimentos e serviços externos 157
38. Gastos com o pessoal 157
39. Outros gastos 157
40. Impostos sobre o rendimento 158
41. Partes relacionadas 159
42. Resultados por ação 161
43. Recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros 161
44. Aprovação das demonstrações financeiras 161
45. Empresas subsidiárias incluídas na consolidação 162
46. Eventos subsequentes 164

166
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

A. Demonstrações separadas da posição financeira em 31 de dezembro 2020 e 2019 167

B. Demonstrações separadas dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 168

C. Demonstrações separadas das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 169

D. Demonstrações separadas dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 170

1. Nota introdutória 171
2. Principais políticas contabilísticas 172
3. Gestão de risco 178
4. Categorias de ativos e passivos financeiros 180
5. Investimentos 181
6. Outros ativos não correntes 184
7. Outras contas a receber 184
8. Imposto sobre o rendimento 185
9. Outros ativos correntes 186
10. Demonstração dos fluxos de caixa 187
11. Capital próprio 188
12. Empréstimos obrigacionistas e bancários 188
13. Reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento 190
14. Outras contas a pagar 190
15. Outros passivos correntes 190
16. Provisões e perdas por imparidade acumuladas 191
17. Passivos contingentes 192
18. Entidades relacionadas 193
19. Resultados financeiros 195
20. Fornecimentos e serviços externos 196
21. Gastos com o pessoal 196
22. Resultado por ação 196
23. Cumprimento de disposições legais 197
24. Eventos subsequentes 199
25. Aprovação das demonstrações financeiras 199

200
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

208
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
CONDENSADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

				VALORES NÃO AUDITADOS	
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020 PRO-FORMA	31 DEZ 2019 PRO-FORMA
ATIVO					
ATIVO NÃO CORRENTE					
Ativos fixos tangíveis	6	1.376.054.222	1.346.281.271	1.376.054.222	1.346.281.271
Ativos intangíveis	7	257.794.885	261.231.849	257.794.885	261.231.849
Ativos sob direito de uso	8	959.686.479	898.438.645	959.686.479	898.438.645
Goodwill	9	462.335.419	469.424.119	462.335.419	469.424.119
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	10	4.067.808	4.437.916	4.067.808	4.437.916
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	5 e 11	15.583.705	17.247.851	15.583.705	17.247.851
Ativos por impostos diferidos	19	273.911.572	256.228.882	273.911.572	256.228.882
Imposto sobre o rendimento	17	4.489.601	4.489.601	4.489.601	4.489.601
Outros ativos não correntes	5 e 12	9.035.366	10.763.959	9.035.366	10.763.959
Total de ativo não corrente		**3.362.959.057**	**3.268.544.093**	**3.362.959.057**	**3.268.544.093**
ATIVO CORRENTE					
Inventários	13	395.898.596	407.431.039	395.898.596	407.431.039
Clientes	5 e 14	55.372.877	98.402.123	52.693.915	43.058.975
Outras dívidas de terceiros	5 e 15	68.163.751	77.059.454	68.163.751	77.059.454
Imposto sobre o rendimento	17	31.070.269	43.121.953	31.070.269	43.121.953
Estado e outros entes públicos	16	23.363.975	25.346.830	23.363.975	25.346.830
Outros ativos correntes	18	36.584.929	30.704.431	36.584.929	30.704.431
Outros investimentos	5 e 11	2.663.026	394.309	2.561.812	117.866
Caixa e equivalentes de caixa	5 e 20	194.423.583	77.339.624	192.899.749	89.050.845
Total de ativo corrente		**807.541.006**	**759.799.763**	**803.236.996**	**715.891.393**
Ativos não correntes detidos para venda		–	27.500.462	–	27.500.462
TOTAL DO ATIVO		**4.170.500.063**	**4.055.844.318**	**4.166.196.053**	**4.011.935.948**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital social	21	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais		186.480.406	177.949.491	186.480.406	177.949.491
Reservas e resultados transitados		(536.028.499)	(590.179.221)	(536.028.499)	(590.179.221)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		143.349.796	132.300.259	143.349.796	132.300.259
Capital próprio atribuível aos Acionistas da empresa-mãe		**793.801.703**	**720.070.529**	**793.801.703**	**720.070.529**
Interesses que não controlam	22	49.963.472	54.735.349	49.963.472	54.735.349
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**843.765.175**	**774.805.878**	**843.765.175**	**774.805.878**
PASSIVO					
PASSIVO NÃO CORRENTE					
Empréstimos bancários	5 e 23	333.973.644	407.666.667	333.973.644	407.666.667
Empréstimos obrigacionistas	5 e 23	321.021.071	252.163.176	321.021.071	252.163.176
Outros empréstimos	5 e 23	–	956	–	956
Passivo de locação	8	1.012.760.194	930.393.296	1.012.760.194	930.393.296
Outros passivos não correntes	5 e 25	22.671.960	22.719.068	22.671.960	22.719.068
Passivos por impostos diferidos	19	356.491.211	330.530.672	356.491.211	330.482.265
Provisões	30	6.334.819	9.418.605	6.334.819	9.418.605
Total de passivo não corrente		**2.053.252.899**	**1.952.892.440**	**2.053.252.899**	**1.952.844.033**
PASSIVO CORRENTE					
Empréstimos bancários	5 e 23	3.840.276	16.847.781	3.840.276	16.847.781
Empréstimos obrigacionistas	5 e 23	–	2.996.380	–	2.996.380
Outros empréstimos	5, 23 e 24	1.237.721	430.711	533.244	146.386
Passivo de locação	8	80.149.904	75.998.767	80.149.904	75.998.767
Fornecedores	5 e 27	794.952.544	870.957.571	792.337.401	828.570.918
Outras dívidas a terceiros	5 e 28	85.785.832	76.568.322	85.785.832	76.568.322
Imposto sobre o rendimento	17	49.667.807	50.200.397	49.667.807	50.200.397
Estado e outros entes públicos	16	70.551.250	73.346.098	70.545.798	73.340.631
Outros passivos correntes	29	185.935.107	160.238.232	184.956.168	159.054.715
Provisões	30	1.361.548	561.741	1.361.548	561.741
Total de passivo corrente		**1.273.481.989**	**1.328.146.000**	**1.269.177.979**	**1.284.286.038**
TOTAL DO PASSIVO		**3.326.734.888**	**3.281.038.440**	**3.322.430.878**	**3.237.130.070**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**4.170.500.063**	**4.055.844.318**	**4.166.196.053**	**4.011.935.948**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Vendas	34	5.046.752.342	4.573.923.275
Prestações de serviços	34	105.757.415	128.090.850
Ganhos ou perdas relativos a investimentos		(466)	93.503
Outros rendimentos	36	88.103.080	86.472.011
Custo das vendas	13	(3.619.907.407)	(3.288.062.137)
Fornecimentos e serviços externos	37	(442.879.013)	(399.530.587)
Gastos com o pessoal	38	(605.323.125)	(570.821.703)
Outros gastos	39	(51.768.866)	(49.603.888)
Amortizações e depreciações	6, 7 e 8	(253.599.798)	(243.764.969)
Perdas por imparidade	30	(13.387.982)	(3.563.918)
Provisões	30	100.194	17.269
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas		**253.846.374**	**233.249.706**
Dividendos recebidos		100.488	100.450
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	10.3	887.457	502.548
Rendimentos e ganhos financeiros	35	11.551.523	4.798.602
Gastos e perdas financeiras	35	(90.009.245)	(79.089.148)
Resultado líquido consolidado antes de impostos das operações continuadas		**176.376.597**	**159.562.158**
Imposto sobre o rendimento	40	(31.897.980)	(22.174.612)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		**144.478.617**	**137.387.546**
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	4	3.955.455	504.843
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**148.434.072**	**137.892.389**
ATRIBUÍVEL A ACIONISTAS DA EMPRESA–MÃE:			
Operações continuadas		139.394.341	131.795.416
Operações descontinuadas		3.955.455	504.843
		143.349.796	**132.300.259**
ATRIBUÍVEL AOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM:			
Operações continuadas		5.084.276	5.592.130
Operações descontinuadas		–	–
		5.084.276	**5.592.130**
RESULTADOS POR AÇÃO:			
DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Básico	42	0,139394	0,131795
Diluído	42	0,139394	0,131795
DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS			
Básico	42	0,003955	0,000505
Diluído	42	0,003955	0,000505

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Resultado líquido consolidado do exercício		148.434.072	137.892.389
ITEMS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL QUE PODERÃO SER SUBSEQUENTEMENTE RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:			
Variação nas reservas de conversão cambial		6.205.496	776.207
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	10.3	–	4.730
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		2.951.726	(575.833)
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		118.855	80.199
Outros		(40.386)	71.895
Outro rendimento integral do exercício		**9.235.691**	**357.198**
ITEMS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL QUE FORAM RECLASSIFICADOS PARA A DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS:			
Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas	4	(5.470.151)	–
		(5.470.151)	**–**
TOTAL DE OUTROS RENDIMENTOS INTEGRAIS CONSOLIDADOS DO EXERCÍCIO		**3.765.540**	**357.198**
TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**152.199.612**	**138.249.587**
ATRIBUÍVEL A:			
Acionistas da empresa–mãe		146.322.794	132.747.518
Interesses que não controlam		5.876.818	5.502.069

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS				RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM (NOTA 22)	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
			RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE COBERTURA	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAL DE RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS				
	ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA EMPRESA–MÃE									
Saldo em 1 de janeiro de 2019 Publicado	1.000.000.000	174.887.958	6.494.942	110.162	(1.100.598.341)	(1.093.993.237)	648.954.594	729.849.315	31.145.956	760.995.271
Impacto da aplicação da IFRS16	–	–	–	–	(58.940.863)	(58.940.863)	(6.955.069)	(65.895.932)	(2.137.597)	(68.033.529)
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2019 REEXPRESSO	**1.000.000.000**	**174.887.958**	**6.494.942**	**110.162**	**(1.159.539.204)**	**(1.152.934.100)**	**641.999.525**	**663.953.383**	**29.008.359**	**692.961.742**
Total do rendimento integral consolidado do exercício	–	–	776.207	(425.789)	96.841	447.259	132.300.259	132.747.518	5.502.069	138.249.587
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2018										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	–	3.061.533	–	–	638.937.992	638.937.992	(641.999.525)	–	–	–
Dividendos distribuídos (Nota 22)	–	–	–	–	(75.000.000)	(75.000.000)	–	(75.000.000)	(2.027.573)	(77.027.573)
Distribuição de rendimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(236.205)	(236.205)
Aquisição de subsidiárias	–	–	–	–	–	–	–	–	20.442.727	20.442.727
Entradas de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	127.506	127.506
Outros	–	–	–	–	(1.630.372)	(1.630.372)	–	(1.630.372)	1.918.466	288.094
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**1.000.000.000**	**177.949.491**	**7.271.149**	**(315.627)**	**(597.134.743)**	**(590.179.221)**	**132.300.259**	**720.070.529**	**54.735.349**	**774.805.878**
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1.000.000.000	177.949.491	7.271.149	(315.627)	(597.134.743)	(590.179.221)	132.300.259	720.070.529	54.735.349	774.805.878
Total do rendimento integral consolidado do exercício	–	–	735.327	2.275.504	(37.833)	2.972.998	143.349.796	146.322.794	5.876.818	152.199.612
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2019										
Transferência para reserva legal e resultados transitados	–	8.530.915	–	–	123.769.344	123.769.344	(132.300.259)	–	–	–
Dividendos distribuídos (Nota 22)	–	–	–	–	(75.000.000)	(75.000.000)	–	(75.000.000)	(5.224.091)	(80.224.091)
Distribuição de rendimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(424.368)	(424.368)
Aquisição de subsidiárias	–	–	–	–	2.500.821	2.500.821	–	2.500.821	(2.900.821)	(400.000)
Devolução de prestações acessórias	–	–	–		–	–	–	–	(2.000.000)	(2.000.000)
Outros	–	–	–	–	(92.441)	(92.441)	–	(92.441)	(99.415)	(191.856)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**1.000.000.000**	**186.480.406**	**8.006.476**	**1.959.877**	**(545.994.852)**	**(536.028.499)**	**143.349.796**	**793.801.703**	**49.963.472**	**843.765.175**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		5.251.024.294	4.725.804.273
Pagamentos a fornecedores		(4.124.404.719)	(3.629.311.728)
Pagamentos ao pessoal		(597.495.389)	(560.885.046)
Fluxos gerados pelas operações		**529.124.186**	**535.607.499**
Recebimento/(pagamento) de imposto sobre o rendimento		(11.679.740)	2.492.870
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(12.212.340)	(18.410.075)
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**505.232.107**	**519.690.295**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos financeiros		518.314	819.547
Ativos fixos tangíveis		54.573.715	29.368.863
Ativos intangíveis		7.311.560	4.211.695
Juros e rendimentos similares		1.446.484	1.638.422
Dividendos		1.358.052	1.204.625
		65.208.125	**37.243.152**
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos financeiros	43	(1.924.290)	(59.851.932)
Ativos fixos tangíveis		(175.054.525)	(212.752.665)
Ativos intangíveis		(23.309.999)	(24.049.166)
		(200.288.814)	(296.653.763)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**(135.080.689)**	**(259.410.611)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos obtidos	31	3.863.282.112	5.168.237.000
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		–	3.956.767
		3.863.282.112	**5.172.193.767**
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Passivos de locação		(138.912.784)	(128.094.863)
Empréstimos obtidos	31	(3.883.097.333)	(5.214.529.877)
Juros e gastos similares		(11.766.901)	(13.471.965)
Reduções de capital e prestações suplementares		(2.000.000)	–
Dividendos		(80.648.460)	(77.263.778)
		(4.116.425.478)	**(5.433.360.483)**
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**(253.143.366)**	**(261.166.716)**
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3)+ (4)		**117.008.052**	**(887.032)**
Efeito das diferenças de câmbio		**52.902**	**(343)**
Efeito das atividades descontinuadas		**24.695**	**–**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	**20**	**77.325.668**	**78.212.357**
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**20**	**194.280.818**	**77.325.668**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE MC, SGPS, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1.
NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae MC, SGPS, S.A., anteriormente designada por Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça n.º 529, 4464–501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa–mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 10, 11 e 45 como Grupo Sonae MC («Sonae MC»).

COVID–19

2020 foi um ano marcado pela pandemia do COVID–19 e consequentes medidas restritivas à circulação de pessoas impostas por diversos Governos em todo o mundo, que abrangeram medidas de confinamento, restrições horárias e/ou encerramento de espaços comerciais.

Este contexto teve diferentes impactos na atividade de cada negócio do grupo, com níveis de intensidade distintos consoante o setor em que operam, e que naturalmente exigiram uma adaptação das respetivas operações.

Na Sonae, desde o início, foi implementado um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva Sonae SGPS em alinhamento com os CEO´s dos vários negócios. Foram monitorizados de forma regular os impactos em cada negócio e foram executados planos de contingência que abrangeram toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

Desde meados de março de 2020, foram definidas e comunicadas a todos os colaboradores ações obrigatórias relativamente a: viagens de trabalho; participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; entre muitas outras. No que respeita as operações, e no sentido de garantir a saúde de colaboradores, parceiros e clientes, foram implementadas medidas essenciais como a higienização dos espaços, a utilização de equipamentos de proteção individual, ou limitação do número de pessoas por m2. Em todas as funções em que tal é possível, foi implementado o trabalho remoto, que impactou mais de 6.000 colaboradores. Além disso, em todas as empresas do grupo totalmente controladas pela Sonae em Portugal, optou–se por não recorrer ao mecanismo de lay–off simplificado como forma de assegurar o rendimento integral dos colaboradores neste difícil contexto e de cumprir com a missão social da Empresa. No caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um prémio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial às famílias portuguesas (Notas 37 e 38).

Ao longo do ano, foram levadas a cabo diversas iniciativas de apoio generalizado às instituições (hospitais, autarquias, centros de apoio) através da doação de bens alimentares.

Apresentamos de seguida um resumo dos principais impactos e iniciativas.

O retalho alimentar registou um fluxo crescente de procura impulsionado por um aumento do consumo dentro de casa (em detrimento de visitas a restaurantes).

› A Sonae MC manteve um diálogo estreito com todos os *stakeholders* da cadeia de abastecimento com o intuito de reforçar a sua capacidade de resposta durante a crise, incluindo a ativação de fornecedores alternativos, nomeadamente em território nacional, promovendo a liquidez do mercado especialmente para pequenos produtores. Para estes pequenos produtores nacionais foi ainda estabelecido um programa de pagamento antecipado, com o objetivo de melhorar as suas condições de tesouraria.

› Desde o início da crise a procura pelo canal online foi muito alta, originando uma pressão sem precedentes na operação. Neste contexto, a Sonae MC ampliou a sua capacidade de resposta de encomendas diárias e estabeleceu novas parcerias, que permitiram oferecer soluções de conveniência aos seus clientes.

› Durante parte do ano, a Sonae MC viu–se obrigada a encerrar temporariamente toda a operação da Arenal em Espanha, bem como os restaurantes Go Natural, as lojas Bagga e a maioria das clínicas Dr. Wells em Portugal. Neste contexto, a Sonae MC implementou diversas medidas de melhoria de eficiência, e reviu o seu plano de investimentos de forma bastante cuidadosa.

Quanto ao financiamento, no cumprimento das políticas internas e dado o contexto de enorme incerteza, a Sonae MC passou a priorizar o aumento da liquidez do Grupo, a redução das amortizações previstas para os próximos anos e o aumento da maturidade média da dívida. Neste sentido, em 2020, foram formalizados mais de 330 milhões de euros em financiamentos. A Sonae MC detém atualmente uma forte posição de liquidez e não prevemos necessidades de financiamento adicionais para os próximos 18 meses, nem esperamos no curto prazo qualquer situação de incumprimento dos atuais *covenants* financeiros existentes em qualquer empresa do portfólio.

› A aprovação das primeiras vacinas para a COVID-19 no final de 2020 renovou o otimismo sobre o fim da presente crise sanitária, o que poderia ser sinal de uma recuperação económica mais acelerada. Contudo, o surgimento de novas vagas de infeção em diversas geografias desde o final do ano transato, associado à descoberta de novas estirpes do vírus com maior índice de transmissibilidade e mais agressivas, colocaram novamente sob pressão os sistemas de saúde, e em particular as Unidades de Cuidados Intensivos, conduzindo à reintrodução de restrições e a novos períodos de confinamento generalizado da população, em vários pontos do globo.

› Em termos de projeção de impactos futuros, em geral, o contexto macroeconómico permanece incerto e intrinsecamente dependente do controlo da situação epidemiológica e da intervenção dos Governos, quer no que concerne ao cumprimento dos planos de vacinação, quer no que diz respeito aos apoios disponibilizados para os agentes económicos. A Sonae MC continuará a implementar todas as medidas que se considere adequadas para minimizar os seus impactos, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os nossos *stakeholders*.

2.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2020. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRS – IC") ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de I) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, II) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e III) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na nota 2.21.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ANEXAS:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas («*endorsed*») pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2020:

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES ÀS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2020	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	01-Jan-20
IFRS 9, **IAS 39** e **IFRS 7** Reforma das taxas de juro de referência – fase 1	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura	01-Jan-20
IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras; e **IAS 8** Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de «material», na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	01-Jan-20
Estrutura concetual Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos/passivos e gastos/rendimentos	01-Jan-20
IFRS 16 Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	01-Jun-20

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2020. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Quanto à adenda da IFRS 16, o Grupo adotou antecipadamente o expediente prático previsto na norma pelo que as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19 não modificaram as locações contabilizadas.

› As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas («*endorsed*») pela União Europeia, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

ALTERAÇÕES ÀS NORMAS QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2021, JÁ ENDOSSADAS PELA UE	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IFRS 4 Diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	01-Jan-21
IFRS 9, **IAS 39**, **IFRS 7**, **IFRS 4** e **IFRS 16** Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência («IBOR»), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	01-Jan-21

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas («*endorsed*») pela União Europeia:

NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS,EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2021, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IFRS 16 Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Proposta de extenção da aplicação do expediente prático sobre as rendas de locação que afectem os pagamentos originalmente devidos em ou antes junho de 2022	1-Abr-21
IAS 16 Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	01-Jan-22
IAS 37 Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	01-Jan-22
Ciclo de melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	01-Jan-22
IFRS 3 Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	01-Jan-22
IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	01-Jan-23
IAS 1 Divulgação das Políticas Contabilisticas; **IAS 8** Definição de estimativa contabilistica	Introdução de definição de "estimativa contabilística" e outras atualizações para distinguir alterações às políticas contabilísticas das alterações nas estimativas contabilísticas	01-Jan-23
IFRS 17 Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	01-Jan-23
IFRS 17 Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	01-Jan-23

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae MC:

A) INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae MC detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae MC detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições: i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae MC sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 45.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada subsidiária são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica «Outros rendimentos» após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae MC optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae MC. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae MC são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

B) INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto, mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae MC exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

A existência de influência significativa é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no órgão de direção ou órgão de gestão equivalente da investida;
- participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- transações materiais entre o investidor e a investida;
- intercambio de pessoal de gestão; ou
- fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto nos casos em que os investimentos são detidos por detidos por uma organização de capital de risco ou equivalente, em que o Grupo tenha optado, no reconhecimento inicial, por mensurar pelo justo valor através de resultados de acordo com a IFRS 9 (1g iii)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae MC no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como *goodwill* e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica «Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas», após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae MC nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae MC tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae MC nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae MC, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 10.

C) GOODWILL

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae MC, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica «*goodwill*» caso se relacionem com aquisições de negócios de subsidiárias (Nota 9) ou mantidas na rubrica «Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas» (Nota 10). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em subsidiárias sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de subsidiárias) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas subsidiárias à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas subsidiárias, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae MC (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica «Reservas de conversão».

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de *goodwill*, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em *goodwill* ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa («UGC») à qual o *goodwill* foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae MC ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica «Provisões e perdas por imparidade».

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o *goodwill*, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do *goodwill* às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do *goodwill* reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O *goodwill*, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

D) CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de «Reserva de Conversão» incluída na rubrica «Outras Reservas e Resultados Transitados». As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de «Resultados Transitados».

O *goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	FINAL DO EXERCÍCIO	MÉDIA DO EXERCÍCIO	FINAL DO EXERCÍCIO	MÉDIA DO EXERCÍCIO
Dólar Americano	0,81493	0,87704	0,89015	0,89342
Libra Inglesa	1,11231	1,12496	1,17536	1,14051
Lira Turca	0,10973	0,12624	0,14960	0,15734
Metical Moçambicano	0,01092	0,01268	0,01445	0,01430
Real Brasileiro	0,15690	0,17198	0,22145	0,22676
Peso Mexicano	0,04096	0,04103	0,04712	0,04642
Zloty Polaco	0,21931	0,22511	0,23492	0,23275

2.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica«Amortizações e depreciações» da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica «Provisões e perdas de imparidade» da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae MC, sejam controláveis pela Sonae MC e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do *goodwill*, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae MC demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae MC. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de «Trabalhos para a Própria Entidade» (Nota 36).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica «Amortizações e depreciações» da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5 ATIVOS SOB DIREITO DE USO E PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – «right-of-use» ou «RoU»). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

A) ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O Grupo reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os ativos sob direito de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos ativos sob direito de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo não reconhece os ativos sob direito de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

B) PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pela Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

C) EXPEDIENTE PRÁTICO

A alteração à IFRS 16 no âmbito da COVID-19, veio permitir a utilização de um expediente prático para os locatários, que isenta da avaliação das bonificações atribuídas pelos locadores se qualificam modificações às locações.

O Grupo optou pela aplicação desta isenção, contabilizando a alteração dos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação nos períodos nos quais o evento ou condição que levou à redução de pagamento ocorre.

O expediente prático apenas é aplicável quando se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração;
- qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos a, ou antes de 30 de junho de 2021; e
- não existem alterações substantivas a outros termos e condições da locação.

D) TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DE OPERAÇÕES DE «SALE AND LEASEBACK»

O tratamento contabilístico das Operações de «Sale and Leaseback» depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.16). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.6 LOCAÇÕES NA OTICA DO LOCADOR

Os contratos de locação são classificados como i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações em que a Sonae MC age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.7 ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações;

- no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No caso das participações financeiras em empreendimentos conjuntos e associadas mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detida para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial retrospetivamente.

2.8 SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae MC irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica «Outros passivos não correntes» e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO *GOODWILL*

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espectavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como «Outros rendimentos». Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.11 INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor das receitas comerciais e dos descontos de quantidade concedidos por fornecedores, ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em «Custo das vendas», bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de «Outros gastos».

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae MC tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae MC sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sonae MC classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 5.

A) ATIVOS FINANCEIROS

Reconhecimento
As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

I) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

II) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração
O grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em «Juros obtidos», nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade
A Sonae MC avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas «Clientes» e «Outras dívidas de terceiros» e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível («on demand»); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae MC aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros
A Sonae MC desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

B) EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae MC fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 5.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a). Até 31 de dezembro de 2020, quando existisse evidência de que as mesmas se encontravam em imparidade, procedeu-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados.

C) CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de «Clientes» e «Outras dividas de terceiros» são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a).

D) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de «Caixa e equivalentes de caixa» correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de «Outros empréstimos», na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

E) CLASSIFICAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO OU PASSIVO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae MC após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

F) PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria «Passivos financeiros ao custo amortizado» inclui os passivos apresentados nas rubricas «Empréstimos bancários», «Empréstimos obrigacionistas», «Outros empréstimos», «Outros passivos não correntes», «Fornecedores», «Outros passivos correntes» e «Outras dividas a terceiros». Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2020, a Sonae MC apenas tem reconhecidos passivos classificados como «Passivos financeiros ao custo amortizado».

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

G) EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica «Gastos e perdas financeiros» da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.17. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

H) FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de «Fornecedores» serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica «Fornecedores» são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

I) CONFIRMING

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de «Fornecedores» até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

J) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

A Sonae MC utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de «funding», não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:
i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;
ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae MC, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae MC definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas

para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de «Rendimentos e ganhos financeiros» e «Gastos e perdas financeiros» da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae MC utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio («forwards») de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de «hedge accounting». Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de «hedge accounting», mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae MC pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados na rúbrica «Rendimentos e ganhos financeiros» ou «Gastos e perdas financeiras».

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente «forwards» cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou «hedge accounting», são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de «Rendimentos e ganhos financeiros» e «Gastos e perdas financeiros» da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae MC pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

K) AÇÕES PRÓPRIAS

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em «Outras reservas», incluída em «Outras reservas e resultados transitados».

2.14 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

A Sonae MC encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira «Imposto sobre o rendimento».

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae MC.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Considerando os impactos contabilísticos que resultam da aplicação da IFRS 16 – Locações, para um locatário, com o reconhecimento de um ativo sob direito de uso não tipificado na lei fiscal e o registo de um passivo de locação que apenas tem aceitação fiscal pelo pagamento das rendas, a gestão procedeu ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo (sobre o passivo da locação) e o imposto diferido passivo (sobre o ativo sob direto de uso), na data de reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Caso a Administração Fiscal venha a proceder à alteração à lei fiscal, os impostos diferidos reconhecidos poderão ter de ser revistos / alterados.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae MC sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae MC, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae MC trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.16 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae MC avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma continua ao longo do período contratual definido.

As prestações de serviços incluem os rendimentos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, que são reconhecidos, em cada exercício, de acordo com a obrigação de desempenho a que respeitam, em função da percentagem de desempenho dos mesmos. Ou seja, no que respeita a cada obrigação de desempenho o grupo reconhece o rédito ao longo do tempo através da mensuração do progresso no sentido do cumprimento total de tal obrigação de desempenho.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica «Outras dívidas a terceiros».

2.17 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de «Outros ativos correntes» e «Outros passivos correntes», são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a período futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 RECEITAS COMERCIAIS

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores, tem como base a prestação de serviços em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topos, publicidade, etc...) ou a comparticipação de

campanhas promocionais de produtos de fornecedores. Estes montantes afetam o valor dos inventários de mercadorias e são deduzidos a rubrica de «Custo vendas», na medida em que as respetivas mercadorias são vendidas. As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado, estando o seu reconhecimento dependente do cumprimento de obrigações de desempenho. Os contratos de receitas comerciais dão origem a emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em pagamentos futuros de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de debito, atentos as condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em «Outros ativos correntes».

2.19 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da subsidiária, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae MC contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.j)).

2.20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e ativos sob direito de uso (Notas 2.3, 2.4 e 2.5);
b) Prazos de locação dos ativos sob direito de uso (Nota 2.5)
c) Análises de imparidade do *goodwill*, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 9);
d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes (Notas 30 e 32);
e) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados (Notas 2.13 j) e 24);
f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos (Nota 19);
g) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
h) Imparidade de ativos financeiros (Nota 30);
i) Reconhecimento do rédito de contratos;
j) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados (Notas 2.13 a) e 10);
k) Entidades incluídas no perímetro de consolidação;
l) Taxa de juro incremental nos contratos de locação (Notas 2.5 e 8);
m) Imposto sobre os lucros das várias geografias do Grupo (Notas 2.15, 19 e 40).

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 – «Politicas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros».

Prazos de locação dos ativos sob direito de uso
O Grupo determina o fim da locação como a parte não cancelável do prazo do contrato, juntamente com quaisquer períodos abrangidos por uma opção de extensão do contrato de locação se for razoavelmente certo que esta será exercida, ou quaisquer períodos abrangidos por uma opção para rescindir o contrato de locação, se for razoavelmente certo que esta não será exercida.

O Grupo tem a opção, sob alguns dos seus contratos de locação, de alugar ou arrendar os seus ativos para períodos adicionais. No início da locação a Sonae MC avalia a razoabilidade do exercício da opção de renovar o contrato após o período inicial. Isto é, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação. Após a data de início, o Grupo reavalia o fim do contrato se existir um evento significativo ou alterações nas circunstâncias que estejam sob controlo e afetem a sua capacidade de exercer (ou não exercer) a opção de renovação (por exemplo, uma mudança na estratégia do negócio).

Pelas características dos contratos de locação negociados, a gestão avalia na data da negociação do contrato se este qualifica como um contrato de locação ou um contrato de serviços.

Imparidade de *goodwill*, de investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis
A avaliação da imparidade do *goodwill*, investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas e de outros ativos tangíveis e intangíveis envolve julgamentos e estimativas significativas por parte da Administração, nomeadamente na projeção dos fluxos de caixa dos ativos incluídos nos planos de negócios, taxa de crescimento na perpetuidade e taxa de desconto dos referidos fluxos de caixa. A análise de sensibilidade à variação dos pressupostos do cálculo de imparidade encontra-se refletida na Nota 9.

Imparidade de ativos financeiros
A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de, «Clientes», «Outras Dívidas de Terceiros» e Outros Ativos Correntes» são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Reconhecimento de provisões e análise de passivos contingentes
As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As responsabilidades contingentes estimadas em cada período de relato são divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos
Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expetativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

Impactos fiscais da aplicação da IFRS 16
Considerando os impactos contabilísticos que resultam da aplicação da IFRS 16 – Locações, para um locatário, com o reconhecimento de um ativo sob direito de uso não tipificado na lei fiscal e o registo de um passivo de locação que apenas tem aceitação fiscal pelo pagamento das rendas, a gestão procedeu ao reconhecimento do respetivo imposto diferido ativo (sobre o passivo da locação) e o imposto diferido passivo (sobre o ativo sob direto de uso), na data de reconhecimento inicial e subsequente dos contratos de locação. Caso a Administração Fiscal venha a proceder à alteração à lei fiscal, os impostos diferidos reconhecidos poderão ter de ser revistos / alterados.

Reconhecimento do rédito de contratos
No reconhecimento do rédito com base na percentagem de acabamento a gestão procede à revisão, a cada data de relato, dos custos totais estimados, que correspondem à melhor estimativa dos custos associados à prestação do serviço de construção e/ou até à sua conclusão. Quando existem desvios significativos na execução do contrato que não estejam associados a alterações que resultem no direito a um rédito adicional conforme acordado com o cliente, a gestão procede à revisão da percentagem de acabamento e da margem associada ao contrato, de acordo com a sua melhor estimativa quanto à conclusão do mesmo, podendo dar origem ao registo de uma provisão (contrato oneroso) (Nota 2.16).

Entidades incluídas no perímetro de consolidação
Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem de ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os restantes julgamentos e estimativas são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

2.22 RESERVAS LEGAIS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal:
A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:
As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de «*cash flow*» que se consideram eficazes (Nota 2.13.j), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambial:
A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

3.
GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae MC, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae MC decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae MC em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae MC, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

3.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1 RISCO DE CRÉDITO ASSOCIADO A INSTRUMENTOS FINANCEIROS, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, DERIVADOS E EMPRÉSTIMOS A ENTIDADES RELACIONADAS

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae MC:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae MC só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;

- Adicionalmente, no que toca aos montantes considerados na Nota 20, caixa e equivalentes de caixa, reforçar que as aplicações efetuadas são sempre por prazos curtos, coincidindo sempre que possível com pagamentos previstos e são definidos limites de exposição máximos a cada uma das contrapartes a fim de evitar concentração significativa de risco de contraparte;

- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);

- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;

- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae MC não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas e os desvios reportados ao Conselho de Administração.

3.2.2 RISCO DE CRÉDITO NAS ATIVIDADES COMERCIAL E OPERACIONAL

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de «Clientes» e «Outras dividas de terceiros». De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de «Clientes» e «Outras dividas de terceiros» foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. O montante relativo a clientes e outras dividas de terceiros, representam a máxima exposição da Sonae MC ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae MC tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2020, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos e passivos de locação) é de 660,1 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 era de 680,1 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae MC têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae MC necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);

- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;

- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;

- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;

- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2020 a maturidade média da dívida da Sonae MC, é de aproximadamente 4,4 anos (2019: 4,3 anos);

- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;

- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 23, 27 e 28, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae MC uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinanciar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na Nota 23, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2021 é de 3,9 milhões de euros (19,9 milhões de euros com vencimento para 2020) e em 31 de dezembro de 2020 a Sonae MC tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 94 milhões de euros (124 milhões de euros em 2019) com compromisso inferior ou igual a um ano e 265 milhões de euros (284 milhões de euros em 2019) com compromisso superior a um ano (Nota 23).

Adicionalmente, a Sonae MC possuía em 31 de dezembro de 2020 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 194,4 milhões de euros (77,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 20).

Face ao anteriormente exposto, apesar do passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto do negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a Sonae MC espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 RISCO DE TAXA DE JURO

A exposição da Sonae MC à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae MC não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;

- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;

- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;

- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae MC privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae MC, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae MC utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalecentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA – *International Swaps and Derivatives Association*;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo da Sonae MC é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae MC permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

3.4.1 ANÁLISES DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;

- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;

- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IFRS 9 afetam os resultados da Empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae MC em 31 de dezembro de 2020 seria inferior em cerca de 4,4 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2019 seria inferior em cerca de 5,4 milhões euros).

3.5 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

3.5.1 POLÍTICAS

A exposição da Sonae MC ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio).

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae MC está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A Sonae MC pretende limitar o risco de exposição a moedas estrangeiras associada a transações operacionais. A diminuição do risco da exposição cambial pode ser obtida, entre outras formas, através da contratação de derivados financeiros que permitem replicar a cobertura natural através de movimentos financeiros, sempre em linha com a política de risco taxa de câmbio existente.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

3.5.2 EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae MC registados em moeda diferente da moeda funcional da Empresa eram os seguintes:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Libra Inglesa	3.411	18.655	30.797	162.607
Dólar Americano	5.825.898	4.055.543	30.797	19.293.058
Outras moedas	3.451	6.271	25	–

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das subsidiárias ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 RISCO DE CAPITAL

A estrutura de capital da Sonae MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4.
ATIVIDADES DESCONTINUADAS

As atividades descontinuadas em 31 de dezembro de 2020 incluem:

› A Modelo Continente International Trade, SA têm atividades económicas relacionadas com negócios não afetos ao retalho alimentar, pelo que estas atividades foram consideradas como descontinuadas na demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020; e

› Algumas operações em fase final do processo de liquidação, que estão a ser consideradas operações descontinuadas, desde 2018.

As atividades descontinuadas podem ser analisadas como segue:

	31 DEZ 2020		
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	TURQUIA	MODELO CONTINENTE INTERNACIONAL TRADE	TOTAL DE DESCONTINUADAS
Estado e outros entes públicos	188.412	–	188.412
Caixa e equivalentes de caixa	24.696	–	24.696
Fornecedores e outros passivos	(487.918)	–	(487.918)
TOTAL ATIVOS LÍQUIDOS	**(274.810)**	**–**	**(274.810)**
Resultado líquido	(1.821.629)	32.123	(1.789.506)
Reservas de conversão	5.470.151	–	5.470.151
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**3.923.332**	**32.123**	**3.955.455**

	31 DEZ 2020		
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	TURQUIA	MODELO CONTINENTE INTERNACIONAL TRADE	TOTAL DE DESCONTINUADAS
Volume de negócios	–	47.601.244	47.601.244
Outros rendimentos	33	5.994.435	5.994.468
Custo das Vendas	–	(47.425.280)	(47.425.280)
Fornecimentos e serviços externos	(9.165)	(3.888)	(13.053)
Outros gastos	(21.185)	(6.122.938)	(6.144.123)
Resultados financeiros	(1.791.312)	(741)	(1.792.053)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	**(1.821.629)**	**42.832**	**(1.778.797)**
Imposto sobre o rendimento	–	(10.709)	(10.709)
RESULTADOS DEPOIS DE IMPOSTOS	**(1.821.629)**	**32.123**	**(1.789.506)**
Rendimentos ou perdas relativos à liquidação da sociedade	5.744.961	–	5.744.961
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**3.923.332**	**32.123**	**3.955.455**

5.
CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

ATIVOS FINANCEIROS	NOTAS	ATIVOS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	ATIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
ATIVOS NÃO CORRENTES						
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	11	–	–	15.583.705	–	15.583.705
Outros ativos não correntes	12	9.035.366	–	–	–	9.035.366
		9.035.366	**–**	**15.583.705**	**–**	**24.619.071**
ATIVOS CORRENTES						
Clientes	14	55.372.877	–	–	–	55.372.877
Outras dívidas de terceiros	15	64.726.308	–	–	3.437.443	68.163.751
Outros investimentos	11	–	2.663.026	–	–	2.663.026
Caixa e equivalentes de caixa	20	194.423.583	–	–	–	194.423.583
		314.522.768	**2.663.026**	**–**	**3.437.443**	**320.623.237**
		323.558.134	**2.663.026**	**15.583.705**	**3.437.443**	**345.242.308**

ATIVOS FINANCEIROS	NOTAS	ATIVOS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	ATIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
ATIVOS NÃO CORRENTES						
Ativos financeiros a justo valor através de resultados	11	–	–	17.247.851	–	17.247.851
Outros ativos não correntes	12	10.763.959	–	–	–	10.763.959
		10.763.959	**–**	**17.247.851**	**–**	**28.011.810**
ATIVOS CORRENTES						
Clientes	14	98.402.123	–	–	–	98.402.123
Outras dívidas de terceiros	15	67.054.121	–	–	10.005.333	77.059.454
Outros investimentos	11	–	394.309	–	–	394.309
Caixa e equivalentes de caixa	20	77.339.624	–	–	–	77.339.624
		242.795.868	**394.309**	**–**	**10.005.333**	**253.195.510**
		253.559.827	**394.309**	**17.247.851**	**10.005.333**	**281.207.329**

PASSIVOS FINANCEIROS	NOTAS	PASSIVOS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	OUTROS PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Empréstimos bancários	23	333.973.644	–	–	–	333.973.644
Empréstimos obrigacionistas	23	321.021.071	–	–	–	321.021.071
Outros ativos não correntes	25	1.435.875	–	–	21.236.085	22.671.960
		656.430.590	**–**	**–**	**21.236.085**	**677.666.675**
PASSIVOS CORRENTES						
Empréstimos bancários	23	3.840.276	–	–	–	3.840.276
Outros empréstimos	23 e 24	66.927	1.170.794	–	–	1.237.721
Fornecedores	27	794.952.544	–	–	–	794.952.544
Outras dívidas a terceiros	28	85.785.832	–	–	–	85.785.832
		884.645.579	**1.170.794**	**–**	**–**	**885.816.373**
		1.541.076.169	**1.170.794**	**–**	**21.236.085**	**1.563.483.048**

PASSIVOS FINANCEIROS	NOTAS	PASSIVOS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	PASSIVOS REGISTADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	OUTROS PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019						
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Empréstimos bancários	23	407.666.667	–	–	–	407.666.667
Empréstimos obrigacionistas	23	252.163.176	–	–	–	252.163.176
Outros ativos não correntes	25	1.823.388	–	–	20.895.680	22.719.068
		661.653.231	**–**	**–**	**20.895.680**	**682.548.911**
PASSIVOS CORRENTES						
Empréstimos bancários	23	16.847.781	–	–	–	16.847.781
Empréstimos obrigacionistas	23	2.996.380	–	–	–	2.996.380
Outros empréstimos	23 e 24	10.613	420.098	–	–	430.711
Fornecedores	27	870.957.571	–	–	–	870.957.571
Outras dívidas a terceiros	28	76.568.322	–	–	–	76.568.322
		967.380.667	**420.098**	**–**	**–**	**967.800.765**
		1.629.033.898	**420.098**	**–**	**20.895.680**	**1.650.349.676**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS RECONHECIDOS A JUSTO VALOR

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 2.1):

	31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A JUSTO VALOR						
Ativos financeiros a justo valor através de resultados (Nota 11)	–	–	15.583.705	–	–	17.247.851
Derivados (Nota 11 e 24)	–	2.663.026	–	–	394.309	–
	–	**2.663.026**	**15.583.705**	**–**	**394.309**	**17.247.851**
PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A JUSTO VALOR						
Derivados (Nota 24)	–	1.170.794	–	–	420.098	–
	–	**1.170.794**	**–**	**–**	**420.098**	**–**

6.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
ATIVO BRUTO							
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	1.087.557.293	1.202.871.926	22.794.601	110.268.308	38.707.301	28.629.315	2.490.828.744
Investimento	10.377.739	8.288.321	90.036	4.300.907	801.034	182.927.738	206.785.775
Aquisições de filiais	5.740.925	20.906.921	568.225	15.839.145	4.032.337	1.868.398	48.955.951
Desinvestimento	(22.131.483)	(51.518.401)	(909.679)	(11.068.401)	(2.389.444)	(2.798.229)	(90.815.637)
Variações cambiais	–	–	–	(10.878)	–	–	(10.878)
Ativos detidos para venda	(6.648.041)	(27.413.094)	(961.788)	–	–	–	(35.022.923)
Transferências	(248.390)	163.562.157	3.177.141	11.539.175	3.241.852	(185.324.860)	(4.052.925)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**1.074.648.043**	**1.316.697.830**	**24.758.536**	**130.868.256**	**44.393.080**	**25.302.362**	**2.616.668.107**
Investimento	12.183.546	7.199.372	154.448	3.000.046	535.915	159.057.778	182.131.105
Desinvestimento	(10.556.011)	(31.970.366)	(478.493)	(11.534.071)	(916.688)	(3.017.111)	(58.472.740)
Variações cambiais	–	–	–	(1.251)	–	–	(1.251)
Transferências	16.768.523	116.389.833	1.882.858	9.728.888	2.649.744	(148.996.074)	(1.576.228)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**1.093.044.101**	**1.408.316.669**	**26.317.349**	**132.061.868**	**46.662.051**	**32.346.955**	**2.738.748.993**
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
SALDO INICIALA 1 JAN 2019	350.421.802	716.837.775	16.437.733	82.310.659	31.680.757	–	1.197.688.726
Depreciações do exercício	16.697.958	91.665.615	1.528.501	11.449.637	3.318.514	–	124.660.225
Perdas por Imparidade do exercício (Nota: 30)	2.283.025	967.954	6.052	4.115	4.648	–	3.265.794
Aquisições de filiais	–	8.327.153	396.916	9.288.901	2.025.410	–	20.038.380
Desinvestimento	(8.168.330)	(44.422.314)	(869.658)	(10.725.849)	(2.363.434)	–	(66.549.585)
Variações cambiais	–	–	–	(8.943)	–	–	(8.943)
Depreciações de Ativos detidos para venda	(6.875.669)	(646.792)	–	–	–	–	(7.522.461)
Transferências	–	(826.729)	(12.148)	(319.484)	(26.939)	–	(1.185.300)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**354.358.786**	**771.902.662**	**17.487.396**	**91.999.036**	**34.638.956**	**–**	**1.270.386.836**
Depreciações do exercício	16.201.025	95.325.493	1.672.006	12.071.527	3.469.910	–	128.739.961
Perdas por Imparidade do exercício (Nota: 30)	1.859.002	2.478.424	6.456	46.892	13.787	–	4.404.561
Desinvestimento	(729.861)	(27.502.438)	(446.991)	(11.193.343)	(886.387)	–	(40.759.020)
Variações cambiais	–	–	–	(459)	–	–	(459)
Transferências	52.761	(66.203)	(148)	(63.164)	(354)	–	(77.108)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2019	**371.741.713**	**842.137.938**	**18.718.719**	**92.860.489**	**37.235.912**	**–**	**1.362.694.771**
VALOR LÍQUIDO							
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**720.289.257**	**544.795.168**	**7.271.140**	**38.869.220**	**9.754.124**	**25.302.362**	**1.346.281.271**
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**721.302.388**	**566.178.731**	**7.598.630**	**39.201.379**	**9.426.139**	**32.346.955**	**1.376.054.222**

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 159 milhões de euros (183 milhões de euros em 2019), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

O desinvestimento nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser analisado como segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
ATIVO BRUTO							
Desinvestimento	(1.329.218)	(30.328.872)	(478.493)	(11.534.071)	(879.916)	(3.017.111)	(47.567.681)
Sale and Leaseback	(9.226.793)	(1.641.494)	–	–	(36.772)	–	(10.905.059)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**(10.556.011)**	**(31.970.366)**	**(478.493)**	**(11.534.071)**	**(916.688)**	**(3.017.111)**	**(58.472.740)**
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Desinvestimento	(387.134)	(27.060.414)	(446.991)	(11.193.343)	(860.619)	–	(39.948.501)
Sale and Leaseback	(342.727)	(442.024)	–	–	(25.768)	–	(810.519)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**(729.861)**	**(27.502.438)**	**(446.991)**	**(11.193.343)**	**(886.387)**	**–**	**(40.759.020)**
VALOR LÍQUIDO							
Desinvestimento	**(942.084)**	**(3.268.458)**	**(31.502)**	**(340.728)**	**(19.297)**	**(3.017.111)**	**(7.619.180)**
Sale and Leaseback	**(8.884.066)**	**(1.199.470)**	**–**	**–**	**(11.004)**	**–**	**(10.094.540)**

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
ATIVO BRUTO							
Desinvestimento	(3.666.645)	(50.752.555)	(909.679)	(11.068.401)	(2.389.444)	(2.798.229)	(71.584.953)
Sale and Leaseback	(18.464.838)	(765.846)	–	–	–	–	(19.230.684)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2019	**(22.131.483)**	**(51.518.401)**	**(909.679)**	**(11.068.401)**	**(2.389.444)**	**(2.798.229)**	**(90.815.637)**
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS							
Desinvestimento	(1.628.027)	(43.968.415)	(869.658)	(10.725.849)	(2.363.434)	–	(59.555.384)
Sale and Leaseback	(6.540.303)	(453.899)	–	–	–	–	(6.994.201)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2019	**(8.168.330)**	**(44.422.314)**	**(869.658)**	**(10.725.849)**	**(2.363.434)**	**–**	**(66.549.585)**
VALOR LÍQUIDO							
Desinvestimento	**(2.038.618)**	**(6.784.139)**	**(40.021)**	**(342.552)**	**(26.010)**	**(2.798.229)**	**(12.029.569)**
Sale and Leaseback	**(11.924.535)**	**(311.948)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(12.236.483)**

Durante os exercícios de 2020 e de 2019, foram registadas diversas operações de «Sale and Leaseback». Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 37,6 milhões de euros (12,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), encontram-se classificados no movimento acima como desinvestimento do exercício 10,1 milhões de euros e os restantes estavam registados como ativos não correntes detidos para venda a 31 de dezembro de 2019. Os ativos alienados correspondem a 6 ativos do retalho alimentar localizado em Portugal (em 31 de dezembro de 2019, correspondiam a 2 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal). Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 51,4 milhões de euros (24,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 2,9 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 36) e um direito de uso de 28,0 milhões de euros (8,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019).

Como descrito na nota 2.5.c), com a adoção do IFRS 16 e caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, deverá ser reconhecida a venda do ativo numa transação de «Sale and Leaseback» sendo registado o ativo «Direito de Uso» que deverá ser mensurado pela proporção do ativo transferido. As mais ou menos-valias destas transações são reconhecidas apenas na proporção dos Direitos transferidos.

Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, e analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

A maioria dos ativos imobiliários da Sonae MC em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2019), estando o justo valor do imóvel na categoria de «Nível 3», de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2020.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de «Ativos fixos tangíveis em curso» incluem cerca de 27 milhões de euros (22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a remodelação e expansão de lojas.

A rubrica de «Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis» pode ser analisada como segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
PERDAS POR IMPARIDADE							
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	78.745.806	5.505.292	765	317.055	21.839	–	84.590.757
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 30)	2.283.025	967.954	6.052	4.115	4.648	–	3.265.794
Diminuições do exercício (Nota 30)	(578.822)	(570.018)	–	(17.183)	(1.909)	–	(1.167.932)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**80.450.009**	**5.903.228**	**6.817**	**303.987**	**24.578**	**–**	**86.688.619**
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 30)	1.859.002	2.478.424	6.456	46.892	13.787	–	4.404.561
Diminuições do exercício (Nota 30)	(90.758)	(261.246)	–	(12.010)	(540)	–	(364.554)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020 (NOTA 31)	**82.218.253**	**8.120.406**	**13.273**	**338.869**	**37.825**	**—**	**90.728.626**

7.

ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	SOFTWARE	TRESPASSES	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL ATIVOS INTANGÍVEIS
ATIVO BRUTO						
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	93.678.549	338.002.049	8.090.803	827.922	25.815.572	466.414.895
Investimento	204.000	494.912	–	–	25.515.766	26.214.678
Aquisições de filiais	50.903	2.681.526	157.485	–	42.482	2.932.396
Justo valor dos ativos adquiridos	58.400.000	–	–	–	–	58.400.000
Desinvestimento	(8.544)	(9.705.055)	(22.693)	–	(6.931.517)	(16.667.809)
Variações cambiais	(9.917)	(8)	–	(2.943)	–	(12.868)
Transferências	(91.500)	23.769.808	–	(50.899)	(23.458.363)	169.046
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**152.223.491**	**355.243.232**	**8.225.595**	**774.080**	**20.983.940**	**537.450.338**
Investimento	5.317	643.506	210.000	–	26.380.760	27.239.583
Desinvestimento	(131.923)	(7.510.001)	–	–	(594.214)	(8.236.138)
Variações cambiais	–	–	–	(4.348)	–	(4.348)
Transferências	87.533	22.292.851	–	3.580	(21.920.599)	463.365
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**152.184.418**	**370.669.588**	**8.435.595**	**773.312**	**24.849.887**	**556.912.800**
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS						
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	18.205.570	229.365.015	7.304.080	389.248		255.263.913
Amortizações do exercício	240.427	27.456.808	579	142.776	–	27.840.590
Perdas por imparidade do exercício (Nota 30)	–	171.142	–	–	–	171.142
Aquisições de filiais	39.868	1.928.113	1.981	–	–	1.969.962
Desinvestimento	(8.544)	(8.778.28)	–	–	–	(8.786.826)
Variações cambiais	(8.813)	(7)	–	(2.742)	–	(11.562)
Transferências	(179.842)	(2.103)	–	(46.785)	–	(228.730)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**18.288.666**	**250.140.686**	**7.306.640**	**482.497**	**–**	**276.218.489**
Amortizações do exercício	188.833	29.015.023	5.742	143.287	–	29.352.885
Perdas por Imparidade do exercício (Nota: 30)	96.884	766.914	–	–	–	863.798
Desinvestimento	(124.532)	(7.182.856)	–	–	–	(7.307.388)
Variações cambiais	–	–	–	(4.348)	–	(4.348)
Transferências	(5.521)	–	–	–	–	(5.521)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**18.347.446**	**272.739.767**	**7.312.382**	**621.436**	**–**	**299.117.915**
VALOR LÍQUIDO						
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**133.934.825**	**105.102.546**	**918.955**	**291.583**	**20.983.940**	**261.231.849**
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**133.836.972**	**97.929.821**	**1.123.213**	**151.876**	**24.849.887**	**257.794.885**

Em 31 de dezembro de 2020, o fluxo «Investimento» do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 26,3 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (26 milhões em 31 de dezembro de 2019). No referido valor estão incluídos cerca de 10,6 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria entidade (cerca de 10,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (Nota 36).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica «Propriedade Industrial» o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros e a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros, esta última valorizada no processo de aquisição.

A Sonae MC efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, suportada em avaliações internas de acordo com a metodologia dos Royalty Relief, e os valores destas mais que suportam o valor dos ativos a 31 de dezembro de 2020, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

8.

ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos sob direito de uso, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	VIATURAS LIGEIRAS	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL ATIVOS TANGÍVEIS
ATIVO BRUTO				
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	1.070.798.058	17.994.413	515.523	1.089.307.993
Aquisição de filiais	46.019.214	–	–	46.019.214
Aumentos	103.473.063	69.395.813	99.243	172.968.119
Abates e diminuições	(11.839.761)	(2.010.186)	(3.590)	(13.853.537)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**1.208.450.574**	**85.380.039**	**611.176**	**1.294.441.789**
Aumentos	172.541.629	7.342.985	467.676	180.352.290
Abates e diminuições	(43.786.331)	(8.302.338)	(126.308)	(52.214.977)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**1.337.205.872**	**84.420.686**	**952.544**	**1.422.579.102**
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS				
SALDO INICIAL A 1 JAN 2019	301.662.959	7.231.014	312.628	309.206.601
Depreciações do exercício	70.387.955	20.776.876	99.322	91.264.154
Transferências e abates	(3.384.098)	(1.083.513)	–	(4.467.611)
SALDO INICIAL A 1 JAN 2020	**368.666.816**	**26.924.377**	**411.950**	**396.003.144**
Depreciações do exercício	74.590.699	20.828.777	87.476	95.506.952
Perdas por imparidade do exercício	208.871	25.806	–	234.678
Transferências e abates	(21.526.291)	(7.249.125)	(76.734)	(28.852.150)
SALDO FINAL A 31 DEZ 2020	**421.940.095**	**40.529.836**	**422.692**	**462.892.623**
VALOR LÍQUIDO				
A 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**839.783.758**	**58.455.662**	**199.225**	**898.438.645**
A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**915.265.776**	**43.890.851**	**529.851**	**959.686.479**

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 95,5 milhões de euros relativos a amortizações do exercício (91,3 milhões de euros em 2019) e 65,5 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (61,2 milhões de euros em 2019) (Nota 35).

As responsabilidades relativas aos ativos sob direito de uso estão registadas nas rúbricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 1.013 milhões de euros e 80 milhões de euros (930 milhões de euros e 76 milhões de euros a 31 de dezembro de 2019).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2020 e 2019, pode ser analisado como segue:

	31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	CAPITAL	JUROS	PASSIVO ATUALIZADO	CAPITAL	JUROS	PASSIVO ATUALIZADO
N+1	147.312.589	67.162.685	80.149.904	137.961.696	61.962.929	75.998.767
N+2	138.909.080	63.291.695	75.617.385	132.670.795	58.199.665	74.471.130
N+3	118.928.043	59.518.708	59.409.335	127.877.027	54.382.109	73.494.917
N+4	114.846.046	55.780.002	59.066.044	106.764.683	50.677.904	56.086.779
N+5	111.106.458	51.924.109	59.182.349	98.082.867	47.260.627	50.822.240
Após N+5	1.057.135.833	297.650.752	759.485.081	954.130.387	278.612.157	675.518.231
	1.688.238.049	595.327.951	1.092.910.098	1.557.487.455	551.095.392	1.006.392.063

9.
GOODWILL

O valor de *goodwill* é a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica «*Goodwill*» tinha a seguinte composição por geografia:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Portugal	442.895.419	449.984.119
Espanha	19.440.000	19.440.000
	462.335.419	469.424.119

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
VALOR BRUTO		
Saldo inicial	476.627.337	453.816.647
Goodwill gerado no exercício	–	22.810.690
SALDO FINAL	476.627.337	476.627.337
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo inicial	7.203.218	7.203.218
Aumentos	7.088.700	–
SALDO FINAL	14.291.918	7.203.218
VALOR LÍQUIDO	462.335.419	469.424.119

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de *goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos e 10 anos, efetuados numa base, anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Para este efeito a Sonae MC, recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos *cash–flows*, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos *cash–flows* na perpetuidade:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado de capital	8% a 10%	9% a 10%
Taxas de crescimento na perpetuidade	<=2%	<=2%
Taxa composta de crescimento das vendas	- 0,8% a 1,7%	- 0,3% a 2,1%

Apesar do contexto de incerteza quanto ao nível de evolução e contágio do vírus e do abrandamento económico provocado pelo contexto de pandemia, conforme referido na nota introdutória, algumas das operações dos negócios do Grupo foram significativamente afetadas. Contudo, a analise de indícios de imparidade, a revisão das projeções e os testes de imparidade conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de 7 milhões de euros.

A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

10.
INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

10.1 DECOMPOSIÇÃO DO VALOR CONTABILÍSTICO DE INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são os seguintes:

		PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				VALOR NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	
		31 DEZ 2020		31 DEZ 2019			
FIRMA	SEDE SOCIAL	DIRETO*	TOTAL*	DIRETO*	TOTAL*	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, SA	Santarém	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	3.364.636	3.356.985
Maremor Beauty & Fragances, SL	Madrid	50,00%	30,00%	50,00%	30,00%	139.077	120.649
INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS						3.503.713	3.477.634
1) S2 Mozambique, SA	Maputo	–	–	30,00%	30,00%	–	–
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	564.095	960.282
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS						564.095	960.282
TOTAL						4.067.808	4.437.916

* a percentagem de capital detido «Total» representa a percentagem total de interesses detida pelo grupo; a percentagem de capital detido «Direto» corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa.

1) Associada em processo de liquidação.

Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

10.2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2020, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

	31 DEZ 2020	
EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	SOHIMEAT, SA	MAREMOR
ATIVO		
Ativos fixos tangíveis	16.310.555	2.614
Ativos intangíveis	179.587	169
Direitos de uso	8.525.439	–
Investimentos em empreendimentos conjuntos e empresas associadas	–	21.954
Outros ativos não correntes	353.969	–
ATIVO NÃO CORRENTE	25.369.550	24.737
Caixa e equivalentes de caixa	466.423	254.107
Outros ativos correntes	47.384.245	54.983
ATIVO CORRENTE	47.850.668	309.090
TOTAL DO ATIVO	73.220.218	333.827

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31 DEZ 2020 SOHIMEAT, SA	MAREMOR
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outros passivos não correntes	9.068.434	–
PASSIVO NÃO CORRENTE	**9.068.434**	**–**
Empréstimos obtidos	–	51
Outros passivos correntes	58.167.447	55.622
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	58.167.447	55.673
TOTAL DO PASSIVO	**67.235.881**	**55.673**
Capital próprio atribuível aos Acionistas da empresa–mãe	5.984.337	278.154
Interesses que não controlam	**–**	**–**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**5.984.337**	**278.154**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	**73.220.218**	**333.827**

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31 DEZ 2019 SOHIMEAT, SA	MAREMOR
ATIVO		
Ativos fixos tangíveis	18.832.996	3.740
Ativos intangíveis	476.543	154
Direitos de uso	2.708.727	–
Outros ativos não correntes	656.974	3.326
ATIVO NÃO CORRENTE	**22.675.240**	**7.220**
Caixa e equivalentes de caixa	175.853	196.701
Outros ativos correntes	44.284.537	104.059
ATIVO CORRENTE	**44.460.390**	**300.760**
TOTAL DO ATIVO	**67.135.630**	**307.980**
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Outros passivos não correntes	1.921.427	–
PASSIVO NÃO CORRENTE	**1.921.427**	**–**
Outros passivos correntes	58.331.987	66.681
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	**59.331.987**	**66.681**
TOTAL DO PASSIVO	**61.253.414**	**66.681**
Capital próprio atribuível aos Acionistas da empresa–mãe	5.882.216	241.299
Interesses que não controlam	**–**	**–**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	**5.882.216**	**241.299**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	**67.135.630**	**307.980**

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31 DEZ 2020 SOHIMEAT, SA	MAREMOR
Volume de negócios	288.963.145	484.000
Outros rendimentos operacionais	3.959.530	–
	292.922.675	**484.000**
Custo das vendas	(259.946.803)	–
Fornecimentos e serviços externos	(12.981.500)	–
Amortizações e depreciações	(5.164.583)	(1.170)
Outros gastos operacionais	(12.622.703)	(445.975)
	(290.715.589)	**(447.145)**
Resultados financeiros	(532.180)	–
Imposto sobre o rendimento	(378.873)	–
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**1.296.033**	**36.855**

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31 DEZ 2019 SOHIMEAT, SA	MAREMOR
Volume de negócios	267.877.312	566.000
Outros rendimentos operacionais	823.108	-
	268.700.420	**566.000**
Custo das vendas	(241.235.444)	-
Fornecimentos e serviços externos	(12.067.094)	-
Amortizações e depreciações	(5.113.810)	(1.599)
Outros gastos operacionais	(8.262.688)	(521.934)
	(266.679.036)	**(523.533)**
Resultados financeiros	(403.453)	-
Imposto sobre o rendimento	(361.182)	(10.625)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**1.256.749**	**31.842**

A reconciliação da informação financeira com o valor registado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31 DEZ 2020 SOHIMEAT, SA	31 DEZ 2020 MAREMOR	31 DEZ 2019 SOHIMEAT, SA	31 DEZ 2019 MAREMOR
Capitais Próprios	5.984.337	278.154	5.882.216	241.299
Percentagem de detenção	50%	30%	50%	30%
Quota parte dos ativos líquidos	2.992.169	83.446	2.941.108	72.390
Goodwill reconhecido na participação financeira	–	–	–	–
Outros efeitos	372.468	55.631	415.877	48.259
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	**3.364.636**	**139.077**	**3.356.985**	**120.649**

ASSOCIADAS

A informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

EMPRESAS ASSOCIADAS	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2020	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2019
Ativo não corrente	227.002	298.816
Ativo corrente	9.975.298	10.974.667
Total do ativo	10.202.300	11.273.483
Passivos não correntes	30.000	30.000
Passivo corrente	7.915.919	7.402.356
Total do passivo	7.945.919	7.432.356
CAPITAL PRÓPRIO	**2.256.381**	**3.841.127**

EMPRESAS ASSOCIADAS	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2020	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2019
Volume de negócios	60.095.783	61.105.462
Outros rendimentos operacionais	3.836.372	3.231.436
Gastos operacionais	(62.538.096)	(60.829.223)
Resultados financeiros	(710)	1.085
Imposto sobre o rendimento	(335.660)	(864.748)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**1.057.689**	**2.644.012**
Outro rendimento integral do exercício	–	–
TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	**1.057.689**	**2.644.012**

A reconciliação da informação financeira com o valor registado em associadas pode ser analisada como segue:

ASSOCIADAS	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2020	SEMPRE A POSTOS 31 DEZ 2019
Capitais Próprios	2.256.381	3.841.127
Percentagem de detenção	25,00%	25,00%
Quota parte dos ativos líquidos	564.095	960.282
Outros efeitos	–	–
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	**564.095**	**960.282**

10.3 MOVIMENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	VALOR DA PROPORÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	GOODWILL	TOTAL DO INVESTIMENTO	VALOR DA PROPORÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	GOODWILL	TOTAL DO INVESTIMENTO
INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS						
Saldo em 1 de Janeiro	3.477.635	–	3.477.635	3.006.331	–	3.006.331
Aumentos de capital no exercicio	–	–	–	100.000	–	100.000
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos	623.034	–	623.034	691.544	–	691.544
Distribuição de dividendos	(596.956)	–	(596.956)	(324.970)	–	(324.970)
Efeito em capitais próprios	–	–	–	4.730	–	4.730
	3.503.713	**–**	**3.503.713**	**3.477.635**	**–**	**3.477.635**
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS						
Saldo em 1 de Janeiro	960.281	–	960.281	1.078.483	–	1.078.483
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	264.423	–	264.423	661.003	–	661.003
Distribuição de dividendos	(660.609)	–	(660.609)	(779.205)	–	(779.205)
	564.095	**–**	**564.095**	**960.281**	**–**	**960.281**
TOTAL	**4.067.808**	**–**	**4.067.808**	**4.437.916**	**–**	**4.437.916**

11.

ATIVOS FINANCEIROS A JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E OUTROS INVESTIMENTOS

Os ativos financeiros a justo valor através de resultados, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são as seguintes:

		PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				VALOR NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	
		31 DEZ 2020		31 DEZ 2019			
FIRMA	SEDE SOCIAL	DIRETO	TOTAL	DIRETO	TOTAL	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Dispar – Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Insco – Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	4.748.744	5.345.040
Sportessence – Spor Retail, SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	595.964	–
Outros ativos financeiros						10.229.021	11.892.835
TOTAL						15.583.705	17.247.851

Em 31 de dezembro de 2020 estão incluídos em «Outros ativos financeiros» relativos a «Ativos financeiros a justo valor através de resultados», 7.282.500 euros (9.823.569 euros em 31 de dezembro de 2019), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 30 e 32).

Em 31 de dezembro de 2020, com exceção da *Escrow Account*, os restantes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, sendo mensurados pelo justo valor através de resultados de corco com a IFRS 9.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos na rubrica «Outros Investimentos» podem ser decompostos como segue:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	NÃO CORRENTES	CORRENTES	NÃO CORRENTES	CORRENTES
ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS				
Saldo em 1 de janeiro	17.247.851	–	16.589.032	–
Aumentos durante o exercício	1.751.575	–	1.215.982	–
Diminuições durante o exercício	(3.415.467)	–	(569.259)	–
Outros	(254)	–	12.096	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO	**15.583.705**	**–**	**17.247.851**	**–**
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS				
Justo valor em 1 de janeiro	–	394.309	–	1.231.414
Aumento/(diminuição) no justo valor	–	2.268.717	–	(837.105)
JUSTO VALOR EM 31 DE DEZEMBRO (NOTA 24)	**–**	**2.663.026**	**–**	**394.309**
TOTAL DE ATIVOS FINANCEIROS (NOTA 5)	**15.583.705**	**2.663.026**	**17.247.851**	**394.309**

12.
OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos «Outros ativos não correntes» em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
OUTROS DEVEDORES		
Cauções	1.457.128	1.395.743
Valores a receber relativos a sublocações	4.687.169	5.171.605
Depósitos judiciais	2.436.445	3.446.508
Valor a receber referente à venda de empresas filiais	400.000	400.000
Outros	54.624	350.103
	9.035.366	**10.763.959**
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos	–	–
TOTAL DE OUTROS DEVEDORES	**9.035.366**	**10.763.959**
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOTA 5)	**9.035.366**	**10.763.959**
Outros ativos não correntes	–	–
	9.035.366	**10.763.959**

Os valores relativos a depósitos judiciais efetuados por uma subsidiária brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica «Outras dívidas a terceiros», estes valores não apresentam maturidade definida;

13.
INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	731.629	462.203
Mercadorias	407.063.711	421.598.557
	407.795.340	**422.060.760**
Ajustamentos acumulados em inventários	(11.896.744)	(14.629.721)
	395.898.596	**407.431.039**

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 ascendem a 3.619.907.407 euros e 3.288.062.137 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Inventários iniciais	422.060.759	413.174.736
Variações cambiais	–	(127)
Aquisições de filiais	–	24.825.606
Compras	3.622.561.357	3.283.724.184
Regularizações de inventários	(14.186.392)	(9.479.952)
Inventários finais	407.795.340	422.060.759
	3.622.640.384	**3.290.183.688**
Ajustamentos acumulados em inventários	(2.732.977)	(2.121.551)
	3.619.907.407	**3.288.062.137**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

14.
CLIENTES

O detalhe dos «Clientes» em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Clientes correntes	55.372.877	98.407.591
Clientes de cobrança duvidosa	3.877.529	3.151.821
	59.250.406	**101.559.412**
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(3.877.529)	(3.157.289)
	55.372.877	**98.402.123**

A rubrica de Clientes correntes inclui 21.340.560 euros (69.762.725 euros em 31 de dezembro de 2019), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

	31 DEZ 2020			31 DEZ 2019	
	TAXA DE CRÉDITO ESPERADA	CLIENTES	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM CONTAS A RECEBER	CLIENTES	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM CONTAS A RECEBER
NÃO VENCIDO	**0% – 0,44%**	**29.935.304**	**–**	**88.093.186**	**–**
VENCIDO A:					
0 – 30 dias	0% – 0,64%	18.245.748	3.504.671	5.204.352	33.019
30 – 90 dias	0% – 2,44%	5.006.836	–	4.765.585	38.517
90 – 180 dias	0% – 10,59%	2.748.334	–	756.618	510.658
180 – 360 dias	0% – 35,21%	755.151	1.766	487.229	330.589
+ 360 dias	0% – 100%	2.559.033	371.092	2.252.442	2.244.506
TOTAL		**29.315.102**	**3.877.529**	**13.466.226**	**3.157.289**
		59.250.406	**3.877.529**	**101.559.412**	**3.157.289**

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

15.
OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E OUTRAS CONTAS A RECEBER DE EMPRESAS RELACIONADAS	**254.070**	**13.564**
OUTROS DEVEDORES		
Fornecedores c/c - saldos devedores	37.366.558	38.064.859
Vales e cheques oferta	7.141.509	10.009.887
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas com parceiros	7.568.228	7.147.774
Alienação de ativos intangíveis	–	6.987.272
Alienação de investimentos financeiros	400.000	500.000
Alienação de ativos fixos tangíveis	126.563	383.139
Outros ativos correntes	14.802.965	7.804.561
	67.405.823	**70.897.492**
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 30)	(2.933.585)	(3.856.935)
TOTAL DE OUTROS DEVEDORES	**64.472.238**	**67.040.557**
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOTA 5)	**64.726.308**	**67.054.121**
IVA de imóveis e de descontos de talões	2.469.475	5.160.490
Adiantamentos fornecedores de ativos tangíveis	967.968	4.844.843
OUTROS ATIVOS CORRENTES	**3.437.443**	**10.005.333**
	68.163.751	**77.059.454**

A 31 de dezembro de 2020, o valor de Fornecedores c/c – saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

Em 31 de dezembro de 2020, as perdas por imparidade relativas a outras dividas são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades publicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

16.
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica «Estado e outros entes públicos» em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
VALORES DEVEDORES		
Imposto sobre o valor acrescentado	22.611.814	24.222.476
Contribuições para a Segurança Social	3.028	73.658
Outros Impostos	749.133	1.050.696
	23.363.975	**25.346.830**
VALORES CREDORES		
Imposto sobre o valor acrescentado	55.482.988	58.115.130
Retenção na fonte – IRS trabalho dependente	3.677.916	3.470.003
Contribuições para a Segurança Social	11.286.524	11.580.102
Outros Impostos	103.822	180.863
	70.551.250	**73.346.098**

17.
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica «Imposto sobre o rendimento» em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
VALORES DEVEDORES		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	21.308.058	36.028.338
Imposto sobre o rendimento	9.762.211	7.093.615
	31.070.269	**43.121.953**
VALORES CREDORES		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	44.614.905	46.966.814
Imposto sobre o rendimento	5.052.902	3.233.583
	49.667.807	**50.200.397**

Em 31 de dezembro de 2020 nos valores credores da rubrica «Imposto sobre o rendimento com entidade participante» estão incluídos cerca de 44,6 milhões de euros (46,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) de valor a pagar à Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo Sonae MC no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, SA é a empresa mãe.

A rubrica de «Imposto sobre o rendimento» não corrente no valor de 4,49 milhões de euros, inclui o valor relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae MC, razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

18.
OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos «Outros ativos correntes» em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Receitas comerciais	15.865.221	12.953.800
Seguros	2.555.508	2.437.740
Licenças software	3.157.752	2.597.754
Custos diferidos - Rendas	813.085	868.931
Juros a receber	381.408	302.773
Indemnizações relativas a sinistros	–	408.281
Outros ativos correntes	13.811.955	11.135.152
	36.584.929	**30.704.431**

A rubrica de «Receitas comerciais» diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, comparticipadas pelos parceiros da Sonae MC reconhecidas em Custo das Vendas.

19.
IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.922.217	4.310.278	18.912.605	18.877.011
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	7.354	8.113	82.654.776	77.467.323
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	11.688.111	11.816.298	–	–
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	196.852	107.507	38.128	67.639
Amortização de goodwill para efeitos fiscais em Espanha	–	–	33.736.644	27.919.963
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	–	–	593.714	683.776
Prejuízos fiscais reportáveis	9.018.676	6.664.266	–	–
Mais / menos valias reinvestidas	–	–	128.705	252.746
Ativos sob direito de uso	246.409.201	227.885.185	220.424.725	205.257.299
Benefícios fiscais	1.064.891	3.311.517	–	–
Outros	1.604.270	2.125.718	1.914	4.915
	273.911.572	**256.228.882**	**356.491.211**	**330.530.672**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como segue:

	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
SALDO INICIAL	**256.228.882**	**224.280.905**	**330.530.672**	**271.082.478**
EFEITO EM RESULTADOS:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	(388.061)	412.499	35.594	213.087
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(759)	(754)	5.187.453	9.217.803
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	(128.187)	(364.047)	–	–
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	–	–	(90.062)	(61.491)
Constituição / (Reversão) líquida de ativos por impostos diferidos sobre prejuizos fiscais	2.351.567	(249.305)	–	–
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	–	–	5.816.680	5.816.680
Mais / menos valias reinvestidas	–	–	(124.041)	(24.271)
Efeito de alteração de taxa de imposto	–	(42)	–	(93.133)
Ativos sob direito de uso	18.512.241	34.062.949	15.167.425	29.091.669
Benefícios fiscais	(2.246.626)	1.341.272	–	–
Outros	(697.976)	461.238	–	–
	17.402.199	**35.663.810**	**25.993.049**	**44.160.344**
EFEITO EM RESERVAS:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	89.345	62.196	(29.510)	(18.003)
Ativos sob direito de uso	–	566.922	–	642.817
Imputação do justo valor nas aquisições de filiais	–	–	–	14.600.000
Outros	–	(4.588.898)	(3.000)	(3.000)
	89.345	**(3.959.780)**	**(32.510)**	**15.221.814**
Outros	191.146	243.947	–	66.036
SALDO FINAL	**273.911.572**	**256.228.882**	**356.491.211**	**330.530.672**

Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae MC a dedução da amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização do *goodwill* dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do *goodwill*, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do *goodwill* no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

		31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
		PREJUÍZO FISCAL	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	PREJUÍZO FISCAL	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO							
Gerados em 2014	Portugal	18.326	3.849	2028	130.539	27.413	2026
Gerados em 2015	Portugal	69.903	14.679	2029	111.086	23.328	2027
Gerados em 2016	Portugal	243.591	51.154	2030	877.197	184.211	2028
Gerados em 2017	Portugal	335.279	70.409	2024	105.297	22.112	2022
Gerados em 2018	Portugal	253.562	53.248	2025	452.749	95.077	2023
Gerados em 2019	Portugal	–	–	2026	625.559	131.369	2024
Gerados em 2020	Portugal	1.858.810	390.350	2032	–	–	2025
		2.779.471	**583.689**		**2.302.427**	**483.510**	
SEM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO							
	Espanha	33.739.949	8.434.987		24.723.024	6.180.756	
TOTAL		**36.519.420**	**9.018.676**		**27.025.451**	**6.664.266**	

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae MC, periodicamente revistos e atualizados.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2020 um valor de 8,4 milhões de euros (6,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 2,1% (4,8% em 2019).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2020, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 84,4 milhões de euros (75,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

		31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
		PREJUÍZO FISCAL	CRÉDITO DE IMPOSTO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO	PREJUÍZO FISCAL	CRÉDITO DE IMPOSTO	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
COM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO							
Gerados em 2014	Portugal	112.213	23.565	2028	–	–	2018
Gerados em 2015	Portugal	41.183	8.648	2029	–	–	2026
Gerados em 2016	Portugal	633.610	133.058	2030	–	–	2027
Gerados em 2017	Portugal	1.278.464	268.477	2024	1.199.079	251.807	2024
Gerados em 2018	Portugal	1.429.325	300.158	2025	1.074.456	225.636	2025
Gerados em 2019	Portugal	2.681.355	563.085	2026	2.392.392	502.402	2026
Gerados em 2020	Portugal	460.178	96.637	2032	–	–	2032
		6.636.328	**1.393.629**		**4.665.927**	**979.845**	
SEM LIMITE DE DATA DE UTILIZAÇÃO							
	Brasil	15.013.794	5.104.690		18.853.767	6.410.281	
	Espanha	62.754.178	15.688.545		51.952.463	12.988.116	
		77.767.972	**20.793.235**		**70.806.230**	**19.398.397**	
TOTAL		**84.404.300**	**22.186.864**		**75.472.157**	**20.378.242**	

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do *goodwill* gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do *goodwill* e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A..

A Sonae MC apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do *goodwill* efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à dedução da amortização do *goodwill* para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e consequentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

20.
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Numerário	10.381.745	10.793.121
Depósitos bancários	184.026.501	66.534.344
Aplicações de tesouraria	15.337	12.159
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA (NOTA 5)	**194.423.583**	**77.339.624**
Descobertos bancários (Nota 23)	(142.765)	(13.956)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	**194.280.818**	**77.325.668**

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

21.
CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

ENTIDADE	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Sonae, SGPS, S.A.	35,029%	35,029%
Sonae Holdings, SA 1)	51,827%	51,827%
Sonae Investments, BV	13,144%	13,144%

1) Ex – Sonaecenter Serviços, SA

Em 31 de dezembro de 2020, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas subsidiárias detinham 52,85% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 100% das restantes entidades que detêm o capital da Sonae MC.

22.
INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos «Interesses que não controlam» é o seguinte:

	31 DEZ 2020				
	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO	PROPORÇÃO NO RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	DIVIDENDOS/ RENDIMENTOS RECEBIDOS
Elergone	15.083.310	4.285.609	3.719.181	1.071.402	–
Gowell	(1.702.146)	(1.633.134)	–	(724.629)	–
Arenal	70.926.515	110.507	28.386.237	51.574	–
Tomenider	46.268.018	(301.055)	(6.478.973)	(120.422)	–
Fundo de Investimento Imobiliário ImosonaeDois	100.500.105	9.622.542	2.011.749	(48.173)	–
Maxmat	44.496.926	8.995.424	22.325.286	4.854.545	(5.224.091)
Outros	(14.398.680)	(4.108.388)	(8)	(20)	–
TOTAL	**261.174.048**	**16.971.505**	**49.963.472**	**5.084.277**	**(5.224.091.)**

	31 DEZ 2019				
	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO	PROPORÇÃO NO RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	DIVIDENDOS/ RENDIMENTOS RECEBIDOS
Elergone	7.322.427	3.297.256	1.778.960	824.314	–
Gowell	(36.475)	20.970	3.625.450	10.275	–
Arenal	117.389.031	3.821.487	21.977.691	1.534.963	–
Fundo de Investimento Imobiliário ImosonaeDois	112.077.554	8.891.900	2.243.500	(71.026)	–
Maxmat	50.099.237	5.884.316	25.109.815	3.293.611	(2.027.573)
Outros	(15.032.254)	(1.902.493)	(67)	(7)	–
TOTAL	271.819.520	20.013.436	54.735.349	5.592.130	(2.027.573)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido nos interesses sem controlo foi o seguinte:

	31 DEZ 2020						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
SALDO INICIAL A 1 DE JAN	1.778.960	3.625.450	21.977.691	2.243.500	25.109.815	(67)	54.735.349
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(5.224.091)	–	(5.224.091)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	–	–	–	(424.368)	–	–	(424.368)
Aquisição dos restantes 49% de capital	–	(2.900.821)	–	–	–	–	(2.900.821)
Variação das reservas de cobertura	869.853	–	–		(74.776)	–	795.077
Reembolso de prestações acessórias	–	–	–		(2.000.000)	–	(2.000.000)
Outras variações	(1.034)	–	(1.579)	240.790	(340.207)	79	(101.951)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	1.071.402	(724.629)	(68.848)	(48.173)	4.854.545	(20)	5.084.277
SALDO FINAL A 31 DE DEZ	3.719.181	–	21.907.264	2.011.749	22.325.286	(8)	49.963.472

	31 DEZ 2019						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
SALDO INICIAL A 1 DE JAN	1.023.963	3.520.072	–	2.301.712	24.300.216	(7)	31.145.956
Efeito da reexpressão	(11.811)	(352.130)	–	509.203	(2.282.860)	1	(2.137.597)
SALDO INICIAL A 1 DE JAN 2019 REEXPRESSO	1.012.152	3.167.942	–	2.810.915	22.017.356	(6)	29.008.359
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(2.027.573)	–	(2.027.573)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	–	–	–	(236.205)	–	–	(236.205)
Aquisição de subsidiárias	–	–	20.442.727	–	–	–	20.442.727
Entradas de capitais	–	127.506	–	–	–	–	127.506
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	–	–	1.892	–	–	–	1.892
Variação das reservas de cobertura	(69.316)	–	–	–	(528)	–	(69.844)
Outras variações	11.810	319.727	(1.891)	(260.184)	1.826.949	(54)	1.896.357
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	824.314	10.275	1.534.963	(71.026)	3.293.611	(7)	5.592.130
SALDO FINAL A 31 DE DEZ	1.778.960	3.625.450	21.977.691	2.243.500	25.109.815	(67)	54.735.349

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a informação financeira agregada das subsidiárias com Interesses que não controlam é como segue:

	31 DEZ 2020						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
Total do ativo não corrente	167.827	2.139.793	222.917.926	98.207.021	37.588.496	9.867.756	370.888.819
Total do ativo corrente	24.220.916	1.523.006	46.827.881	5.711.182	45.859.781	1.123.917	125.266.683
Total do passivo não corrente	(40.687)	1.826.824	110.044.199	–	4.895.302	25.346.949	142.072.587
Total do passivo corrente	9.346.120	3.538.121	42.507.075	3.418.098	34.056.049	43.404	92.908.867
CAPITAL PRÓPRIO	15.083.310	(1.702.146)	117.194.533	100.500.105	44.496.926	(14.398.680)	261.174.048

	31 DEZ 2019						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
Total do ativo não corrente	307.650	2.319.998	215.799.461	114.149.781	38.594.645	13.465.355	384.636.890
Total do ativo corrente	13.515.303	2.536.915	46.744.817	124.443	46.309.176	1.111.750	110.342.404
Total do passivo não corrente	29.865	1.210.456	106.153.727	–	6.199.838	26.437.543	140.031.429
Total do passivo corrente	6.470.661	3.682.932	39.001.520	2.196.670	28.604.746	3.171.816	83.128.345
CAPITAL PRÓPRIO	7.322.427	(36.475)	117.389.031	112.077.554	50.099.237	(15.032.254)	271.819.520

	31 DEZ 2020						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
Volume de negócios	68.472.190	5.504.086	119.060.555	12.154.028	115.647.786	–	320.838.645
Outros rendimentos operacionais	86.724	959.845	5.062.035	1.814.139	2.094.372	–	10.017.115
Gastos operacionais	(63.034.05)	(8.419.61)	(119.500.05)	(3.938.30)	(105.162.59)	(987.88)	(301.042.50)
Resultados financeiros	11.687	(53.73)	(4.757.87)	(19.26)	(519.32)	(3.120.49)	(8.459.00)
Resultados relativos a investimentos	.	(13)	–	–	–	–	(13)
Imposto sobre o rendimento	(1.250.94)	376.416	(55.20)	(388.06)	(3.064.81)	–	(4.382.61)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	4.285.609	(1.633.134)	(190.548)	9.622.542	8.995.424	(4.108.388)	16.971.505
Outro rendimento integral do exercício	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	4.285.609	(1.633.134)	(190.548)	9.622.542	8.995.424	(4.108.388)	16.971.505

	31 DEZ 2019						
	ELERGONE	GOWELL	ARENAL	IMOSONAEDOIS*	MAXMAT	OUTROS	TOTAL
Volume de negócios	63.395.559	14.157.451	129.157.322	12.520.170	95.132.050	–	314.362.552
Outros rendimentos operacionais	349.064	274.294	2.978.005	16	1.707.831	19	5.309.229
Gastos operacionais	(59.482.274)	(14.297.018)	(122.646.929)	(4.023.409)	(88.552.141)	(615.243)	(289.617.014)
Resultados financeiros	(3.395)	(65.080)	(4.394.601)	(17.376)	(526.972)	(1.287.269)	(6.294.693)
Resultados relativos a investimentos	–	(465)	–	–	–	–	(465)
Imposto sobre o rendimento	(961.698)	(48.212)	(1.272.310)	412.499	(1.876.452)	–	(3.746.173)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	3.297.256	20.970	3.821.487	8.891.900	5.884.316	(1.902.493.)	20.013.436
Outro rendimento integral do exercício	–	–	–	–	–	–	–
TOTAL RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	3.297.256	20.970	3.821.487	8.891.900	5.884.316	(1.902.493.)	20.013.436

* Fundo de Investimento Imobiliário ImosonaeDois

23.
EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	MONTANTE UTILIZADO		MONTANTE UTILIZADO	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS				
Sonae MC, SGPS,SA – papel comercial	–	140.000.000	13.500.000	266.000.000
Filial da Sonae MC 2014/2023	–	50.000.000	–	50.000.000
Filial da Sonae MC 2015/2023	–	20.000.000	–	20.000.000
Filial da Sonae MC 2017/2025	3.333.333	13.333.333	3.333.333	16.666.667
Sonae MC 2018/2031	–	55.000.000	–	55.000.000
Filial da Sonae MC / 2020/2025	–	55.000.000	–	–
Outros	364.178	1.087.500	492	–
	3.697.511	**334.420.833**	**16.833.825**	**407.666.667**
Descobertos bancários (Nota 20)	142.765	–	13.956	–
Custos de montagem de financiamentos	–	(447.189)	–	–
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	**3.840.276**	**333.973.644**	**16.847.781**	**407.666.667**
EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES:				
1) e 2) Obrigações Sonae MC / dezembro 2015/2024	–	50.000.000	–	50.000.000
1) Obrigações Sonae MC / maio 2015/2022	–	75.000.000	–	75.000.000
1) e 2) Obrigações Sonae MC/ dezembro 2019/2024	–	30.000.000	–	30.000.000
1) Obrigações Sonae MC / junho 2016/2021	–	–	–	95.000.000
1) Obrigações Sonae MC/ setembro 2016/2021	–	–	3.000.000	3.000.000
1) Obrigações Sonae MC / Abril 2020/2027	–	95.000.000	–	–
Obrigações Sonae MC / Julho 2020/2025	–	50.000.000	–	–
Obrigações Sonae MC / Julho 2020/2025	–	22.500.000	–	–
Custos de montagem de financiamentos	–	(1.478.929)	(3.620)	(836.824)
EMPRÉSTIMOS POR OBRIGAÇÕES	**–**	**321.021.071**	**2.996.380**	**252.163.176**
Outros empréstimos	66.927	–	–	–
Credores por locações financeiras	–	–	10.613	956
Instrumentos derivados (Nota 24)	1.170.794	–	420.098	–
OUTROS EMPRÉSTIMOS	**1.237.721**	**–**	**430.711**	**956**
SALDO FINAL	**5.077.997**	**654.994.715**	**20.274.872**	**659.830.799**

1) anteriormente denominado Sonae Investimentos, SGPS;
2) maturidade das obrigações estendida até 2024.

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2020 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,13% (1,20% em 31 de dezembro de 2019). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
N+1	3.907.204	7.281.905	19.858.394	6.350.719
N+2	189.420.833	6.822.483	251.334.289	5.043.919
N+3	99.444.444	5.449.975	138.333.333	3.296.450
N+4	99.444.444	4.325.124	115.444.444	2.433.442
N+5	155.944.444	2.808.276	109.444.444	1.530.870
Após N+5	112.666.668	2.818.281	46.111.111	2.150.579
	660.828.037	**29.506.044**	**680.526.017**	**20.805.979**

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2020 existiam operações de financiamento com *covenants* financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2020e 2019, a Sonae MC dispunha conforme detalhado na Nota 20, «Caixa e equivalentes de caixa», o valor de 194.280.818 euros (77.325.668 euros em 31 de dezembro de 2019) e ainda as linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	COMPROMISSOS INFERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS SUPERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS INFERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS SUPERIORES A 1 ANO
Montantes de linhas disponíveis (Nota 3.3)	94.000.000	265.000.000	124.000.000	284.000.000
Montantes de linhas contratadas	94.000.000	405.000.000	129.000.000	550.000.000

24.
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

DERIVADOS DE TAXA DE CÂMBIO

A Sonae MC utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae MC contratou diversos «forwards» de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 1.170.794 euros, e no ativo de 159.480 euros (420.098 euros no passivo e 394.309 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2019) (Nota 11 e 23).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de «Outros Rendimentos e Ganhos financeiros» ou «Gastos e Perdas financeiros».

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de «Reservas de cobertura», quando considerados de cobertura de «*cash flow*» e na rubrica «Diferenças Cambiais Operacionais», quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de «Outros gastos».

DERIVADOS DE TAXA DE JURO

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

OUTROS DERIVADOS

Justo valor de instrumentos financeiros derivados

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
DERIVADOS DE COBERTURA				
Taxa de câmbio	159.840	394.309	1.170.794	420.098
Opção compra Eletricidade	2.503.186	–	–	–
	2.663.026	**394.309**	**1.170.794**	**420.098**

25.
OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica «Outros passivos não correntes» pode ser detalhada como segue:

O valor incluído na rubrica «Encargos assumidos na alienação de imóveis» é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos Sale & Leaseback estes valores foram pagos no momento da transação e a Sonae MC assumiu a responsabilidade futura.

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Credores por aquisição de investimentos financeiros	1.000.000	1.295.832
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	97.521	–
Outras dívidas a terceiros não correntes	338.354	527.556
TOTAL DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NOTA 5)	**1.435.875**	**1.823.388**
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 26)	1.551.057	1.358.081
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.6)	19.546.085	19.453.371
Outros acréscimos e diferimentos	138.943	84.228
OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES	**22.671.960**	**22.719.068**

26.
RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Sonae MC, SGPS concedeu, em 2019 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3.º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser resumidas como segue:

				NÚMERO DE AÇÕES		JUSTO VALOR	
AÇÕES	ANO DE ATRIBUIÇÃO	ANO DE VENCIMENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
	2017	2020	43	–	1.969.703	–	1.057.172
	2018	2021	41	1.333.701	2.131.656	1.227.732	960.552
	2019	2022	42	1.813.151	2.319.597	1.438.053	1.122.856
	2020	2023	43	3.108.819	–	1.361.956	–
TOTAL				6.255.671	6.420.956	4.027.741	3.140.580

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2020 e de 2019, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	1.182.105	1.554.880
Registado em exercícios anteriores	1.211.470	1.113.746
	2.393.575	**2.668.626**
Registado em outros passivos não correntes (Nota 25)	1.551.057	1.358.081
Registado em outros passivos correntes (Nota 29)	842.518	1.310.545
	2.393.575	**2.668.626**

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

27.
FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

		A PAGAR	
	31 DEZ 2020	ATÉ 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS
Fornecedores conta corrente	739.355.687	739.353.656	2.031
Fornecedores, faturas em receção e conferência	55.596.856	55.596.856	-
	794.952.544	794.950.512	2.031

		A PAGAR	
	31 DEZ 2019	ATÉ 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS
Fornecedores conta corrente	824.890.076	822.385.292	2.504.784
Fornecedores, faturas em receção e conferência	46.067.495	46.067.494	-
	870.957.571	868.452.786	2.504.784

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae MC. A Sonae MC entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A Sonae MC mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneio, mediante a confirmação pela Sonae MC da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

28.
OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica «Outras dívidas a terceiros» pode ser detalhada como segue:

		A PAGAR		
	31 DEZ 2020	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	55.394.882	55.242.720	18.869	133.293
Outras dívidas	30.390.950	30.387.776	–	3.174
	87.785.832	85.630.496	18.869	136.467
Empresas participadas e participantes	–			
	85.785.832			

		A PAGAR		
	31 DEZ 2019	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	53.542.714	50.807.922	1.412.096	1.322.696
Outras dívidas	23.025.608	23.025.608	–	–
	76.568.322	73.833.530	1.412.096	1.322.696
Empresas participadas e participantes	–			
	76.568.322			

A rubrica «Outras dívidas» inclui:

- 12.234.546 euros (11.199.287 euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a descontos atribuídos, no âmbito «Cartão Cliente», ainda não rebatidos;
- 4.071.365 euros (391.200 euros em 31 de dezembro de 2019) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

29.
OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica «Outros passivos correntes» pode ser detalhada como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Gastos com o pessoal	107.986.632	100.675.763
Licenças de acesso a software	9.911.200	–
Outros fornecimentos e serviços externos	35.492.412	29.377.014
Publicidade e propaganda	8.595.476	14.347.895
Passivos de locação	3.024.179	2.296.953
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	1.686.759	1.744.512
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.6 e Nota 25)	1.287.002	1.176.326
Rendas fixas debitadas antecipadamente	5.534.462	1.284.399
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 26)	842.518	1.310.545
Encargos financeiros a liquidar	1.311.689	892.991
Outros	10.262.778	7.131.834
	185.935.107	160.238.232

Esta rubrica inclui essencialmente Acréscimo de gastos incorridos no ano a liquidar no ano seguinte.

30.
PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

RUBRICAS	SALDO A 1 JAN 2020	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E OUTROS MOVIMENTOS	SALDO A 31 DEZ 2020
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	769.213	–	–	–	769.213
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	86.688.619	4.404.561	(364.554)	–	90.728.626
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 7)	6.839.207	863.797	(1.038.569)	–	6.664.435
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14)	3.157.289	1.409.270	(689.030)	–	3.877.529
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15)	3.856.935	527.790	(1.451.140)	–	2.933.585
Provisões não correntes	9.418.605	–	(2.725.277)	(358.509)	6.334.819
Provisões correntes	561.741	1.092.565	(292.758)	–	1.361.548
	111.291.609	**8.297.983**	**(6.561.328)**	**(358.509)**	**112.669.755**

RUBRICAS	SALDO A 1 JAN 2019	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E OUTROS MOVIMENTOS	SALDO A 31 DEZ 2019
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	3.401.434	15.000	(2.647.221)	-	769.213
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	84.590.757	3.265.794	(1.133.310)	(34.622)	86.688.619
Perdas por imparidade em ativos intangíveis (Nota 7)	6.921.736	171.142	(253.671)	-	6.839.207
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 14)	2.953.919	860.214	(663.555)	6.711	3.157.289
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 15)	3.765.016	503.527	(411.608)	-	3.856.935
Provisões não correntes	9.570.442	-	(151.837)	-	9.418.605
Provisões correntes	908.401	333.010	(679.670)	-	561.741
	112.111.705	**5.148.687**	**(5.940.872)**	**(27.911)**	**111.291.609**

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o valor de «Aumentos» e «Diminuições» de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidade na demonstração de resultados	13.287.788	3.546.649
Utilização da provisão pela alienação da Ulabox	–	(2.384.956)
Utilizações e reversões registados em ativos fixos tangíveis e intangíveis	(1.174.922)	(820.070)
Utililizações diretas de imparidades para contas a receber	(3.090.504)	(454.433)
Encerramento da Turquia	–	(378.000)
Imparidade de goodwill (Nota 9)	(7.088.699)	–
Conversão cambial	–	(151.838)
Outros	(197.008)	(149.537)
	1.736.655	**(792.185)**

As rubricas «Provisões não correntes» e «Provisões Correntes» incluem o valor de 6.334.819 euros (9.418.665 euros em 31 de dezembro de 2019) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da subsidiária Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

31.
RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2020, é como se segue:

	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NOTA 23)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOTA 24)	PASSIVOS DE LOCAÇÃO (NOTA 8)
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2020	679.674.004	25.789	1.006.392.063
FLUXOS DE CAIXA:			
Recebimentos de dívida financeira	3.863.282.112	-	-
Pagamentos de dívida financeira	(3.883.097.333)	-	(138.912.784)
Descobertos Bancários	128.809	-	-
Atualização da dívida financeira	-	-	65.471.602
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(1.518.021)	-
Gastos de montagem dos financiamentos	(1.085.674)	-	-
Rendas não pagas	-	-	(4.389.310)
Descontos de renda relativos a impacto da pandemia (Nota 36)			(3.353.130)
Aumento/(diminuição) de contratos de locação	-	-	167.701.657
	658.901.918	**(1.492.232)**	**1.092.910.098**

32.
ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS:		
Por processos fiscais em curso	900.887.077	918.933.032
Por processos judiciais em curso	155.256	121.808
Por processos autárquicos em curso	5.966.077	6.771.833
Contratuais por bom cumprimento	17.088.947	14.669.245
Outras garantias	354.876	2.992.770
GARANTIAS E FIANÇAS PRESTADAS A FAVOR DE PARTES RELACIONADAS:		
Por processos fiscais em curso	26.622.020	26.622.020

PROCESSOS FISCAIS

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 514,1 milhões de euros (509,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). O valor mais significativo ascende a 480,5 milhões de euros (480,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) é relativo ao período de 2004 a 2013 e encontra-se relacionado com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;

- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 10,2 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 42,8 milhões de euros (272,6 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES RELATIVOS A PROCESSOS FISCAIS PAGOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS AO FISCO

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo do regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 20,1 milhões de euros que permanecem haver do Estado, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser-lhe dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento.

OUTROS PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 17,2 milhões de euros (24,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2020 a 15 milhões de euros (21,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 77,9 milhões de euros (41,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária.

Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae MC SGPS, SA (ex – Sonae Investimentos), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como «Plano EDP Continente». De referir que o Plano Edp/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão da AdC. Em 30 de Setembro de 2020, foi proferida sentença que confirmou o entendimento da AdC quanto à ilicitude do comportamento em causa, embora reduzindo os montantes da coima para, respetivamente, 2,52 milhões de euros e 6,12 milhões de euros. O Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, mantém a expectativa de que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, *hard-discounts* e seus fornecedores).

No contexto de uma investigação a AdC instaurou vários processos de contraordenação. Foram, até hoje, emitidas 8 Notas de Ilicitude em 8 desses processos, tendo sido exercício o direito de defesa, à exceção das duas últimas Notas de Ilicitude tornadas públicas, em que o prazo se encontra suspenso desde 22.01.2021, por força do regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19. No decurso do ano de 2020, a AdC proferiu decisões de condenação em dois desses processos tendo fixado à MCH uma «coima de concurso» no valor de € 121,9 milhões de euros. As decisões condenatórias podem e serão impugnadas junto do Tribunal de Concorrência, sendo que o prazo se encontra igualmente suspenso desde 22.01.2021, por força do regime de suspensão de prazos processuais e procedimentais decorrente das medidas adotadas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores económicos, o Conselho de Administração discorda do entendimento e da decisão da Autoridade da Concorrência, que considera totalmente infundada, pelo que os competentes recursos serão apresentados, não tendo, por este motivo, constituído quaisquer provisão.

33.
LOCAÇÕES OPERACIONAIS – LOCADOR

Nas locações operacionais em que a Sonae MC age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, ascenderam a 25.279.742 euros e 29.785.863 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Sonae MC tinha celebrado como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) vencem como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
VENCÍVEIS EM:		
N+1 renovável automaticamente	568.543	741.235
N+1	27.822.614	29.084.549
N+2	24.304.520	25.181.628
N+3	20.313.364	20.735.005
N+4	17.233.285	17.117.925
N+5	15.833.567	14.432.222
Após N+5	13.983.460	37.278.317
	120.059.353	**144.570.881**

34.
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As «Vendas e as prestações de serviços» nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Vendas de mercadorias	5.046.752.342	4.573.923.275
Prestações de serviços	105.757.415	128.090.850
	5.152.509.757	**4.702.014.125**

35.
RESULTADOS FINANCEIROS

Os «Resultados financeiros» nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 têm a seguinte decomposição:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
GASTOS E PERDAS		
JUROS SUPORTADOS		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	(3.863.730)	(4.194.699)
Relativos a obrigações não convertíveis	(3.562.275)	(3.839.788)
Relativos a locações operacionais (Nota 8)	(65.471.602)	(61.205.055)
Outros	(602.465)	(821.236)
	(73.500.072)	**(70.060.778)**
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(10.377.673)	(4.777.439)
Diferenças de câmbio desfavoráveis relativas a empréstimos	(2.451.990)	–
Encargos de emissão de dívida	(2.801.810)	(2.927.014)
Outros	(877.700)	(1.323.917)
	(90.009.245)	**(79.089.148)**
RENDIMENTOS E GANHOS		
JUROS OBTIDOS		
Relativos a depósitos bancários	3.991	14.311
Outros	1.500.017	476.404
	1.504.008	**490.715**
Relativos a depósitos bancários	10.026.404	3.829.882
Outros	21.111	478.005
	11.551.523	**4.798.602**
RESULTADOS FINANCEIROS	**(78.457.722)**	**(74.290.546)**

36.
OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos «Outros rendimentos» nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Rendimentos suplementares	28.315.266	29.397.686
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.233.343	24.034.759
Trabalhos para a própria entidade (Nota 7)	10.625.203	10.813.167
Diferenças cambiais	10.287.879	9.072.446
Ganhos na alienação de ativos	4.236.695	7.048.307
Descontos de rendas Fixas (Nota 31)	3.353.130	–
Subsídios à exploração	2.966.378	1.035.584
Outros	4.085.186	5.070.062
	88.103.080	**86.472.011**

Na rubrica de «Ganhos na alienação de ativos» estão incluídos os ganhos relativos à operação de «Sale & Leaseback» no valor de 2,9 milhões de euros (3,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019) (nota 6).

37.
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos «Fornecimentos e serviços externos» nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Trabalhos especializados	68.895.655	61.777.202
Electricidade e combustíveis	65.699.269	64.289.516
Publicidade e propaganda	56.480.333	60.007.628
Transportes de mercadorias	39.514.304	34.826.701
Limpeza, higiene e conforto	39.421.165	25.767.665
Conservação e reparação	29.329.510	26.555.712
Rendas e alugueres	25.526.393	25.642.181
Vigilância e segurança	21.509.744	17.519.821
Custos com terminais pagamento automático	13.612.469	10.996.664
Entregas ao domicílio	12.687.870	8.316.454
Materiais de consumo	10.244.561	10.068.041
Comunicação	5.273.895	5.248.906
Seguros	5.268.369	4.837.299
Deslocações e estadas	3.543.603	6.012.952
Subcontratos	2.465.260	3.791.121
Outros	43.406.613	33.872.724
	442.879.013	**399.530.587**

Conforme referido na nota introdutória, algumas das operações dos negócios do Grupo foram significativamente afetadas pelo contexto de pandemia, tendo este facto implicado um aumento significativo ao nível dos gastos com higienização de espaços e equipamento de proteção individual, bem como o aumento de gastos de logística (entregas ao domicílio).

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

38.
GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos «Gastos com o pessoal» nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Remunerações	474.307.954	448.922.190
Encargos sobre remunerações	97.388.323	91.946.780
Seguros	9.796.277	8.982.274
Gastos com ação social	6.234.678	3.232.295
Outros gastos com pessoal	17.595.893	17.738.164
	605.323.125	**570.821.703**

Conforme referido na nota introdutória, no caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um premio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial as famílias portuguesas.

39.
OUTROS GASTOS

A repartição dos «Outros gastos» nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é a seguinte:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Cartão Galp/Continente	12.126.184	13.700.877
Variação cambial	11.826.229	9.904.310
Donativos	11.739.270	8.913.604
Impostos indiretos e taxas	7.037.167	6.733.005
Perdas na alienação e abates de ativos	4.535.283	6.186.349
Imposto municipal sobre imóveis	2.053.141	2.224.105
Outros gastos	2.451.592	1.941.638
	51.768.866	**49.603.888**

40.
IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são detalhados como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Imposto corrente	(23.307.130)	(13.678.078)
Imposto diferido (Nota 19)	(8.590.850)	(8.496.534)
	(31.897.980)	**(22.174.612)**

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2020 e de 2019 pode ser analisada como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Resultado antes de impostos	176.376.597	159.562.158
TAXA TEORICA DE 21%	**37.039.085**	**33.508.053**
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(12.730.362)	(7.012.508)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas e outras	(2.569.604)	(1.091.616)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 10)	(186.366)	(105.535)
Provisões e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	1.488.627	-
Prejuízos fiscais gerados e utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	96.637	502.402
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha (Nota 19)	5.816.679	5.816.679
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	2.354.411	-
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	1.082.910	110.166
Utilização de benefícios fiscais	(8.031.786)	(6.555.907)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	1.376.467	(4.950.830)
Tributação autónoma	1.095.960	1.320.855
Derrama	4.506.869	2.708.870
Outros	558.453	(2.076.017)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	**31.897.980**	**22.174.612**

41.
PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	EMPRESA - MÃE		EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Vendas e prestação de serviços	2.646.165	1.446.388	2.601.816	2.828.107
Outros rendimentos	178.797	90.177	161.545	256.229
Rendimentos e ganhos financeiros	–	–	–	–
Custo das vendas	–	–	280.821.018	268.546.594
Fornecimentos e serviços externos	5.682.296	2.608.702	1.230.493	1.728.181
Outros gastos	5	145	1	5
Gastos e perdas financeiras	339.927	312.843	–	–
	8.847.190	**4.458.255**	**284.814.873**	**273.359.116**

	EMPRESAS ASSOCIADAS		OUTRAS PARTES RELACIONADAS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Vendas e prestação de serviços	42.631.262	46.224.664	94.683.563	95.762.316
Outros rendimentos	166.004	386.551	18.254.215	10.760.101
Rendimentos e ganhos financeiros	–		–	
Custo das vendas	–	22.272	35.839.408	24.931.567
Fornecimentos e serviços externos	–	13.104	27.171.068	35.158.623
Outros gastos	1	11.482	984.166	744.531
Gastos e perdas financeiras	–	–	6.522.323	6.817.146
	42.797.268	**46.658.073**	**183.454.742**	**174.174.284**

	EMPRESA – MÃE		EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Clientes	308.931	410.300	720.912	564.183
Outras dividas de terceiros	64.077	26.647	356.299	516.005
Imposto sobre o rendimento a receber	14.321.505	32.915.209	–	
Outros ativos correntes	40.467	40.352	–	169.086
Fornecedores	2.227.723	1.722.869	78.954.260	74.436.005
Outras dividas a terceiros	1.401.946	281.156	–	106.409
Imposto sobre o rendimento a pagar	13.761.526	20.886.901	–	
Outros passivos correntes	710.839	1.021.018	154.932	137.426
	37.039.085	**33.508.053**	**80.186.403**	**75.929.114**
Aquisição de ativos fixos tangiveis	173	3.507	–	–
Alienação de ativos fixos tangiveis	4.557	1.762	8.615	–
	4.731	**5.269**	**8.615**	**–**

	EMPRESAS ASSOCIADAS		OUTRAS PARTES RELACIONADAS	
	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Outros ativos não correntes	–	–	–	259.783
Clientes	3.220.747	2.261.161	21.340.560	69.762.725
Outras dividas de terceiros	9.261	24.553	10.721.681	21.267.534
Imposto sobre o rendimento a receber	–	–	6.911.074	3.113.129
Outros ativos correntes	–	111.067	3.468.847	3.876.244
Outros passivos não correntes	–	–	347.197	391.535
Fornecedores	2.097	6.573	7.867.024	9.665.997
Outras dividas a terceiros	–	1.546	9.241.595	10.983.698
Imposto sobre o rendimento a pagar	–	55.660	30.755.419	23.022.914
Outros passivos correntes	–	197.443	14.800.700	4.694.032
	3.232.106	**2.658.003**	**105.454.097**	**147.037.591**
Aquisição de ativos fixos tangiveis	–	4.126	4.297.981	23.086.634
Alienação de ativos fixos tangiveis	–	277.996	611.265	1.174.788
Aquisição de ativos intangiveis	–	–	1.388.496	3.081.313
Alienação de ativos intangiveis	–	–	10.570	7.712.623
	–	**282.122**	**6.308.311**	**35.055.358**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae MC, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, tem a seguinte composição:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIREÇÃO ESTRATÉGICA a)	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIREÇÃO ESTRATÉGICA a)
Benefícios de curto prazo	202.500	2.861.460	375.000	2.579.425
Benefícios com base em ações	–	1.032.900	–	911.200
	202.500	**3.894.360**	**375.000**	**3.490.625**

a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae MC (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae MC).

42.
RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	OPERAÇÕES CONTINUADAS	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	OPERAÇÕES CONTINUADAS	OPERAÇÕES DESCONTINUADAS
RESULTADOS				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	139.394.341	3.955.455	131.795.416	504.843
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	**139.394.341**	**3.955.455**	**131.795.416**	**504.843**
NUMERO DE AÇÕES				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	–	–	–	–
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**	**1.000.000.000**
RESULTADO POR AÇÃO				
Básico	0,139394	0,003955	0,131795	0,000505
Diluído	0,139394	0,003955	0,131795	0,000505

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

43.
RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser analisados como segue:

PAGAMENTOS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Aquisição da Arenal Perfumarias, S.L.U. e Tomenider, S.L.	–	47.039.289
Aquisição da Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	–	2.472.365
Aquisição MCCARE – Serviços de Saude, SA	–	4.632.682
Aquisição SK – Skin Health Cosmetics	–	2.245.899
Acerto preço na alienação de filial	–	1.526.103
Aumento capital na Movvo	–	850.000
Fundo compensação Trabalho	1.275.612	1.085.594
Outros	648.678	–
	1.924.290	**59.851.932**

44.
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de abril de 2021, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

45.

EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas subsidiárias incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são as seguintes:

				PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO			
				31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	FIRMA		SEDE SOCIAL	DIRETO*	TOTAL*	DIRETO*	TOTAL*
	Sonae MC SGPS, SA		Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
	Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Arenal Perfumerias SLU	a)	Lugo (Espanha)	100,00%	60,00%	100,00%	60,00%
	Asprela — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Azulino Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	BB Food Service, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bertimóvel — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Bom Momento — Restauração, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Brio — Produtos de Agricultura Biológica, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Canasta — Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Chão Verde — Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Citorres — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Contimobe — Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a)	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Continente Hipermercados, SA	a)	Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Cumulativa — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Elergone Energias, Lda	a)	Matosinhos	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
	Farmácia Selecção, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fozimo — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a)	Maia	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
	Go Well — Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	a)	Lisboa	100,00%	100,00%	51,00%	51,00%
	Igimo — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Iginha — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoestrutura — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imomuro — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imoresultado — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Imosistema — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1	Closer Look Design, Lda	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MCCARE — Serviços de Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	MJLF — Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo — Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
	Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmacontinente — Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Pharmaconcept — Atividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Ponto de Chegada — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predicomercial — Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Predilugar — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SCBrasil Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Selifa — Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sempre à Mão — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	SK Skin Health Cosmetics, SA	a)	Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Socijofra — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sociloures — Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonae MC — Serviços Partilhados, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonaerp — Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
	Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2	Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	-	-
	Tomenider	a)	Lugo (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
	Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2	Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	-	-

* A percentagem de capital detido «Total» representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido «Direto» corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa;

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;
b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

1 Ex Make Notes Design, Lda
2 Subsidiária liquidada no período, motivo pelo qual se encontra classificada em operações descontinuadas no período.

Estas empresas subsidiárias foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

46.
EVENTOS SUBSEQUENTES

À data de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas não existem eventos subsequentes que devam ser divulgados.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 6 de abril de 2021.

O Conselho de Administração,

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SEPARADAS



DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Investimentos	5	2.164.753.787	2.143.568.529
Imposto sobre o rendimento	8	2.916.832	2.916.832
Ativos por impostos diferidos		1.135	10.431
Outros ativos não correntes	4, 6	370.969.603	412.306.030
Total de ativo não corrente		**2.538.641.357**	**2.558.801.822**
ATIVO CORRENTE			
Outras contas a receber	4, 7	378.853.296	351.970.389
Imposto sobre o rendimento	8	9.255.600	21.136.537
Outros ativos correntes	4, 9	3.522.274	3.451.025
Caixa e equivalentes de caixa	4, 10	79.699.248	10.358.816
Total de ativo corrente		**471.330.418**	**386.916.767**
TOTAL DO ATIVO		**3.009.971.775**	**2.945.718.589**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	11	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais		186.480.406	177.949.491
Outras reservas e resultados transitados	11	112.100.730	25.013.347
Resultado líquido do exercício		237.729.816	170.618.298
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		**1.536.310.952**	**1.373.581.136**
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos obrigacionistas	4, 12	321.021.071	252.163.176
Empréstimos bancários	4, 12	194.599.695	321.000.000
Outros passivos não correntes		50.021	294.521
Total de passivo não corrente		**515.670.787**	**573.457.697**
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos obrigacionistas	4, 12	–	2.996.380
Empréstimos bancários	4, 12	–	13.500.000
Fornecedores	4	96.516	192.417
Outras contas a pagar	4, 14	952.593.786	977.345.464
Imposto sobre o rendimento	8	2.101.152	2.101.152
Outros passivos correntes	4, 15	3.198.582	2.544.343
Total de passivo corrente		**957.990.036**	**998.679.756**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		**3.009.971.775**	**2.945.718.589**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	18	244.613.180	175.037.856
Rendimentos e ganhos financeiros	19	10.020.210	16.212.066
Outros rendimentos		1.363.816	1.956.787
Fornecimentos e serviços externos	20	(2.767.213)	(2.835.924)
Gastos com o pessoal	21	(303.564)	(502.076)
Provisões e perdas por imparidade		–	378.363
Gastos e perdas financeiras	19	(18.045.515)	(22.168.356)
Outros gastos		(38.559)	(41.293)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**234.842.355**	**168.037.423**
Imposto sobre o rendimento	8	2.887.461	2.580.875
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**237.729.816**	**170.618.298**
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)	**22**	**0,2377**	**0,1706**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de janeiro de 2019		1.000.000.000	174.887.958	778.740.908	–	61.230.652	2.014.859.518
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		–	–	–	–	170.618.298	170.618.298
Aplicação do resultado de 2018							
Transferência para reservas	11	–	3.061.533	–	–	(3.061.533)	–
Distribuição de dividendos	11	–	–	(16.830.881)	–	(58.169.119)	(75.000.000)
Fusão		–	–	(736.896.680)	–	–	(736.896.680)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**11**	**1.000.000.000**	**177.949.491**	**25.013.347**	**–**	**170.618.298**	**1.373.581.136**
Saldo em 1 de janeiro de 2020	11	1.000.000.000	177.949.491	25.013.347	–	170.618.298	1.373.581.136
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO		–	–	–	–	237.729.816	237.729.816
Aplicação do resultado de 2019							
Transferência para reservas	11	–	8.530.915	87.087.383	–	(95.618.298)	–
Distribuição de dividendos	11	–	–	–	–	(75.000.000)	(75.000.000)
Transferências	11	–	–	(7.080.512)	7.080.512	–	–
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**11**	**1.000.000.000**	**186.480.406**	**105.020.218**	**7.080.512**	**237.729.816**	**1.536.310.952**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	NOTAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos a fornecedores		(2.883.073)	(3.354.854)
Pagamentos ao pessoal		(309.951)	(545.127)
Fluxos gerados pelas operações		**(3.193.024)**	**(3.899.981)**
Recebimento/(pagamento) de imposto sobre o rendimento		14.784.120	(51.776)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		1.313.506	850.190
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		**12.904.602**	**(3.101.567)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos financeiros	5, 10	2.011.350	46.000
Juros e rendimentos similares		9.972.049	36.797.177
Dividendos	18	248.313.288	176.252.543
Outros		18.859	10.743
Empréstimos concedidos		3.418.398.087	4.229.368.633
		3.678.713.633	**4.442.475.096**
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos financeiros	5, 10	(23.266.680)	(356.772.711)
Empréstimos concedidos		(3.408.188.050)	(3.741.125.925)
		(3.431.454.730)	**(4.097.898.636)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		**247.258.903**	**344.576.460**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos obtidos	13	6.883.510.000	8.637.165.483
		6.883.510.000	**8.637.165.483**
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Outros juros e gastos similares		(18.126.090)	(40.169.536)
Dividendos		(75.000.000)	(75.000.000)
Empréstimos obtidos	13	(6.981.206.983)	(8.870.507.273)
		(7.074.333.073)	**(8.985.676.809)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		**(190.823.073)**	**(348.511.326)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		**69.340.432**	**(7.036.433)**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10	10.358.816	17.382.396
Caixa e seus equivalentes fusão por incorporação		–	12.853
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**10**	**79.699.248**	**10.358.816**

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

SONAE MC, SGPS, SA
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1.
NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE MC, SGPS, S.A. («Empresa» ou «Sonae MC»), é uma sociedade anónima, com sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal, cuja atividade principal é a gestão de participações sociais (nota 5).

A Empresa apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

2020 foi um ano marcado pela pandemia do COVID-19 e consequentes medidas restritivas à circulação de pessoas impostas por diversos Governos em todo o mundo, que abrangeram medidas de confinamento, restrições horárias e/ou encerramento de espaços comerciais.

Este contexto teve diferentes impactos na atividade das subsidiárias da Sonae MC, com níveis de intensidade distintos consoante o setor em que operam, e que naturalmente exigiram uma adaptação das respetivas operações.

Na Sonae MC, desde o início, foi implementado um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva Sonae em alinhamento com os CEO's dos vários negócios. Foram monitorizados de forma regular os impactos em cada negócio e foram executados planos de contingência que abrangeram toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

Desde meados de março de 2020, foram definidas e comunicadas a todos os colaboradores ações obrigatórias relativamente a: viagens de trabalho; participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; entre muitas outras. No que respeita as operações, e no sentido de garantir a saúde de colaboradores, parceiros e clientes, foram implementadas medidas essenciais como a higienização dos espaços, a utilização de equipamentos de proteção individual, ou limitação do número de pessoas por m². Em todas as funções em que tal é possível, foi implementado o trabalho remoto. Além disso, em todas as empresas do grupo totalmente controladas pela Sonae em Portugal, optou-se por não recorrer ao mecanismo de *lay-off* simplificado como forma de assegurar o rendimento integral dos colaboradores neste difícil contexto e de cumprir com a missão social da Empresa. No caso do retalho alimentar foi ainda atribuído um prémio monetário extraordinário aos colaboradores das lojas e entrepostos, como forma de reconhecimento pela sua disponibilidade para a prestação de um serviço essencial às famílias portuguesas.

Ao longo do ano, foram levadas a cabo diversas iniciativas de apoio generalizado às instituições (hospitais, autarquias, centros de apoio) através da doação de bens alimentares.

Os principais impactos e iniciativas por negócio encontram-se detalhados no relatório de gestão.

2.
PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras separadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor em 1 de janeiro de 2020 e conforme adotadas pela União Europeia.

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na nota 2.7.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras separadas.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

NOVAS NORMAS CONTABILÍSTICAS E SEU IMPACTO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas («*endorsed*») pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES ÀS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EFETIVAS A 1 DE JANEIRO DE 2020	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	01-Jan-20
IFRS 9, **IAS 39** e **IFRS 7** Reforma das taxas de juro de referência – fase 1	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura, para que a reforma das taxas de juro referência não afete a contabilidade de cobertura	01-Jan-20
IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras; e **IAS 8** Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de «material», na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	01-Jan-20
Estrutura concetual Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos/passivos e gastos/rendimentos	01-Jan-20

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE IRÃO ENTRAR EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas, adotadas («*endorsed*») pela União Europeia:

NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2020, JÁ ENDOSSADAS PELA UE	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IFRS 16 Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19	Aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificaçõess	01-Jun-20
IFRS 4 Diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	01-Jan-21

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras separadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras separadas decorrentes da sua adoção.

NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras separadas, adotadas («*endorsed*») pela União Europeia:

NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2020, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UE	ALTERAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (EXERCÍCIOS INICIADOS EM OU APÓS)
IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	01-Jan-23
IAS 16 Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	01-Jan-22
IAS 37 Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	01-Jan-22
Ciclo de melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	01-Jan-22
IFRS 3 Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	01-Jan-22
IFRS 9, **IAS 39, IFRS 7, IFRS 4** e **IFRS 16** Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência («IBOR»), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	01-Jan-21
IFRS 17 Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária	01-Jan-23
IFRS 17 Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações	01-Jan-23

Estas normas não foram ainda adotadas («endorsed») pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Sonae MC tem controlo, isto é, quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com as entidades, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do poder exercido sobre as entidades.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, ou seja, sobre as quais a Empresa tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da entidade, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

Os dividendos recebidos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos em subsidiárias e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras separadas não é recuperável. Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos a Sonae MC reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

As perdas por imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento e o valor contabilístico das participações financeiras. Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras separadas.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração separada da posição financeira conforme identificado na nota 4.

ATIVOS FINANCEIROS

Reconhecimento
Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação
A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

I) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

II) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
   a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
   b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

III) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração
A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas por imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em «Juros obtidos», nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade
A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: I) se o saldo a receber é imediatamente exigível («*on demand*»); II) se o saldo a receber tem baixo risco; ou III) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for «baixo» ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, nomeadamente «Outras contas a receber», a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros
A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Empresa tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

a) Empréstimos concedidos e outras contas a receber
Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração separada da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As contas a receber de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica «Perdas por imparidade em contas a receber», por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 2.3 a).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e equivalentes de caixa» correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração separada dos fluxos de caixa, a rubrica «Caixa e equivalentes de caixa» compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração separada da posição financeira na rubrica do passivo corrente «Empréstimos».

CLASSIFICAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO OU PASSIVO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:
i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e
ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria «Passivos financeiros ao custo amortizado» inclui os passivos apresentados nas rubricas «Empréstimos», «Fornecedores» e «Outras contas a pagar». Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2020, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como «Passivos financeiros ao custo amortizado».

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

a) Empréstimos obtidos
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração separada dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.5. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

b) Fornecedores e outras contas a pagar
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

c) Método da taxa de juro efetiva
O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

2.4 ATIVOS E PASSIVOS CONTIGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras separadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.5 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas «Outros ativos correntes» e «Outros passivos correntes» são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração separada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração separada da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras separadas. Os eventos após a data da demonstração separada da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração separada da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras separadas, se materiais.

2.7 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras separadas são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras separadas incluem:
a) Análises de imparidade de investimentos (notas 2.2 e 5);
b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes (notas 2.4 e 17).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras separadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras separadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.8 RESERVAS LEGAIS

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da «Reserva legal» até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

2.9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Sonae MC está inserida no grupo de empresas dominado pela Sonae, SGPS, SA, o qual é tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são registados por contrapartida daquela entidade e apresentados na rubrica «Imposto sobre o rendimento» da demonstração separada da posição financeira.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo. Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam o montante de imposto correspondente nas contas separadas, igualmente por contrapartida da rubrica da demonstração separada da posição financeira «Imposto sobre o rendimento».

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração separada da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras separadas corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae MC, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e., não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

2.10 TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 18.

3.
GESTÃO DE RISCO

Os princípios gerais da gestão de risco são aprovados pelo Conselho de Administração, sendo a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela gestão e tesouraria da Empresa.

3.1 RISCO DE MERCADO – RISCO TAXA DE JURO

Pela sua natureza e relevância, reveste-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado o risco de taxa de juro. A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos *cash-flows* e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Quando são utilizados derivados na gestão do risco de taxa de juro, os instrumentos utilizados pela Empresa são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração separada dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- A análise da sensibilidade é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração separada da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2020 teria tido um impacto negativo nos resultados antes de impostos, não superior a 4,1 milhões euros (1,2 milhões euros positivos em 2019), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da Empresa.

3.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa e entidades relacionadas têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os *cash-flows* previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2020 a maturidade média da dívida da Empresa, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,7 anos (2019: 4,5 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A Empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela Empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter de se refinanciar em condições desfavoráveis. Em 31 de dezembro de 2020 não existem empréstimos com vencimento em 2021 (em 31 de dezembro de 2019 existiam 17 milhões de euros com vencimento para 2020) e a Empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 94 milhões de euros (94 milhões de euros em 2019) com compromisso inferior ou igual a um ano e 265 milhões de euros (249 milhões de euros em 2019) com compromisso superior a um ano (nota 12). Adicionalmente, a Empresa possuía em 31 de dezembro de 2020 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 10. Face ao anteriormente exposto, embora o ativo corrente seja inferior ao passivo corrente, a Empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes, assim como à extensão de prazo dos empréstimos das entidades relacionadas.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 RISCO DE CRÉDITO

A Empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

Considera-se que os saldos de «Empréstimos concedidos a entidades relacionadas» têm risco de crédito baixo pelo que, consequentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o exercício ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo «risco de crédito baixo» quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

A Empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de *rating* tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

3.4 RISCO DE CAPITAL

A estrutura de capital da Sonae MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4.
CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 2.3, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram classificadas como segue:

		31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	NOTAS	ATIVOS A CUSTO AMORTIZADO	OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL	ATIVOS A CUSTO AMORTIZADO	OUTROS ATIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
ATIVOS NÃO CORRENTES							
Outros ativos não correntes	6	370.969.603	–	370.969.603	412.306.030	–	412.306.030
		370.969.603	**–**	**370.969.603**	**412.306.030**	**–**	**412.306.030**
ATIVOS CORRENTES							
Outras contas a receber	7	378.200.259	653.037	378.853.296	351.317.352	653.037	351.970.389
Outros ativos correntes	9	2.243.242	1.279.032	3.522.274	1.845.778	1.605.247	3.451.025
Caixa e equivalentes de caixa	10	79.699.248	–	79.699.248	10.358.816	–	10.358.816
		460.142.749	**1.932.069**	**462.074.818**	**363.521.946**	**2.258.284**	**365.780.230**
		831.112.352	**1.932.069**	**833.044.421**	**775.827.976**	**2.258.284**	**778.086.260**

		31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	NOTAS	PASSIVOS A CUSTO AMORTIZADO	OUTROS PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL	PASSIVOS A CUSTO AMORTIZADO	OUTROS PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
PASSIVOS NÃO CORRENTES							
Empréstimos obrigacionistas	12	321.021.071	–	321.021.071	252.163.176	–	252.163.176
Empréstimos bancários	12	194.599.695	–	194.599.695	321.000.000	–	321.000.000
Outros passivos não correntes		50.021	–	50.021	294.521	–	294.521
		515.670.787	**–**	**515.670.787**	**573.457.697**	**–**	**573.457.697**
PASSIVOS CORRENTES							
Fornecedores		96.516	–	96.516	192.417	–	192.417
Outras contas a pagar	14	952.584.370	9.416	952.593.786	977.319.101	26.363	977.345.464
Outros passivos correntes	15	3.190.097	8.485	3.198.582	2.544.343	–	2.544.343
		955.870.983	**17.901**	**955.888.884**	**996.552.241**	**26.363**	**996.578.604**
		1.471.541.770	**17.901**	**1.471.559.671**	**1.570.009.938**	**26.363**	**1.570.036.301**

5.
INVESTIMENTOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe dos movimentos nos investimentos foi como segue:

31 DEZ 2020								
EMPRESA	% DETENÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO				IMPARIDADE ACUMULADA (NOTA 16)	SALDO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL		
Modelo Continente Hipermercados, SA	100%	1.331.763.096	14.000.000 a)	–	1.345.763.096	–	1.345.763.096
Sonaerp – Retail Properties, SA	100%	354.563.564	4.800.000 a)	–	359.363.564	–	359.363.564
Sonvecap BV	100%	155.573.113	–	–	155.573.113	–	155.573.113
Marcas MC, zRT	100%	146.943.000	–	–	146.943.000	–	146.943.000
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	100%	62.032.319	–	–	62.032.319	–	62.032.319
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA	100%	50.082.875	4.000.000 a)	–	54.082.875	–	54.082.875
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, SA	50%	24.790.614	–	(2.000.000) d)	22.790.614	–	22.790.614
Farmácia Selecção, SA	100%	13.940.377	–	–	13.940.377	(3.860.377)	10.080.000
Go Well, SA	100%	4.059.657	400.000 b)	–	4.459.657	–	4.459.657
Sohi Meat Solutions – Dist. de Carnes, SA	50%	2.340.000	–	–	2.340.000	–	2.340.000
Elergone Energias, Lda	75%	1.196.862	–	–	1.196.862	–	1.196.862
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	143.429	–	–	143.429	(14.742) f)	128.687
SCBrasil Participações, Ltda	37%	19.600.308	–	–	19.600.308	(19.600.308)	–
Soflorin BV	100%	8.342.933	–	–	8.342.933	(8.342.933)	–
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	3.591.619	–	–	3.591.619	(3.591.619)	–
Sonae MC S2 Africa Limited	100%	1.200	66.680 c)	–	67.880	(67.880)	–
MOVVO, SA	–	3.632.843	–	(3.632.843) e)	–	–	–
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	–	396.395	–	(396.395) e)	–	–	–
		2.182.994.204	**23.266.680**	**(6.029.238)**	**2.200.231.646**	**(35.477.859)**	**2.164.753.787**

a) Aumentos de capital;
b) Aquisição do capital remanescente;
c) Constituição de prestações acessórias e de imparidade sobre as mesmas, uma vez que a entidade está em liquidação (nota 18);
d) Restituição de prestações acessórias;
e) Conclusão da liquidação da MOVVO, SA e da Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti, para as quais tinha sido constituída, em exercícios anteriores, imparidade sobre a totalidade do investimento;
f) Durante o exercício de 2020 foi constituída imparidade sobre o investimento no Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois (nota 18).

31 DEZ 2019								
EMPRESA	% DETENÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO					IMPARIDADE ACUMULADA (NOTA 16)	SALDO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
		SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	FUSÃO/CISÃO	SALDO FINAL		
Modelo Continente Hipermercados, SA	100%	–	296.640.000 a)	–	1.035.123.096 d) e) f)	1.331.763.096	–	1.331.763.096
Sonaerp – Retail Properties, SA	100%	–	52.000.000 a)	–	302.563.564 d)	354.563.564	–	354.563.564
Sonvecap BV	100%	–	–	–	155.573.113 d)	155.573.113	–	155.573.113
Marcas MC, zRT	100%	–	–	–	146.943.000 d)	146.943.000	–	146.943.000
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	100%	60.032.319	2.000.000 a)	–	–	62.032.319	–	62.032.319
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA	100%	–	2.000.000 a)	–	48.082.875 d) f)	50.082.875	–	50.082.875
Modelo – Dist. de Mat. de Construção,SA	50%	24.790.614	–	–	–	24.790.614	–	24.790.614
Farmácia Selecção, SA	100%	–	4.000.000 a)	–	9.940.377 d)	13.940.377	(3.860.377)	10.080.000
Go Well, SA	51%	–	132.711 b)	–	3.926.946 d)	4.059.657	–	4.059.657
Sohi Meat Solutions -Dist. de Carnes, SA	50%	–	–	–	2.340.000	2.340.000	–	2.340.000
Elergone Energias, Lda	75%	1.196.862	–	–	–	1.196.862	–	1.196.862
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	143.429	–	–	–	143.429	–	143.429
Modelo Continente, SGPS, SA	100%	1.438.804.276	–	–	(1.438.804.276) d)	–	–	–
SCBrasil Participações, Ltda	37%	19.600.308	–	–	–	19.600.308	(19.600.308)	–
MOVVO, SA	25,58%	3.632.843	–	–	–	3.632.843	(3.632.843)	–
Soflorin BV	100%	–	–	–	8.342.933 d)	8.342.933	(8.342.933)	–
Zippy cocuk malz. dag.ith.ve tic. ltd.sti	100%	–	–	–	3.591.619 d)	3.591.619	(3.591.619)	–
Bom Momento – Restauração, SA	–	–	– c)	(727.256)	727.256 d) e)	–	–	–
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	100%	–	–	–	396.395 d)	396.395	(396.395)	–
Sonae MC S2 Africa Limited	100%	–	–	–	1.200 d)	1.200	(1.200)	–
		1.548.200.651	**356.772.711**	**(727.256)**	**278.748.098**	**2.182.994.204**	**(39.425.675)**	**2.143.568.529**

a) Aumentos de capital;
b) Entradas facultativas de capital;
c) Alienação a entidades relacionadas;
d) Fusão por incorporação da sociedade dominada Modelo Continente, SGPS, SA;
e) Cisão da Modelo Continente Hipermercados, SA para incorporação na sociedade Bom Momento – Restauração, SA;
f) Cisão da Modelo Continente Hipermercados, SA para incorporação na sociedade Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA.

Os principais indicadores financeiros das participadas da Empresa em 31 de dezembro de 2020 eram os seguintes:

31 DEZ 2020						
EMPRESA	% DETENÇÃO	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RÉDITO	RESULTADO LÍQUIDO
Elergone Energias, Lda	75%	24.270.923	9.134.078	15.136.845	68.449.220	4.338.964
a) Farmácia Selecção, SA	100%	10.579.980	777	10.579.203	-	411.692
b) Fundo Invest Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	-	-	-	-	-
a) Go Well, SA	100%	2.909.396	4.394.563	(1.485.167)	5.454.746	(1.611.115)
Marcas MC, zRT	100%	368.611.917	6.325.089	362.286.828	68.468.094	62.293.525
a) Modelo Continente Hipermercados, SA	100%	4.052.005.959	3.307.767.963	744.237.996	4.344.041.820	2.458.851
a) Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, SA	50%	83.761.229	39.280.724	44.480.505	115.647.785	9.008.007
a) Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA	100%	104.011.978	79.574.698	24.437.280	189.855.504	128.338
SCBrasil Participações, Ltda	37%	69.986.801	161.329.337	(91.342.536)	-	(23.700.708)
Soflorin BV	100%	77.444.536	71.788.290	5.656.246	-	(2.214)
a) Sohi Meat Solutions – Distribuição de Carnes, SA	50%	72.383.179	66.398.841	5.984.338	285.604.981	1.295.033
a) Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	100%	165.380.584	58.705.961	106.674.623	92.432.037	11.901.205
b) Sonae MC S2 Africa Limited	100%	-	-	-	-	-
a) SonaeRP – Retail Properties, SA	100%	800.866.352	480.203.639	320.662.713	21.391.319	7.736.368
Sonvecap BV	100%	172.483.316	159.733	172.323.583	-	8.329.405
b) Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	-	-	-	-	-

a) Indicadores retirados das demonstrações financeiras englobadas no exercício de consolidação da Sonae MC, SGPS, SA, as quais são preparadas de acordo com as IFRS
b) Informação não disponível

Os principais indicadores financeiros das participadas em 31 de dezembro de 2019 eram como segue:

31 DEZ 2019						
EMPRESA	% DETENÇÃO	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	RÉDITO	RESULTADO LÍQUIDO
a) Elergone Energias, Lda	75%	13.780.329	6.457.722	7.322.607	63.395.559	3.297.437
a) Farmácia Selecção, SA	100%	10.168.422	911	10.167.511	-	102.519
b) Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	-	-	-	-	-
a) Go Well, SA	51%	3.829.782	3.671.296	158.486	14.235.987	32.986
Marcas MC, zRT	100%	536.578.660	7.250.000	529.328.660	63.122.680	56.344.457
a) Modelo Continente Hipermercados, SA	100%	3.889.294.811	3.161.524.205	727.770.606	3.989.023.040	10.376.321
a) Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50%	84.962.940	34.892.707	50.070.233	95.132.050	5.908.998
b) Movvo, SA	25,58%	-	-	-	-	-
a) Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	100%	99.675.531	77.154.095	22.521.436	203.142.593	2.453.437
SCBrasil Participações, Ltda	37%	91.356.016	90.867.548	488.468	-	(8.484.144)
Soflorin BV	100%	27.062.397	21.403.937	5.658.460	-	(308.200)
a) Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	50%	67.135.630	61.253.414	5.882.216	267.877.312	1.256.749
a) Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	100%	154.910.367	49.192.559	105.717.808	93.498.458	13.528.103
b) Sonae MC S2 Africa Limited	100%	-	-	-	-	-
a) SonaeRP – Retail Properties, SA	100%	809.923.369	501.797.024	308.126.345	22.490.734	38.534.997
Sonvecap BV	100%	190.170.080	26.175.902	163.994.178	-	8.398.823
b) Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	100%	-	-	-	-	-
b) Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	100%	-	-	-	-	-

a) Indicadores retirados das demonstrações financeiras englobadas no exercício de consolidação da Sonae MC, SGPS, SA, as quais são preparadas de acordo com as IFRS
b) Informação não disponível

Os testes de imparidade aos investimentos são efetuados nos termos da política contabilística referida na nota 2.2 e com base na avaliação dos ativos das subsidiárias efetuada por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados.

Os principais pressupostos utilizados para a avaliação dos investimentos detidos pela Sonae MC podem ser resumidos como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado do capital	8,3%-10%	10%
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,50%	1,50%
Taxa composta de crescimento do rédito	-0,9% a 32,1%	0,2% a 43,9%

O teste de imparidade ao investimento na SonaeRP – Retail Properties, S.A. foi realizado com base na avaliação imobiliária reportada à data de relato, efetuada por entidades especializadas independentes e ao investimento na Marcas MC, zRT foi realizado com base no «*Royalty Relief Method*» utilizando uma taxa de *royalty* para atividades idênticas.

6.
OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe dos outros ativos não correntes era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 23)	394.347.009	431.796.798
Imparidade em empréstimos concedidos (Nota 16)	(23.427.427)	(19.834.376)
Outros ativos financeiros	50.021	343.608
	370.969.603	**412.306.030**

Os empréstimos concedidos a entidades relacionadas têm natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a entidades relacionadas é avaliada conforme descrito na alínea a) da nota 2.3.

7.
OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe das outras contas a receber era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 23)	372.168.000	344.984.087
Juros a receber	6.020.064	6.193.142
Outros devedores	860.921	1.030.165
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 16)	(195.689)	(237.005)
	378.853.296	**351.970.389**

Os empréstimos concedidos a entidades relacionadas vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano. Não existiam ativos vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. O justo valor dos empréstimos concedidos a entidades relacionadas é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a entidades relacionadas é avaliada conforme descrito na alínea a) da nota 2.3.

8.
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe da rubrica «Imposto sobre o rendimento» na demonstração separada da posição financeira era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Liquidações adicionais IRS	17.721	17.721
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3.nov)	1.002.114	1.002.114
Programa especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002 de 14.nov)	1.108.699	1.108.699
Programa especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2011 de 31.out)	788.298	788.298
ATIVOS NÃO CORRENTES	**2.916.832**	**2.916.832**
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.289.425	16.170.362
Imposto de exercícios anteriores	4.966.175	4.966.175
ATIVOS CORRENTES	**9.255.600**	**21.136.537**
Imposto de exercícios anteriores	2.101.152	2.101.152
PASSIVOS CORRENTES	**2.101.152**	**2.101.152**

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2017 de 3 de novembro) correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se a tramitação dos processos judiciais, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae MC que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

A rubrica do ativo corrente «Imposto sobre o rendimento do exercício» inclui a estimativa de IRC e retenções na fonte do exercício. Inclui ainda imposto a receber de exercícios anteriores. Estes montantes foram registados por contrapartida da Sonae, SGPS, SA, dado que a Empresa é tributada ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades, dominado por aquela entidade.

O saldo da rubrica «Imposto de exercícios anteriores» corresponde aos montantes a receber e pagar, relativos aos exercícios em que a Empresa era sociedade dominante do RETGS.

O «Imposto sobre o rendimento» reconhecido na demonstração separada dos resultados dos exercícios de 2020 e 2019 detalha-se como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Imposto corrente	(2.896.757)	(2.577.790)
Imposto diferido	9.296	(3.085)
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	**(2.887.461)**	**(2.580.875)**

A reconciliação do imposto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Resultado antes de imposto	234.842.355	168.037.423
Taxa de imposto teórica	21,00%	21,00%
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO TEÓRICO	**49.316.895**	**35.287.859**
RESULTADOS NÃO TRIBUTADOS:		
Dividendos	(52.145.790)	(37.013.034)
(Reversão)/perdas por imparidade	(84.768)	114.285
(Mais)/menos valias fiscais e contabilísticas	–	143.064
Reversão de provisões tributadas	–	(79.389)
Perdas por imparidade em ativos	10.267	–
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto	44	(1.038.376)
Outros	15.891	4.716
TOTAL IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	**(2.887.461)**	**(2.580.875)**
TAXA DE IMPOSTO EFETIVA	**-1,23%**	**-1,54%**

9.
OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe dos outros ativos correntes era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Fianças	1.313.001	1.327.421
Juros a receber	743.211	331.327
Juros de mora ou indemnizatórios	187.030	187.030
DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS	**2.243.242**	**1.845.778**
Encargos com financiamentos	1.181.182	1.577.066
Seguros pagos antecipadamente	97.850	28.181
GASTOS DIFERIDOS	**1.279.032**	**1.605.247**
	3.522.274	**3.451.025**

10.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Depósitos bancários	79.699.248	10.358.816
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	**79.699.248**	**10.358.816**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	**79.699.248**	**10.358.816**

Os recebimentos e pagamentos de investimentos e desinvestimentos ocorridos nos exercícios de 2020 e 2019 foram os seguintes:

	31 DEZ 2020			31 DEZ 2019		
	INVESTIMENTO / (DESINVESTIMENTO) DO EXERCÍCIO	VALOR RECEBIDO	VALOR PAGO	INVESTIMENTO / (DESINVESTIMENTO) DO EXERCÍCIO	VALOR RECEBIDO	VALOR PAGO
Modelo Continente Hipermercados, SA	14.000.000	–	14.000.000	296.640.000	–	296.640.000
Sonae Retail Properties SA	4.800.000	–	4.800.000	52.000.000	–	52.000.000
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA	4.000.000	–	4.000.000	2.000.000	–	2.000.000
Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	400.000	–	400.000	132.711	–	132.711
Sonae MC S2 Africa Limited	66.680	–	66.680	–	–	–
Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, SA	(2.000.000)	2.000.000	–	–	–	–
MOVVO, SA	(11.350)	11.350	–	–	–	–
Farmácia Selecção, SA	–	–	–	4.000.000	–	4.000.000
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	–	–	–	2.000.000	–	2.000.000
Bom Momento – Restauração, SA	–	–	–	(46.000)	46.000	–
	21.255.330	**2.011.350**	**23.266.680**	**356.726.711**	**46.000**	**356.772.711**

11.
CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1,00 euro.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital subscrito da Sonae MC era detido como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Sonae Holdings, SA	51,8269%	51,8269%
Sonae, SGPS, SA	35,0287%	35,0287%
Sonae Investments BV	13,1444%	13,1444%

Em 31 de dezembro de 2020 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas subsidiárias detinham 52,4817% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA, empresa que direta e indiretamente detém 100% da Empresa.

OUTRAS RESERVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram transferidos 7.080.512 euros de reservas, essencialmente relativas à transição para IFRS, para resultados transitados, uma vez que as mesmas se encontram livres para serem distribuídas.

Em 17 de setembro de 2019 a subsidiária, Modelo Continente, SGPS, SA, alienou 100.000.000 ações representativas do capital social da Sonae MC, SGPS, SA à Sonae, SGPS, SA, pelo que as reservas livres que se encontravam indisponíveis no montante de 320.000.000 euros, nos termos do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, passaram a estar disponíveis.

Os movimentos ocorridos em 2020 e em 2019 nestas reservas estão detalhados na demonstração separada das alterações no capital próprio.

12.
EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS E BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	MONTANTE UTILIZADO		MONTANTE UTILIZADO	
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Obrigações Sonae MC / dezembro 2015/2024	–	50.000.000	–	50.000.000
Obrigações Sonae MC / maio 2015/2022	–	75.000.000	–	75.000.000
Obrigações Sonae MC/ dezembro 2019/2024	–	30.000.000	–	30.000.000
Obrigações Sonae MC / junho 2016/2021	–	–	–	95.000.000
Obrigações Sonae MC / setembro 2016/2021	–	–	3.000.000	3.000.000
Obrigações Sonae MC / abril 2020/2027	–	95.000.000	–	–
Obrigações Sonae MC / julho 2020/2025	–	50.000.000	–	–
Obrigações Sonae MC / julho 2020/2025	–	22.500.000	–	–
Custos de emissão ainda não amortizados	–	(1.478.929)	(3.620)	(836.824)
Empréstimos obrigacionistas	**–**	**321.021.071**	**2.996.380**	**252.163.176**
Papel comercial	–	140.000.000	13.500.000	266.000.000
Sonae MC 2018/2031	–	55.000.000	–	55.000.000
Custos de montagem de financiamentos	–	(400.305)	–	–
Empréstimos bancários	**–**	**194.599.695**	**13.500.000**	**321.000.000**
	–	**515.620.766**	**16.496.380**	**573.163.176**

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não divirja significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como segue:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	CAPITAL	JUROS	CAPITAL	JUROS
N+1	–	5.917.775	16.500.000	5.487.099
N+2	185.000.000	5.500.669	248.000.000	4.217.989
N+3	26.111.111	4.077.568	135.000.000	2.504.315
N+4	96.111.111	3.740.087	42.111.111	1.589.340
N+5	97.611.111	2.667.870	106.111.111	1.479.944
pós N+5	112.666.667	2.818.281	42.777.778	2.133.542
	517.500.000	**24.722.250**	**590.500.000**	**17.412.229**

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor para cada financiamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 existiam operações de financiamento com *covenants* financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, para além dos montantes referidos na rubrica «Caixa e equivalentes de caixa» (nota 10), a Empresa mantinha 359 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria (343 milhões de euros em 31 de dezembro de 2019), conforme segue:

	31 DEZ 2020		31 DEZ 2019	
	COMPROMISSOS INFERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS SUPERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS INFERIORES A 1 ANO	COMPROMISSOS SUPERIORES A 1 ANO
Montantes de linhas contratadas	94.000.000	405.000.000	99.000.000	515.000.000
Montantes de linhas disponíveis	94.000.000	265.000.000	94.000.000	249.000.000

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2020 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,16% (1,23% em 31 de dezembro de 2019).

13.
RECONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos saldos dos passivos decorrentes de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como segue:

	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	ENTIDADES RELACIONADAS
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2019	587.500.000	547.974.423
Fusão por incorporação	–	665.602.350
Recebimentos de empréstimos bancários	2.942.000.000	–
Pagamentos de empréstimos bancários	(2.936.000.000)	–
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(3.000.000)	–
Recebimentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	5.695.165.483
Pagamentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	(5.931.507.273)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**590.500.000**	**977.234.983**
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2020	590.500.000	977.234.983
Recebimentos de empréstimos bancários	1.533.500.000	–
Pagamentos de empréstimos bancários	(1.673.000.000)	–
Recebimentos de empréstimos obrigacionistas	167.500.000	–
Pagamentos de empréstimos obrigacionistas	(101.000.000)	–
Recebimentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	5.182.510.000
Pagamentos de empréstimos de entidades relacionadas	–	(5.207.206.983)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**517.500.000**	**952.538.000**

14.
OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica «Outras contas a pagar» era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Empréstimos obtidos de partes relacionadas (Nota 23)	952.538.000	977.234.983
Fornecedores de ativos fixos	33.800	82.887
Outras dívidas	21.986	27.594
	952.593.786	**977.345.464**

Os empréstimos obtidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

15.
OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os outros passivos correntes incluíam os seguintes montantes:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Juros a liquidar	2.173.347	1.617.064
Fianças	862.647	860.196
Outros acréscimos de gastos	162.588	67.083
	3.198.582	**2.544.343**

16.
PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido na rubrica «Provisões e perdas por imparidade acumuladas» foi como segue:

	SALDO EM 31 DEZ 2019	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	FUSÃO	SALDO EM 31 DEZ 2020
Imparidade em investimentos (Notas 5 e 18)	39.425.675	81.422	(4.029.238)	–	35.477.859
Imparidade em outros ativos não correntes (Nota 6)	19.834.376	3.648.891	(55.840)	–	23.427.427
Imparidade em outras contas a receber (Nota 7)	237.005	–	(41.316)	–	195.689
	59.497.056	**3.730.313**	**(4.126.394)**	**–**	**59.100.975**

Os aumentos e diminuições registados nas perdas por imparidade em investimentos e em outros ativos não correntes encontram-se refletidos na demonstração separada dos resultados na rubrica «Ganhos ou perdas relativos a investimentos» (nota 18).

	SALDO EM 31 DEZ 2018	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	FUSÃO	SALDO EM 31 DEZ 2019
Imparidade em investimentos (Notas 5 e 18)	23.233.151	–	–	16.192.524	39.425.675
Imparidade em outros ativos não correntes (Nota 6)	14.375.871	487.044	–	4.971.461	19.834.376
Imparidade em outras contas a receber (Nota 7)	41.316	57.172	(41)	138.558	237.005
Provisões de outros passivos correntes	–	–	(378.363)	378.363	–
	37.650.338	**544.216**	**(378.404)**	**21.680.906**	**59.497.056**

Os montantes incluídos na coluna fusão foram reconhecidos na rubrica «Outras reservas» e são resultado da operação de fusão por incorporação da sociedade dominada Modelo Continente, SGPS, SA ocorrida em 2019.

17.
PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era como segue:

GARANTIAS PRESTADAS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Por processos fiscais em curso:		
Garantias bancárias	90.696.508	91.944.064
Fianças prestadas pela empresa-mãe	245.070.150	245.070.150
Outras	8.250.000	1.770.000
Fianças prestadas a favor de subsidiárias a)	373.326.019	373.006.292

a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais:

› As garantias prestadas por processos fiscais em curso incluem garantias a favor da Administração Tributária relativas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes: a cobertura de prejuízos acumulados por uma sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação; à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada; correções relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

› Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Empresa.

› No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2017 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores tendo sido canceladas as respetivas garantias. Encontra-se em aberto o montante de cerca de 5.099.431.000 euros (5.099.431.000 euros em 31 de dezembro de 2019), mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

› A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda. no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

18.
ENTIDADES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as transações com entidades relacionadas podem ser resumidas como segue:

	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		OUTROS RENDIMENTOS	
TRANSAÇÕES	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Acionistas	996.957	1.002.125	42.077	42.320
Empresas subsidiárias	323.309	442.792	1.267.899	1.275.767
Outras partes relacionadas	133.356	31.128	44.756	97.810
	1.453.622	**1.476.045**	**1.354.732**	**1.415.897**

	JUROS AUFERIDOS		JUROS SUPORTADOS	
TRANSAÇÕES	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Acionistas	–	–	339.927	312.528
Empresas subsidiárias	10.018.871	16.132.672	8.783.724	12.180.223
	10.018.871	**16.132.672**	**9.123.651**	**12.492.751**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
SALDOS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Acionistas	4.229.272	16.210.715	994.312	991.786
Empresas subsidiárias	7.806.643	7.761.433	1.170.247	1.067.449
Outras partes relacionadas	154.146	120.771	65.412	66.080
	12.190.061	**24.092.919**	**2.229.971**	**2.125.315**

	FINANCIAMENTOS			
	OBTIDOS		CONCEDIDOS	
SALDOS	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Empresas subsidiárias	952.538.000	977.234.983	766.515.008	776.780.885
	952.538.000	**977.234.983**	**766.515.008**	**776.780.885**

Consideram-se «Outras partes relacionadas» todas as subsidiárias, empresas conjuntamente controladas ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae MC (grupo em que a Empresa se insere e que justificam a maioria dos saldos e transações reportados); as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, para além do grupo Sonae MC, as sociedades pertencentes aos grupos dominados pela Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonaecom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria; e as empresas do grupo Sonae Capital. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

Em 2020 e 2019 não ocorreram transações com os Administradores da Empresa nem lhes foram concedidos empréstimos. Nem existiam, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, saldos com os Administradores da Empresa.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Benefícios a curto prazo	236.235	398.500

GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o detalhe de «Ganhos ou perdas relativos a investimentos» era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
DIVIDENDOS		
Marcas MC, zRT	229.335.356	100.000.000
Sonae MC –Serviços Partilhados, SA	10.944.390	7.300.000
Modelo –Dist.de Mat. de Construção,SA	5.224.092	2.027.573
Pharmacontinente –Saúde e Higiene, SA	2.212.494	15.000.000
Sohi Meat Solutions -Dist. de Carnes, SA	596.956	324.970
Sonvecap BV	–	32.000.000
Sonaerp –Retail Properties, SA	–	11.600.000
Modelo Continente Hipermercados, SA	–	8.000.000
	248.313.288	**176.252.543**
RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	18.764	10.744
	18.764	**10.744**
REVERSÃO/(PERDAS) DE IMPARIDADE		
SCBrasil Participações, Ltda.	(3.600.000)	–
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	(14.742)	–
Sonae MC S2 Africa Limited	(66.680)	–
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	(48.890)	(544.023)
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	–	(193)
Sonae MC S2 Africa Limited	–	41
	(3.730.312)	**(544.175)**
GANHOS/ (PERDAS) NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS		
Sport Zone spor malz.per.satis ith.ve ti	11.440	–
Bom Momento - Restauração, SA	–	(681.256)
	11.440	**(681.256)**
	244.613.180	**175.037.856**

Durante o exercício de 2020 a Empresa registou uma perda por imparidade sobre o investimento no Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois e na Sonae MC S2 Africa Limited (nota 5), mas também reforçou a imparidade sobre os suprimentos na SCBrasil Participações, Ltda. e sobre as prestações suplementares na Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti (nota 6).

19.
RESULTADOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os resultados financeiros foram como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Juros suportados relativos a:		
Financiamentos de empresas relacionadas	(9.123.651)	(12.492.751)
Obrigações não convertíveis	(3.562.275)	(3.839.788)
Descobertos e financiamentos obtidos	(2.591.138)	(2.951.520)
Encargos de emissão de dívida	(2.762.332)	(2.875.283)
Imposto do selo de financiamentos	(6.119)	(9.014)
Gastos e perdas financeiras	**(18.045.515)**	**(22.168.356)**
Juros obtidos relativos a:		
Financiamentos concedidos a empresas relacionadas	10.018.871	16.132.672
Depósitos bancários	1.339	7.561
Outros rendimentos similares	–	71.833
Rendimentos e ganhos financeiros	**10.020.210**	**16.212.066**
RESULTADOS FINANCEIROS	**(8.025.305)**	**(5.956.290)**

20.
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Serviços bancários	1.027.075	1.116.423
Fianças	896.957	902.920
Trabalhos especializados	684.274	741.360
Seguros	133.817	61.339
Outros	25.090	13.882
	2.767.213	**2.835.924**

21.
GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos gastos com pessoal nos exercícios de 2020 e 2019 foi como segue:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Remunerações	241.235	403.499
Encargos sobre remunerações	52.154	92.545
Outros gastos com pessoal	10.175	6.032
	303.564	**502.076**

22.
RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
RESULTADOS		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	237.729.816	170.618.298
NÚMERO DE AÇÕES		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	1.000.000.000	1.000.000.000
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO)	**0,2377**	**0,1706**

23.
CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

DECRETO-LEI N.º 318/94 ART.º 5.º N.º 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

- SCBrasil Participações, Ltda
- SonaeRP – Retail Properties, SA
- Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

- Amor Bio – Mercado Biológico Lda
- Asprela – Sociedade Imobiliária, SA
- Azulino – Imobiliária, SA
- BB Food Service, SA
- Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA
- Bom Momento – Restauração, SA
- Brio – Produtos de Agricultura Biológica, SA
- Canasta – Empreendimentos Imobiliários, SA
- Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA
- Citorres – Sociedade Imobiliária, SA
- Closer Look Design, Lda
- Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA
- Continente Hipermercados, SA
- Cumulativa – Sociedade Imobiliária, SA
- Elergone Energia, Lda
- Farmácia Selecção, SA
- Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA
- Go Well, SA
- Igimo – Sociedade Imobiliária, SA
- Iginha – Sociedade Imobiliária, SA
- Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA
- Imomuro – Sociedade Imobiliária, SA
- Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA
- Imosistema– Sociedade Imobiliária, SA
- Marcas MC, ZRT
- MCCare, Serviços de Saúde, SA
- MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA
- Modelo Continente Hipermercados, SA
- Modelo Hiper Imobiliária, SA
- Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA
- Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA
- Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, SA
- Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA
- Predilugar – Sociedade Imobiliária, SA
- Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA
- Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA
- SK Skin Health Cosmetics, SA
- Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA
- Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA
- Sonae MC – Serviços Partilhados, SA
- Sonae SGPS, SA
- SonaeRP – Retail Properties, SA
- Sondis Imobiliária, SA
- Sonvecap BV
- Valor N, SA

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos a pagar relativamente a estas operações são como segue:

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	SALDO A 31 DEZ 2020
Continente Hipermercados, SA	407.562.000
Marcas MC, zRT	278.544.000
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	50.615.000
Sonae MC – Serviços Partilhados, SA	28.938.000
Sonvecap BV	28.282.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	17.431.000
Modelo Hiper Imobiliária, SA	12.780.000
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	12.177.000
Elergone Energias, Lda	7.987.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	7.577.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	7.025.000
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	6.740.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	6.595.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	6.415.000
Farmácia Selecção, SA	6.155.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	5.972.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	5.889.000
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	5.636.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	5.539.000
Valor N - Sociedade Imobiliária, SA	5.367.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	4.812.000
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA	4.079.000
Closer Look Design, Lda	3.966.000
Azulino Imobiliária, SA	3.472.000
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, SA	3.214.000
Sondis Imobiliária, SA	3.135.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	2.891.000
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	2.493.000
BB Food Service, SA	2.431.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	2.168.000
SK Skin Health Cosmetics, SA	2.045.000
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, SA	1.822.000
Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	1.373.000
Bom Momento - Restauração, SA	795.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	467.000
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	149.000
	952.538.000

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos a receber relativamente a estas operações são como segue:

EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	SALDO A 31 DEZ 2020
SonaeRP – Retail Properties, SA	458.025.731
Modelo Continente Hipermercados, SA	262.105.000
SCBrasil Participações, Ltda.	18.357.722
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	10.672.000
MCCare – Serviços de Saúde, SA	9.656.000
Zippy cocuk malz.dag.ith.ve tic.ltd.sti	5.448.616
Go Well, SA	1.150.000
Asprela – Sociedade Imobiliária, SA	780.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	317.000
Sonae MC S2 Africa Limited	2.939
	766.515.008

ART.º 66.º-A DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Conforme referido na nota 1, a Empresa também apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

A informação relativa aos honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

24.
EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2020 e até esta data que necessitem de ser divulgados.

25.
APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

As demonstrações financeiras separadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2021. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração,

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



pwc

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 4.170.500.063 euros e um total de capital próprio de 843.765.175 euros, incluindo o resultado líquido do período atribuível aos acionista da empresa-mãe de 143.349.796 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e

g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

9 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.009.971.775 euros e um total de capital próprio de 1.536.310.952 euros, incluindo um resultado líquido de 237.729.816 euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

9 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Joaquim Miguel de Azevedo Barroso, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Sonae MC, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais e estatutários.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com carater prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae MC, SGPS, S.A. e, neste ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, 1,2,4, I.3.1,1.3.2, 1.5.1, 1.5.2, III.1.1 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), VII.1.1, VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- **a)** O Relatório de Gestão.
- **b)** As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- **c)** A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Maia, 09 de abril de 2021

O CONSELHO FISCAL

António Augusto Almeida Trabulo

Maria José Martins Lourenço da Fonseca

Carlos Manuel Pereira da Silva



RIGOR NA BASE DA ATUAÇÃO

Adotamos o rigor, a transparência e a ética como princípios fundamentais da nossa atividade e orientadores das nossas práticas de gestão e governo societário, almejando sempre a liderança nos Negócios em que atuamos e a criação de valor para o Acionista.

MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



As boas práticas de governação corporativa da Sonae MC asseguram processos de decisão eficazes e aumentam as probabilidades de sucesso dos seus Negócios. A robustez do modelo de governo da Empresa assenta na clara separação de responsabilidades entre gestão e mecanismos de controlo, no rigor dos sistemas de controlo interno, e em práticas de transparência na comunicação com Acionista e mercados de capitais.

O conselho de Administração da Sonae MC está focado no crescimento e desenvolvimento de longo prazo da Empresa, visando a geração de valor para todos os *stakeholders*, suportado em bases sólidas de responsabilidade social corporativa. Este órgão apresenta uma composição equilibrada, com uma vasta base de competências e experiência em retalho alimentar, tendo definido, com absoluta clareza de propósito e de foco, os termos de sucesso sustentável, operacionais e financeiros, para a Sonae MC, assim como a sua missão na indústria de retalho e a forma como a sua atividade beneficia Clientes, Colaboradores e a sociedade em geral.

Através da gestão de risco e do sistema de controlo interno é exercido um forte controlo e monitorização dos vários Negócios.

O modelo de governo societário da Sonae MC é consentâneo com as melhores práticas nacionais e internacionais, tendo evoluído no sentido de uma aproximação às recomendações do Código de Governo das Sociedades promovido pelo Instituto Português de *Corporate Governance*.

Este modelo visa a transparência e a plena eficácia de funcionamento da Sonae MC, suportada numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Adicionalmente, procura estabelecer um quadro de atuação independente, sustentado na definição de diretrizes de gestão, políticas e procedimentos adequados ao desenvolvimento dos Negócios da Sociedade, tendo em vista a minimização dos riscos inerentes à sua atividade.

A Sonae MC adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os Negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas.

O Conselho de Administração considera que o modelo de governo societário adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a matérias de grande relevância, maximizam a qualidade do desempenho do órgão de administração, reforçando a qualidade do seu processo decisório.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES DA SONAE MC[1]

ASSEMBLEIA GERAL

- Manuel Cavaleiro Brandão, Presidente
- Maria da Conceição Cabaços, Secretária

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

- Cláudia Azevedo, Presidente
- José Côrte-Real

COMISSÃO DE NOMEAÇÃO E REMUNERAÇÕES

- Cláudia Azevedo, Presidente
- António Soares
- Ricardo Monteiro

COMISSÃO DE AUDITORIA E FINANÇAS

- Ângelo Paupério, Presidente
- João Dolores
- António Soares
- Ricardo Monteiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Cláudia Azevedo, Presidente
- Ângelo Paupério
- João Dolores
- António Soares
- Ricardo Monteiro
- Luís Moutinho
- Rui Almeida
- Isabel Barros
- José Fortunato

COMISSÃO EXECUTIVA

- Luís Moutinho, Presidente
- Rui Almeida
- Isabel Barros
- José Fortunato

COMISSÃO DE LIDERANÇA

- Luís Moutinho
- Rui Almeida
- David Alves
- Isabel Barros
- João Afonso
- José Fortunato
- Miguel Moreira
- Miguel Águas

ESTRUTURA DE SUPERVISÃO

CONSELHO FISCAL

- António Trabulo, Presidente
- Maria José Fonseca, Vogal efetivo
- Carlos Manuel Silva, Vogal efetivo

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

- PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. – SROC n.º 183

  Representada por: António Brochado Correia, ou Joaquim Miguel Barroso
  José Miguel Marques, ROC suplente

SECRETÁRIA DA SOCIEDADE

- Alice Castanho, Efetiva
- Andreia Gouveia, Suplente

[1] A composição dos orgãos e comissões respeita à data da publicação do relatório

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E COMPENSAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS [1]

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos órgãos sociais e aos dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e ao Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) divulgado em 2018, de acordo com o Protocolo estabelecido entre o IPCG e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a 13 de outubro de 2017, o qual introduziu um modelo de autorregulação do regime recomendatório do governo das sociedades, tendo revogado o Código de Governo dos Valores Mobiliários da CMVM (2013) e promovido a implementação de um código único, elaborado pelo IPCG, a quem competirá a sua interpretação e aplicação, assim como a apreciação qualitativa anual das estruturas e práticas de governo das empresas cotadas. A Política é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos seguintes princípios:

COMPETITIVIDADE

No desenho da Política de Remuneração e Compensação dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos Negócios da Sociedade. A Política é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus, servindo atualmente de referente os estudos de mercado da Mercer e Korn Ferry.

Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos Negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores de mercado aplicável para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a remuneração variável dos quadros de topo da Europa. Adicionalmente, é considerada a prática retributiva das empresas pares, para efeitos remuneratórios, ou seja, as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon.

1 Conforme aprovado em reunião de Assembleia Geral de Accionistas da Sonae MC em 30 de abril de 2020



ORGÃOS SOCIAIS		COMPONENTES		POSICIONAMENTO NO MERCADO	CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE MONTANTES SÃO DEVIDOS
Conselho de Administração	**Administradores Executivos**	Fixa	Vencimento base	Mediana	N/A
		Variável	Prémio variável de curto prazo	Terceiro quartil	Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos de curto prazo
			Prémio variável de médio prazo	Terceiro quartil	Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos de médio prazo
	Administradores Não-Executivos	Fixa	Vencimento	Mediana	N/A
Conselho Fiscal		Fixa	Vencimento	Mediana	N/A
Revisor Oficial de Contas		Fixa	Vencimento	Mediana	N/A
Mesa da Assembleia Geral		Fixa	Vencimento	Mediana	N/A

ORIENTAÇÃO PARA O DESEMPENHO

A Política prevê a atribuição de prémios calculados em função do grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de Negócio e individuais, será reduzido total ou parcialmente o valor de incentivos de curto e médio prazo.

ALINHAMENTO COM OS INTERESSES DOS ACIONISTAS

Parte do prémio variável dos administradores executivos, é diferida por um período de 3 anos, sendo o valor condicionado pelos seguintes fatores, ao longo do período de deferimento: i) pela evolução da cotação das ações, ii) pelo fator de correção por dividendos aplicados e iii) pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do Acionista e com o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do Negócio.

TRANSPARÊNCIA

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

RAZOABILIDADE

A Política pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sonae MC, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e a necessidade de retenção de talento.

A Política de Remuneração e Compensação da Sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios adicionais, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

Na aplicação da Política de Remuneração é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Para assegurar a efetividade e transparência dos princípios da Política de Remuneração e Compensação, os administradores executivos não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

1.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, Pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae MC. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os diferentes Negócios enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização, pela Sonae MC, dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

I. No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio de Negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos Negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
II. No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de Negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de Negócio e das unidades funcionais;
III. Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos Negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
IV. No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das Pessoas, são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
V. A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Empresa e dos seus Negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;
VI. A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:

I. Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do Negócio e de uma linguagem comum);
II. Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);
III. Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacte nos objetivos dos Negócios e da probabilidade de ocorrência;
IV. Identificação das causas dos riscos mais importantes;
V. Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
VI. Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae MC;
VII. Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.



TAXONOMIA DE RISCO

O processo de **identificação** de riscos considera fontes internas e externas

MATRIZ DE RISCO

A **avaliação** e **calibração** do risco foram realizadas pela gestão de topo, tendo em consideração a probabilidade de um evento e seu impacte com base numa escala predifinida de criticidade do risco (baixo–médio–elevado–crítico)

REGISTO DE RISCO

O **tratamento** de risco será realizado pelo responsável do risco, que deve:
› Identificar as causas dos riscos mais críticos
› Avaliar as opções estratégicas de gestão de riscos (por exemplo aceitar, evitar, tratar ou transferir)
› Desenvolver e implementar planos de ação de gestão de riscos
› Monitorizar e comunicar o progresso feito na implementação de planos de ação e a evolução dos riscos

2.
PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae MC e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os Colaboradores da Empresa, nos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de Negócio da Sonae MC, numa perspetiva de continuidade dos Negócios. A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável da Empresa, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos Negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar os mesmos.

A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os gestores e Colaboradores da Sonae MC, e é apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, em todos os níveis da organização, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar a Empresa a atingir os seus objetivos de Negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de Negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal.

A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão dos Negócios da Empresa.

De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.



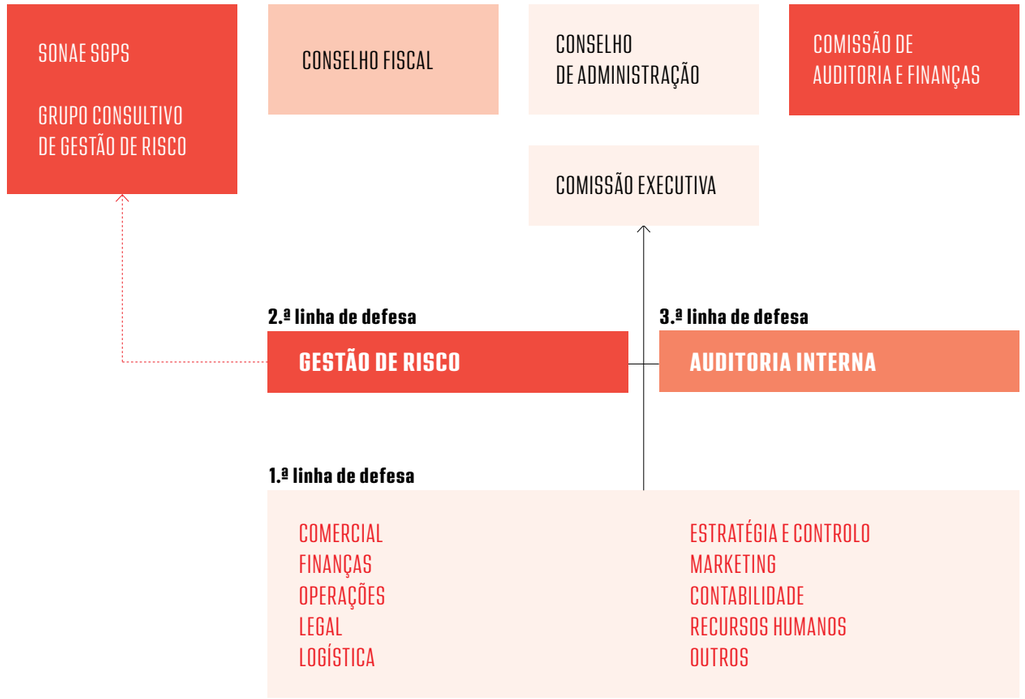


3.
RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas.

O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.



4.
IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCO

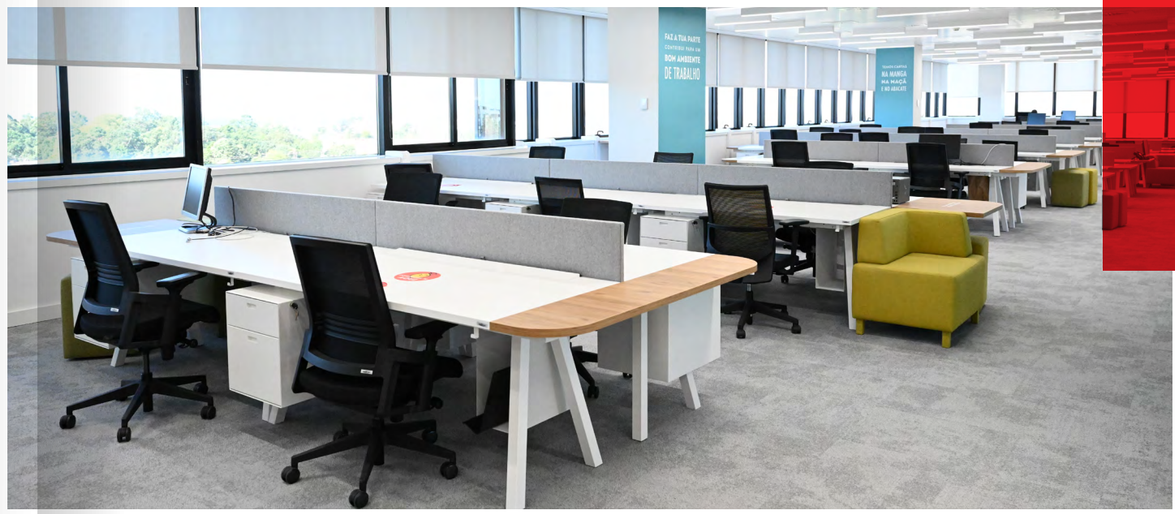
Riscos Críticos

O processo de gestão de risco seguido pela Sonae MC, denominado «*Enterprise Wide Risk Management*», segue uma lógica «*top-down*» e assenta em três etapas globais que o orientam, desde a identificação inicial de riscos, à avaliação de impacte e probabilidade, e à atribuição de um responsável de risco, que implementa as opções de tratamento de risco necessárias e que monitora a sua evolução.

Como resultado deste exercício «*Enterprise Wide Risk Management*», foram identificados os seguintes riscos críticos (maior probabilidade e impacte), estando em curso a implementação de ações de mitigação específicas que visam a sua exposição:

- Proliferação rápida e massiva de doenças infeciosas
- Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas
- Crescentes consequências legais e regulamentares negativas
- Ataques cibernéticos
- Inexistência de agilidade e simplicidade organizacional
- Incapacidade de recrutar e reter talentos e mão de obra insuficiente para as principais atividades comerciais

Para todos os riscos classificados como críticos, a Sonae MC designou um responsável e um representante para definir o respetivo plano de ação de mitigação, bem como os principais indicadores de risco.



DESCRIÇÃO DO RISCO	TENDÊNCIA	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
Proliferação rápida e massiva de Doenças Infeciosas Bactérias, vírus, parasitas ou fungos que causam propagação incontrolável de doenças infeciosas (como por exemplo em resultado de resistência a antibióticos, antivíricos e outros tratamentos) levando a uma fatalidade em larga escala e à rutura económica, podem pôr em risco a continuidade do Negócio e a *performance* financeira da Empresa.	N	**COVID-19** › Definição e implementação de modelos de trabalho de contingência para o estado pandémico (ex. teletrabalho, rotatividade e modelos híbridos), considerando a legislação e orientações das autoridades Portuguesas, *European Centre for Disease Prevention and Control* (ECDE) e da Organização Mundial de Saúde › Adaptação da operação às medidas previstas na legislação nacional › Plano de vacinação para a gripe › Plano de testes › Plano de vacinação para a COVID-19 › Documentação atualizada da evolução da pandemia › Projeto *Better Return* **Legionella** › Definição do modelo de gestão de risco › Adaptação dos procedimentos internos à nova legislação › Programas de formação para todos os envolvidos no processo › Definição e implementação dos indicadores de risco chave
Falha na mitigação e adaptação às alterações climáticas A falha na imposição ou adoção de medidas efetivas de mitigação das alterações climáticas, de proteção das populações e de apoio à adaptação dos Negócios impactados pelas alterações climáticas, pode afetar a imagem do Negócio.	N	› Avaliação do grau de exposição do Negócio às alterações climáticas e integração das linhas de orientação definidas pela *Taskforce of Climate-related Financial Disclosure* (TCFD) › Monitorização dos *targets* e execução do *roadmap* de emissões de GEE › Revisão anual do *roadmap* definido, tendo em conta a evolução regulamentar e tecnológica › Identificação de ações de contingência
Crescentes consequências legais e regulamentares negativas A existência de novos regulamentos ou mudanças na legislação atual sobre governo societário, com impacte nas operações e nos produtos, particularmente nas áreas de ambiente e de proteção de dados, saúde e segurança, *marketing* e concorrência, que podem levar a multas por incumprimento, ameaçando a capacidade da empresa de desenvolver os seus Negócios e afetar a sua rentabilidade económica.	↑	› Foco em futuras iniciativas legais, nacionais e europeias, e regulamentação relacionada com proteção de dados, saúde e segurança dos produtos, comercial, comunicação e concorrência, saúde e bem-estar, energia, imobiliário e outros › Foco em futuras iniciativas legais, nacionais e europeias, e regulamentação sobre governo societário e sua transposição para o mercado local › Foco em futuras iniciativas legais, nacionais e europeias, e regulamentação relacionada com a lei laboral resultante das negociações do contrato coletivo de trabalho da APED e ARESP › Garantia de um suporte legal diário ao Negócio

N Novo Risco ↑ Risco crescente ↔ Risco sem alteração ↓ Risco decrescente

DESCRIÇÃO DO RISCO	TENDÊNCIA	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
Ataques cibernéticos / tecnológicos A ocorrência de uma violação na privacidade e/ou segurança de dados dos Colaboradores, Fornecedores ou Clientes, bem como outras informações comerciais, devido a um nível inadequado de proteção dos sistemas de informação e/ou comportamento de risco dos Colaboradores, pode sujeitar a empresa a multas e afetar sua reputação e continuidade.	↑	**Segurança da informação:** › Implementação de sistemas de alta-disponibilidade › Redundância da infraestrutura de rede › Controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações › Gestão de acessos e perfis › Reforço dos mecanismos de proteção do perímetro da rede. **Cumprimento legal e revisão do nível e maturidade do RGPD** › Atualização dos registos de atividades de tratamentos › Melhoria do processo de resposta ao exercício de direitos › Análise, avaliação e redação de documentação legal, em matéria de proteção de dados pessoais › Ações de sensibilização e *awareness* às diferentes áreas de Negócio. › Reforço dos mecanismos de autenticação › Consolidação e reforço dos mecanismos de proteção das infraestruturas tecnológicas do perímetro › Reforço da capacidade de deteção com a adoção de um programa de auditorias de segurança contínuas › Realização de auditorias aos processos de gestão e governo dos sistemas de informação **Proteção de dados pessoais** › Cumprimento dos pedidos de exercício de direitos › Avaliação das violações de dados pessoais › Resposta aos contactos da autoridade de controlo › Elaboração de conteúdos formativos › Redação de pareceres e recomendações **Gestão dos ciber-riscos** › Consolidação do modelo de governo de cibersegurança › Revisão das principais políticas de segurança › Definição do processo de gestão de risco cibernético, em articulação com as várias empresas Sonae. › Correção sistemática de vulnerabilidades, melhorando os principais indicadores externos de cibersegurança da Sonae, *rating Bitsight*, relativamente ao ano anterior.

DESCRIÇÃO DO RISCO	TENDÊNCIA	AÇÕES DE MITIGAÇÃO
Ataques cibernéticos / tecnológicos	↑	**Riscos associados a comportamentos** › Realização de ações de sensibilização e formação direcionadas aos riscos emergentes da pandemia COVID-19 que colocou os Colaboradores em trabalho remoto (e.g. campanhas de *phishing* ético)
Inexistência de agilidade e simplicidade organizacional A existência de uma estrutura organizacional altamente complexa e inflexível, devido à dimensão da Empresa e à diversidade dos Negócios, pode afetar a agilidade na tomada de decisão com as consequentes perdas de oportunidade.	↔	› *Reskilling* (novos cargos) › Digitalização, automação e Inteligência Artificial (IA) › Reforço da eficiência operacional e novas formas de trabalho › Desenvolvimento de modelos preditivos de churn de RH › Implementação de um planeamento estratégico da força de trabalho, focando nas tendências futuras do trabalho e requalificação › Transformação das nossas Lideranças › Promoção da realização de projetos com equipas mistas e multidisciplinares › Desenvolvimento de soluções informáticas colaborativas › Redução dos silos organizativos › Implementação de metodologias KaiZen
Incapacidade de recrutar e reter talentos e força de trabalho insuficiente para as principais atividades comerciais Operar num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, aliado à falta de planos de carreira atraentes, remuneração incompatível e programas de formação, pode comprometer a capacidade de reter os principais recursos humanos da empresa, com um impacte relevante na execução dos objetivos e estratégia da empresa. A escassez de candidatos disponíveis pode afetar a capacidade da empresa de executar suas atividades principais, levando à interrupção dos Negócios.	↓	› Desenvolvimento e reforço de programas de mobilidade interna através da criação de um «Fórum de Talentos» › Reforço da marca Sonae MC como empregador e da proposta de valor para o empregado, através de maior enfase na comunicação interna e externa, de promoção de programas de jovens talentos e de novos modelos de trabalho (remoto, no local ou híbrido) › Acompanhamento e atuação sobre indicadores-chave de desempenho de Pessoas › Implementação de programas de desenvolvimento acelerado para altos potenciais › Implementação de um planeamento estratégico da força de trabalho, focando nas tendências futuras do trabalho e requalificação › Apoio ao recrutamento internacional por meio de contatos governamentais e diplomáticos › Criação de pivots de formação nas áreas de Negócio de forma a alinhar a formação com as necessidades de cada área

N Novo Risco ↑ Risco crescente ↔ Risco sem alteração ↓ Risco decrescente

Pandemia de COVID-19

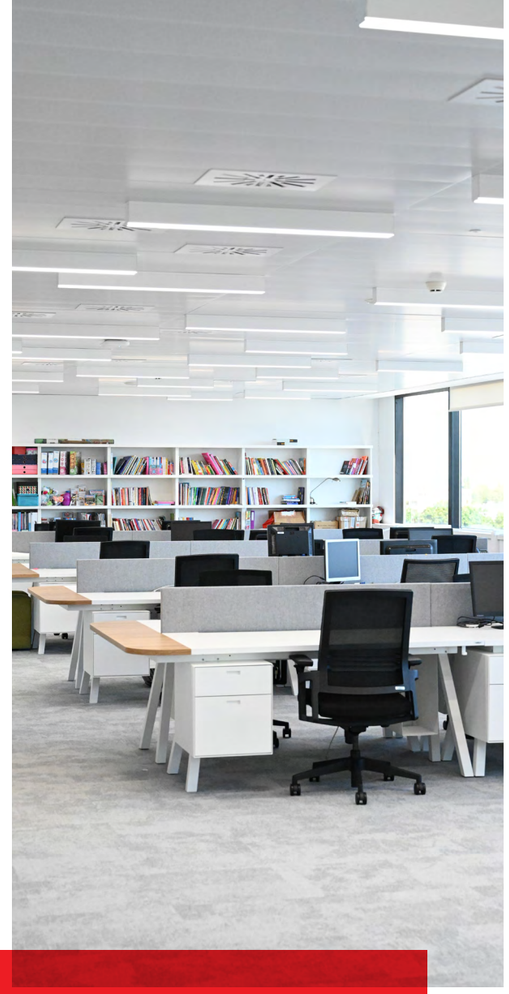
Para além dos riscos críticos, em 2020, a Sonae MC acompanhou em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de COVID-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a «*European Centre for Disease Prevention and Control*», bem como a Direção-Geral da Saúde.

Neste contexto, e ainda na fase em que o surto se encontrava circunscrito à China, foi constituído um Comité de Crise que colocou em prática os planos de prevenção/contingência definidos para situações semelhantes, que abrangem toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

A empresa tem vindo a implementar todas as medidas que considera adequadas para minimizar potenciais consequências adversas, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os *stakeholders*.

Fruto do contexto de pandemia por SARS-COV-2, em 2020, a nossa prioridade foi garantir a segurança de Clientes e Colaboradores. A área da Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional tem vindo desde então, a colaborar num conjunto de medidas preventivas e informativas, desde:

› Elaboração do Plano de Contingência da COVID-19, com vários cenários possíveis e que está a ser colocado em prática de acordo com a evolução da situação em Portugal, para segurança de todos
› Elaboração de manuais operacionais para cada insígnia com as medidas preventivas a implementar
› Reavaliação de riscos dos nossos postos de trabalho face ao risco de contágio e implementação de medidas de mitigação
› Criação de um observatório para acompanhamento da evolução da doença;
› Elaboração de conteúdos de formação
› Realização de ações de formação, *coaching* e *quick-talks*
› *Procurement*, validação de certificados e da qualidade dos produtos, aquisição de equipamentos de proteção e soluções de desinfeção para garantir a segurança dos nossos Colaboradores e de Clientes
› Elaboração de instruções e procedimentos de atuação
› Criação de uma linha interna para apoio à COVID-19
› Produção de relatórios e indicadores
› Visitas de acompanhamento às unidades para apoio na implementação das medidas preventivas
› Interligação às autoridades externas (Delegação de Saúde e Autoridade das Condições de Trabalho)



› Apoio nos processos de auditoria independente (APCER) aos entrepostos; SOHI; lojas da insígnia Continente, Continente Modelo e Bom Dia, Wells, Go Natural, Maxmat; ecommerce; e galerias
› Criação de uma *taskforce* de trabalho para a Logística onde alocámos 9 técnicos de segurança para reforçar as medidas de segurança e de prevenção à COVID-19;
› Projeto *Better Return* para preparar os edifícios centrais e o regresso dos Colaboradores ao escritório
› Foram desenvolvidas ao longo deste período um conjunto de ferramentas de suporte e apoio à Gestão, nomeadamente: *Power app* para registos na Linha COVID-19, Indicadores de Gestão em *MicroStrategy*, desenvolvimento do *Trace Covid* – ferramenta que suporta um modelo de risco e previsional da incidência da doença em Portugal e Sonae MC, ferramentas de auditorias *app* Supervisão Ativa Logística; MicroSite COVID, entre outras

Apesar da atividade de 2020 ter sido materialmente afetado por esta situação, a Sonae MC manteve a prioridade de garantir a segurança das nossas Pessoas e continuar a fornecer produtos e serviços essenciais aos nossos Clientes.

5.
AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2020

O ano de 2020 foi especialmente marcado pela Gestão da Crise COVID-19 através da criação de um Comité de Crise com o objetivo de garantir o alinhamento corporativo, o estabelecimento de uma linguagem comum de risco, a partilha e a aprendizagem de boas práticas. Das principais atividades realizadas, destacamos, a definição de um modelo de gestão de crise com 4 níveis de risco e respetivos planos de contingência, a definição de regras comuns entre os Negócios a serem regularmente avaliadas e calibradas com base na evolução da avaliação de risco, a partilha de iniciativas e de temas críticos.

Ainda no decorrer de 2020 demos continuidade ao exercício de *Enterprise Wide Risk Management*, dinamizado pela função corporativa de gestão de risco da Sociedade, a qual garantiu o alinhamento de metodologias, práticas e calendário de gestão de risco.

No primeiro trimestre do ano, procedeu-se à identificação dos riscos da Sociedade, tendo por base o exercício EWRM de 2020, e à elaboração de um novo dicionário e de uma nova taxonomia de riscos. Ainda durante este período foi elaborado o questionário para suporte à avaliação dos riscos.

Durante o segundo trimestre, procedeu-se à avaliação de risco, atividade da responsabilidade da Comissão Executiva da Sonae MC. Após o preenchimento individual do questionário de avaliação, realizou-se uma sessão de calibração, que culminou na aprovação da matriz de risco da Sonae MC, a identificação dos riscos críticos e a nomeação dos respetivos donos.

No terceiro e quarto trimestres, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada «dono» do risco, onde foram identificadas e implementadas ações de mitigação e monitorizados os indicadores de risco. Estas atividades, ao nivel de todas as empresas Sonae, foram suportadas numa ferramenta aplicacional, desenvolvida internamente e baseada no standard internacional COSO.

A Direção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização, assim como na gestão de crise e nos planos continuidade de Negócio.





V. ANEXOS

GLOSSÁRIO

Âmbito 1
Emissões diretas de GEE provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização

Âmbito 2
Emissões indiretas de GEE provenientes da energia elétrica adquirida pela organização

Âmbito 3
Outras emissões indiretas, considera todas as outras emissões indiretas, provenientes das atividades da organização e que ocorrem em fontes que não pertencem ou não são controladas pela mesma

Apoio direto à Comunidade
Contribuições voluntárias para a Comunidade (interna e externa), através de doações monetárias ou em géneros. As doações em géneros não incluem a disponibilização de géneros alimentares nas áreas sociais da Empresa para consumo dos Colaboradores

Ativo fixo líquido
Ativo fixo tangível e intangível

Capital empregue líquido
Dívida financeira líquida + Capital próprio

Cash conversion
EBITDA subjacente líquido de rendas fixas, menos investimento de manutenção e otimização, como percentagem do EBITDA subjacente líquido de rendas fixas

Consumo específico de energia elétrica
Quantidade total de eletricidade consumida Sonae MC pela área de vendas (lojas próprias)

D&A
Depreciações, amortizações, provisões e perdas por imparidade

Desinvestimentos transações de sale & leaseback
Valor contabilístico líquido de ativos imobiliários envolvidos em transações de *sale & leaseback*

Dívida financeira líquida
Empréstimos, obrigações e outros subtraídos de efetivo em caixa, depósitos bancários e outros investimentos correntes

Dívida líquida total
Dívida financeira líquida + Passivo de locação

EBIT subjacente
EBIT excluindo itens não recorrentes

EBIT
Resultado antes de juros, impostos, dividendos e ganhos/perdas com *joint-ventures* e empresas associadas

EBITDA subjacente
EBITDA excluindo itens não recorrentes

EBITDA
EBIT antes de depreciações e amortizações, provisões e perdas por imparidade, ganhos/perdas de capital resultantes de alienações de subsidiárias e de ativos fixos tangíveis, excluindo itens não recorrentes

Emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por m^2 de área de vendas
Emissões de gases de efeito de estufa (GEE) de âmbito 1 e de âmbito 2, pela área de vendas da Sonae MC (lojas próprias)

***Free cash flow* (FCF)**
EBITDA subjacente, menos rendas fixas, menos despesa de impostos e investimento líquido, menos variação do fundo de maneio, mais outros itens (itens não recorrentes, lucros ou prejuízos com *joint-ventures* e empresas associadas, interesses minoritários e dividendos recebidos durante o ano)

Freehold
Percentagem de propriedade de ativos imobiliários calculada dividindo a área de venda detida pela Sonae MC pelo total de área de venda (valores respeitantes ao final do ano)

Fundo de maneio
Inventário, dívida a Fornecedores e outros ativos e passivos correntes (excluindo empréstimos obtidos de interesses minoritários, itens incluídos no cálculo da dívida financeira líquida e dividendos atribuídos aos Acionistas)

Fundos de Acionistas
Capital próprio atribuível aos Acionistas da empresa e interesses minoritários

GEE
Gases de Efeito de Estufa

GJ
Gigajoule

***Goodwill* e investimentos financeiros**
Goodwill, investimentos em *joint-ventures* e empresas associadas e outros investimentos não-correntes

GRI
Global Reporting Initiative

GWP
Global Warming Potential

Hipermercados (segmento)
Principalmente as insígnias Continente e Continente Online

Índice de frequência de acidentes de trabalho
Número de acidentes com baixa ocorridos por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade
Número de dias úteis perdidos, por cada mil horas x homem trabalhadas

Investimento (*CAPEX*) bruto
Investimento de manutenção + Investimento de otimização + Investimento de expansão + Investimento de aquisições

Investimento (*CAPEX*) de aquisições
Integração de empresas/Negócios adquiridos no período, incluindo a dívida financeira assumida

Investimento (*CAPEX*) de expansão
Investimentos para a abertura de novas lojas (incluindo investimentos associados com imóveis)

Investimento (*CAPEX*) de manutenção
Investimentos para manter e remodelar lojas existentes e investimentos em áreas como IT, armazém, logística e comércio eletrónico

Investimento (*CAPEX*) de otimização
Investimentos para modificar as lojas significativamente ou otimizar a experiência do Cliente. Este tipo de investimento vai além de uma mera remodelação de loja

Investimento (*CAPEX*) líquido
Investimento bruto menos desinvestimentos de *sale & leaseback*

Itens não recorrentes
Ganhos/perdas líquidos resultantes de transações de sale & leaseback

LFL (vendas no universo comparável de lojas)
Vendas de lojas próprias que operaram dentro de condições semelhantes em meses comparáveis tanto no período atual, como no período passado comparável, excluindo lojas abertas, encerradas ou que sofreram remodelações significativas num dos períodos

M^2
Metros quadrados

Margem EBIT subjacente
EBIT subjacente em percentagem do volume de negócios

Margem EBITDA subjacente
EBITDA subjacente em percentagem do volume de negócios

MWh
Megawatt hora

Novos Negócios de Crescimento (segmento)
Principalmente as insígnias Meu Super, Well's, Go Natural, Bagga, note!, Zu e Maxmat. A partir de 2019, inclui as insígnias Arenal e Dr. Well's. Também inclui a componente de imobiliário que detém os ativos e a arrenda a terceiros

ODS
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pescado proveniente de métodos sustentáveis ou aquacultura
Quantidade de pescado capturado utilizando métodos/artes de pesca com potencial impacte reduzido na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos ou produzido em aquacultura, certificado segundo os padrões de qualidade do Continente, dividida pela quantidade total de compras de pescado fresco

Plástico reciclado
Quantidade de plástico reciclado dividida pela quantidade total de plástico virgem mapeado

Produtos perecíveis adquiridos a Fornecedores nacionais
Valor de produtos perecíveis adquiridos a Fornecedores nacionais dividido pelo valor total de compras de produtos perecíveis

Rendas fixas
Encargos com rendas de ativos imobiliários

Supermercados (segmento)
Principalmente as insígnias Continente Modelo e Continente Bom Dia

Taxa de absentismo
Número de horas de absentismo pelo número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores diretos

Variação do fundo de maneio
Variação do fundo de maneio de um período para o outro

Volume de negócios
Total de receita da venda de produtos e serviços

SOBRE ESTE RELATÓRIO

No seu Relatório Anual, a Sonae MC procurou reunir num único documento divulgações de informação financeira e não-financeira, fornecendo aos seus *stakeholders* uma visão holística sobre a Empresa e a sua capacidade de criar valor. Para o efeito procurou seguir os princípios e estrutura presentes na *framework* de *reporting* integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

ÂMBITO E PERÍODO DO RELATÓRIO

A Sonae MC, SGPS, SA (designada Sonae MC) é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade de retalho de base alimentar do grupo, assim como a gestão e operação dos ativos imobiliários de suporte a essa atividade.

A Sonae MC opera em todo o território português e na região norte de Espanha, com presença em diversas áreas de Negócio através de um portefólio diversificado de insígnias e formatos, incluindo: o Continente (hipermercados urbanos), o Continente Modelo (supermercados de grande dimensão), o Continente Bom Dia (supermercados de proximidade), o Continente *Online* (plataforma *e-commerce*) e o Meu Super (lojas de proximidade franquiadas) no retalho alimentar, a Well's (saúde, bem-estar e ótica), a Arenal (parafarmácia, beleza e perfumaria), a Dr. Wells (medicina dentária e estética), o Go Natural (supermercados e restaurantes biológicos), a Bagga (cafetarias), a Note! (artigos de papelaria, livros, presentes e serviços), a ZU (produtos e serviços para animais de estimação e veterinária), a Maxmat (*bricolage* e retalho de materiais de construção), a Washy (lavandarias *self-service*) e a Home Story (decoração e artigos para o lar) enquanto Novos Negócios de Crescimento. Este Relatório refere-se às atividades realizadas durante o exercício de 2020 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020).

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e os demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A divulgação de informação no âmbito de sustentabilidade foi preparada de acordo com as orientações constantes das normas da Global Reporting Initiative (GRI standards), na opção « Essencial», com a finalidade de relatar de forma transparente o desempenho da Empresa ao longo do ano, em três eixos prioritários de atuação, com foco nos aspetos materiais. Este Relatório evidencia também a atuação da Empresa ao nível dos Princípios do United Nations Global Compact (UNGC) e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Todavia, importa salientar que a Empresa se encontra isenta da obrigação de apresentação de demonstração não financeira individual ou consolidada, considerando que essa informação se encontra incluída, nomeadamente, no relatório consolidado e relatório de sustentabilidade apresentado pela sua empresa-mãe Sonae, SGPS, S.A.

REVISÃO DA INFORMAÇÃO

A informação financeira constante do relatório é parte integrante do Relatório e Contas aprovado pelo Conselho de Administração nos termos legais e foi auditada pela PwC, que elaborou um relatório independente e emitiu uma certificação legal de contas, os quais podem ser consultados na secção Demonstrações Financeiras, presente neste documento.

A informação relativa à temática da sustentabilidade tem como base a informação reunida para o capítulo « 5.3. Desempenho Ambiental e Social» do Relatório de Gestão da Sonae, SGPS, S.A. e para o respetivo anexo «Suplemento GRI». Nesse âmbito, do Relatório e Contas consolidadas da Sonae SGPS, S.A., a informação foi alvo de verificação externa por parte da KMPG.

CONTACTOS

Para qualquer esclarecimento, por favor contactar:

Morada SONAE MC, SGPS, S.A., Rua João Mendonça, 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal

Contacto telefónico (+351) 229 561 600

Relações Públicas rpsonaemc@sonaemc.com

SONAE MC
CONCEÇÃO E DESIGN GRÁFICO **GBNT**
FOTOGRAFIAS **NVSTUDIO**

SONAEMC

www.sonaemc.com